

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JULIA DE SOUZA BERMOND

**CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA UNIVERSITÁRIOS: HISTÓRICO E
CARACTERÍSTICAS DE ATUAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL**

Juiz de Fora

2024

JULIA DE SOUZA BERMOND

Centros de Documentação e Memória universitários: histórico e peculiaridades de atuação no cenário nacional.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bermond, Julia de Souza.

Centros de Documentação e Memória universitários: : histórico e características de atuação no cenário nacional. / Julia de Souza Bermond. -- 2024.

166 f. : il.

Orientador: Marcos Olender

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Centro de Documentação. 2. Centro de Memória. 3. Patrimônio Histórico. I. Olender, Marcos, orient. II. Título.

JULIA DE SOUZA BERMOND

Centros de Documentação e Memória universitários: histórico e características de atuação no cenário nacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, área de concentração História, Cultura e Poder.

Aprovada em 05/04/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Olender.- Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. . Rodrigo Christofolletti
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra . Beatriz Kushnir
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 03/04/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Olender, Professor(a)**, em 05/04/2024, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Christofolletti, Professor(a)**, em 05/04/2024, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Kushnir, Usuário Externo**, em 08/04/2024, às 07:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.ufff.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1770591** e o código CRC **6BC38783**.

A todos que acreditaram e ainda acreditam em mim, especialmente meu pai (*in memoriam*).

RESUMO

Centro de Documentação e Memória é uma categoria de proteção patrimonial relativamente recente. Em comparação com seus “irmãos” mais conhecidos (os museus, arquivos e bibliotecas), o centro de documentação possui ainda pouca capilaridade e reconhecimento não só no meio acadêmico mas na sociedade brasileira como um todo. Apesar disso, é possível que se reconheça a existência de diversos desses centros de documentação espalhados em instituições públicas e privadas do país, tendo sua recente mas profícua propagação se iniciado por volta da década de 1980. Suas denominações podem variar de instituição para instituição: encontramos também “Centro de Memória”, “Núcleo de Documentação e Pesquisa” e “Centro de Documentação” como alguns exemplos de nomenclatura usados para designar instâncias iguais ou muito parecidas entre si. As vicissitudes e discussões que envolvem o uso desse conceito, suas características e contradições serão abordadas neste trabalho, assim como a discussão de alguns dos meandros que possibilitaram a criação de centros de documentação e memória no contexto universitário brasileiro no fim do século passado, apontando possíveis causas que contribuíram para que eles se espalhassem pelas universidades nacionais. Por fim, busca-se investigar algumas de suas formas de atuação, apontando características comuns encontradas no cotidiano de alguns deles, utilizando-se para isso da investigação direta de quatro desses centros, formando um quadro aproximado de atuação de um Centro de Documentação e Memória no contexto universitário nacional.

Palavras-chave: Centro de Documentação e Memória; Centro de Documentação; Patrimônio; Universidade.

ABSTRACT

A Documentation and Memory center is a relatively recent category of heritage protection unit. Compared to its better-known “brothers” (museums, archives and libraries), the documentation center still has little reach and recognition not only in academy but in Brazilian society as a whole. Despite that, it is possible to recognize the existence of several of these documentation centers spread across public and private institutions in the country, with their recent but fruitful spread beginning around the 1970s. Their names may vary from institution to institution: we found also “Memory Center”, “Documentation and Research Center” and “Documentation Center” as some examples of names used to designate instances that are the same or very similar to each other. The discussions that involve the use of this concept, its characteristics and contradictions will be addressed in this work, as well as the discussion of some of the intricacies that enabled the creation of documentation and memory centers in the Brazilian university context at the end of the last century, pointing out possible causes that contributed to their spread throughout national universities. Finally, we seek to investigate some of their forms of action, pointing out common characteristics found in the actions of some of them, using for that the direct investigation of four of these centers, forming an approximate picture of the performance of a documentation center nationally.

Key-words: Documentation and Memory Center; Documentation Center; Cultural Heritage; University

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Relação dos Centros de Documentação e Memória a serem trabalhados.....	61
Figura 2 –	Capa da revista <i>Cadernos Cedem</i> , v. 3 n. 1 (2012).....	87
Figura 3 –	Acervo Cedem.....	89
Figura 4 –	<i>Print</i> página do Cedem no <i>Youtube</i>	89
Figura 5 –	Acervo Cedec.....	93
Figura 6 –	<i>Print</i> página institucional Cedec.....	93
Figura 7 –	Coleção de discos de vinil - CDHIS.....	97
Figura 8 –	Laboratório de pequenos restauros - CDHIS.....	100
Figura 9 –	Chamada para evento sobre o acervo de fotografias - CDHIS.....	100
Figura 10 –	Acervo Cecom - Eleições do DCE/UFJF em 1983.....	102
Figura 11 –	Chamamento evento Cecom.....	105
Figura 12 –	Oficina da disciplina Patrimônio Histórico III, do curso de História da UFJF, realizada em 2019 na sede e em parceria com o Cecom.....	106
Figura 13 –	Cartaz da coleção do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP) - Cedem.....	107
Figura 14 –	Capa do Informativo “Solo Urbano” - Fundo da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur) (1997).....	109
Figura 15 –	Documentos fonográficos - Acervo Cedec.....	109
Figura 16 –	Acervo Dormevilly Nóbrega - Cecom.....	110
Figuras 17 e 18 –	Exposição CDHIS.....	112
Figura 19 –	Exposição Cecom.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDH - FURG	Centro de Documentação Histórica “Prof. Hugo Alberto Pereira Neves” - Universidade Federal do Rio Grande
CDHBA - Ufopa	Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas - Universidade Federal do Oeste do Oeste do Pará
CDHIS - UFU	Centro de Documentação e Pesquisa em História - Universidade Federal de Uberlândia
CDR - UFGD	Centro de Documentação Regional - Universidade Federal de Grande Dourados
CDM	Centro de Documentação e Memória
CDPH - UEPG	Centro de Documentação e Pesquisa em História - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Cecom - UFJF	Centro de Conservação da Memória - Universidade Federal de Juiz de Fora
Cecor - UFMG	Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais - Universidade Federal de Minas Gerais
Cedhum - Unesp	Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília - Universidade Estadual Paulista
Cedic - PUC-SP	Centro de Documentação e Informação Científica - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Cedoc - Uesc	Centro de Documentação e Memória Regional - Universidade Estadual de Santa Cruz
Cedoc - Ufpel	Centro de Documentação - Universidade Federal de Pelotas
Cemedharq- Unifap	Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo (Cemedharq) - Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Cemef - UFMG	Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer - Universidade Federal de Minas Gerais
CM	Centro de Memória
CMA - UFPA	Centro de Memória da Amazônia - Universidade Federal do Pará
Nudoph - Uern	Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
NDH - UFMS	Núcleo de Documentação Histórica Honório Antônio - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
NDHIR - UFMT	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - Universidade Federal do Mato Grosso
NDHIR - UFPB	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - Universidade Federal da Paraíba
Nudoc - UFC	Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica - Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CONCEITOS BÁSICOS E DISCUSSÕES ACERCA DA TEMÁTICA.....	16
2.1	O que caracteriza um Centro de Documentação?.....	16
2.2	Centro de Documentação e Ciências da Informação.....	21
2.3	Outras características.....	24
2.4	Lugares de Memória e seus discursos.....	30
2.5	Outros termos e discussões frequentes.....	36
2.5.1	Centro de Memória.....	37
2.5.2	Centro de Documentação e Memória.....	41
3	HISTÓRICO DE SURGIMENTO E CONSTRUÇÃO DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA NAS UNIVERSIDADES NACIONAIS.	43
3.1	A ditadura militar: fachada democrática.....	44
3.2	O regime militar e a Reforma Universitária de 1968.....	46
3.3	Pós-Graduação e o desenvolvimento de centros de documentação e memória.....	48
3.4	Debates sobre o papel público na criação e expansão dos Centros de Documentação e Memória.....	50
3.5	Mudanças na perspectiva sobre a História, Memória e Patrimônio e descasos com o patrimônio documental.....	52
4	PANORAMA DE ATUAÇÃO NO SÉCULO XXI.....	60
4.1	Região Centro-Oeste.....	62
4.1.1	Núcleo de Documentação Histórica Honório Antônio (NDH) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).....	62
4.1.2	Centro de Documentação Regional (CDR) - Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD).....	63
4.1.3	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) - Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).....	64

4.2	Região Nordeste.....	66
4.2.1	Centro de Documentação e Memória Regional (Cedoc) - Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).....	66
4.2.2	Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (Nudoph) - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Uern).....	67
4.2.3	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB).....	67
4.2.4	Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (Nudoc) - Universidade Federal do Ceará (UFC).....	70
4.3	Região Norte.....	71
4.3.1	Centro de Memória da Amazônia (CMA) - Universidade Federal do Pará (UFPA).....	71
4.3.2	Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA) - Universidade Federal do Oeste do Oeste do Pará (Ufopa).....	71
4.3.3	Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo (Cemedharq) - Universidade Federal do Amapá (Unifap).....	72
4.4	Região Sudeste.....	73
4.4.1	Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (Cedhum) - Universidade Estadual Paulista (Unesp).....	73
4.4.2	Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).....	74
4.5	Região Sul.....	76
4.5.1	Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH) - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).....	76
4.5.2	Centro de Documentação Histórica “Prof. Hugo Alberto Pereira Neves” (CDH) - Universidade Federal do Rio Grande (FURG).....	77
4.5.3	Centro de Documentação (Cedoc) - Universidade Federal de Pelotas (Ufpel).....	78
4.6	Outros exemplos.....	80
5	CENTROS SELECIONADOS.....	81

5.1	Objetivos e motivos da escolha.....	81
5.2	Cedem.....	83
5.3	Cedic.....	90
5.4	CDHIS.....	95
5.5	Cecom.....	101
5.6	Semelhanças e diferenças.....	107
5.6.1	O que os aproximam.....	107
5.6.2	Particularidades.....	114
6	DEBATES E DISCUSSÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS.....	124
	SITES INSTITUCIONAIS CONSULTADOS.....	132
	Anexo A - Entrevista Jacy Machado Barletta (Cedem)	134
	Anexo B - Entrevista Simone Fernandes (Cedic)	141
	Anexo C - Entrevista Velso Carlos de Souza (CDHIS).....	152
	Anexo D - Entrevista Marcos Olender (Cecom).....	157

1 INTRODUÇÃO

Esta presente dissertação visa primariamente tratar da criação, expansão e atuação da categoria de Centro de Documentação e Memória (CDM) no contexto universitário brasileiro. Tal empreitada busca entender o momento histórico que possibilitou a sua proliferação nas universidades nacionais e como esses centros ainda hoje atuam, levando em conta suas peculiaridades na prática cotidiana. Com pesquisas realizadas em torno da bibliografia e também por meio da visita direta em alguns desses espaços, pretende-se realizar com esse trabalho algumas discussões em torno dessa temática ainda pouco explorada pela academia e que, por ser ampla e heterogênea, se mostra profícua para a realização de debates.

Primeiramente, é importante destacar o que se caracteriza enquanto Centro de Documentação (CD). Tal categoria é de análise e implementação relativamente recente: fazendo parte do escopo de atuação de saberes que lidam com a gestão e disponibilização da informação, memória e história (como a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), um Centro de Documentação, assim como um arquivo, uma biblioteca e um museu, guarda e gere documentos e informações diversas, que por sua vez espelham algum tipo de ação do ser humano no mundo ou algum conhecimento por ele produzido. Dessa forma, um Centro de Documentação seria responsável pela guarda, gestão e disponibilização de documentos (em mais variados tipos e suportes), necessários para o desenvolvimento de pesquisas, sejam elas feitas por questões históricas, sociais ou políticas.

Apesar disso, como já destacado, tal categoria ainda não é tão bem estudada e trabalhada como as suas outras “irmãs” das ciências da informação anteriormente aqui citadas, que já são amplamente conhecidas pelo público em geral. É importante frisar, contudo, que mesmo que esses centros não se façam presentes “[...] em muitas das referências bibliográficas das ciências da informação, eles estão presentes em empresas, órgãos públicos, entidades de trabalhadores, movimentos sociais e universidades” (Souza, 2016, p. 36).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) traz em si uma definição de centro de documentação: “Instituição ou serviço responsável pela centralização de documentos e disseminação de informações” (Arquivo Nacional, 2005, p.46). Sendo assim, um centro de documentação é responsável pela gestão da informação em suportes e formatos diversos, geralmente se concentrando em um tema de atuação e disponibilizando para o seu usuário informações selecionadas e atualizadas sobre essa temática. Em posse de tal informação, por sua vez, o usuário irá utilizá-la para o desenvolvimento de pesquisas que

podem acarretar em diversos produtos: trabalhos acadêmicos, projetos culturais, políticas públicas, entre outros.

Um centro de documentação geralmente é estabelecido em função de uma outra instituição: seja de uma empresa, de um grupo social ou instituições públicas, ele é alimentado por demandas diretas de tais instâncias. Sendo assim, cada centro de documentação assumirá características e se moldará muitas das vezes de acordo com as necessidades daquela instituição pela qual responde. Levando em conta tal contexto, esta dissertação busca analisar tal categoria em um dos ambientes nos quais tais instâncias frequentemente se desenvolvem e marcam presença no contexto brasileiro: no ambiente universitário. Tal escolha por sua vez leva a diversos questionamentos, sendo um deles o seguinte: quais são as particularidades que um centro de documentação acaba por assumir ao atuar em um espaço universitário?

Centros de documentação e memória (CDMs) criados em universidades públicas têm como missão dar sentido público ao patrimônio documental tornando acessível ao maior número possível de pessoas os documentos ali guardados, fazendo o elo entre documento e memória. Neste sentido, são responsáveis pelo recebimento, preservação, guarda, tratamento técnico, acesso e difusão dos acervos de temas específicos de pessoas, organizações ou instituições (Jesus; Rodriguez, 2020, p. 177).

Ao pensarmos em universidades brasileiras, é necessário que recordemos o seu principal princípio de atuação, princípio esse que por sua vez está diretamente expresso e pode ser encontrado no artigo 207 do nosso texto constitucional (Brasil, 1988): a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Uma universidade é responsável não só pela formação de mão de obra qualificada, mas também pela formação de saber e pelo uso desse saber por e para a sua comunidade. Como afirma Santarém (2007, p.14), “[...] quanto maior é o tempo que a universidade percorre incorporada à sociedade, maior também é o legado histórico concentrado em seu interior em diferentes formatos”.

Levando em conta tal afirmação, pode-se concluir que um Centro de Documentação e Memória (CDM) universitário, no contexto nacional, vem a arrogar, como uma de suas principais missões e visando assumir o compromisso que a universidade possui com a sua comunidade, a guarda documental e patrimonial, geralmente de cunho histórico e social de um acervo documental, acervo este importante (simbolicamente, historicamente e cientificamente) para a região/comunidade/grupo que a sua universidade atende/está inserida, sendo frequentemente utilizado por e para pesquisadores (das mais diversas áreas) desenvolverem suas pesquisas. O acervo que compõe um CDM, por sua vez, é derivado e

reunido muita das vezes diretamente por meio de fontes e origens distintas: um mesmo CDM universitário pode guardar documentação produzida por um partido político de esquerda, um grupo social organizado, do movimento estudantil de sua universidade, de alguma personalidade política/histórica proeminente para a história e cultura da sua região, entre outros.

Ao observarmos o contexto brasileiro, nota-se com frequência o pouco investimento destinado à preservação do patrimônio (material ou imaterial) por parte do poder público nacional, seja ele federal, estadual ou municipal, apesar de constar em sua carta magna a obrigação de assim o fazê-lo (Brasil, 1988). Dessa forma, observou-se que muitas universidades brasileiras, públicas e privadas, assumem funções de preservação e valorização do patrimônio nacional, assumindo com isso o seu compromisso com a comunidade que a cerca: muitos dos CDM universitários que aqui debateremos tiveram como pano de fundo de sua criação a tentativa das universidades, seus professores e alunos de preservarem seu patrimônio histórico, artístico e científico, assim como o de sua comunidade. Tal conjuntura é uma constante na realidade das universidades brasileiras.

A presença de espaços nos quais se desenvolvem atividades de preservação, conservação, produção e divulgação da memória tais como museus, arquivos permanentes, centros de documentação, centros de memória e bibliotecas históricas integra o fazer político e pedagógico de várias universidades brasileiras (Macedo; Goellner, 2018, p. 21).

Esta dissertação será dividida em quatro capítulos, além desta Introdução e das Discussões Finais. Pretendemos discutir no capítulo intitulado “Conceitos básicos e discussões acerca da temática” de maneira mais aprofundada, o que caracteriza um centro de documentação: qual é a bibliografia mais pertinente e usada nos estudos envolvendo centros de documentação no Brasil e como ela o caracteriza, quais são as discussões ligadas ao uso dos termos Centro de Documentação / Centro de Memória / Centro de Documentação e Memória, quais são as particularidades que um Centro de Documentação assume no contexto universitário e como, dependendo de cada situação, ele vem a apresentar funções diversas e únicas, respondendo diretamente a demandas de seu contexto de atuação.

O próximo capítulo, intitulado “Histórico de surgimento e construção dos Centros de Documentação e Memória nas universidades nacionais” buscaremos abordar como os centros de documentação surgiram e se expandiram no contexto universitário brasileiro. Nossas teorias estão ligadas a noção de que tais espaços de preservação documental e de produção de conhecimento teriam surgido nas universidades como forma de responder a duas demandas

principais: a de reunião, em um só espaço, de uma documentação necessária para o desenvolvimento de pesquisas, em um contexto de crescente desenvolvimento da pós-graduação, e a de ser um espaço para preservação e guarda de uma documentação que em outras circunstâncias poderia ser sumariamente descartada, assumindo o papel de preservar, conservar e disponibilizar tal documentação para o público, seja ele universitário/acadêmico ou não.

Em “Panorama de atuação no século XXI” buscamos apresentar alguns centros de documentação e memória universitários que encontramos ao longo de nossas pesquisas, realizando uma espécie de pequeno mapeamento de alguns centros hoje atuantes em universidades públicas espalhadas pelas cinco regiões do país, apresentando algumas de suas características de atuação e contexto de surgimento. Tal capítulo é destinado a apresentar a diversidade de CDM que encontramos no país, pontuando e trabalhando centros encontrados nas cinco regiões do Brasil, visando demonstrar a capilaridade desses espaços em diversas universidades nacionais.

O capítulo intitulado “Centros Seleccionados” abordará quatro CDM universitários com um olhar mais aproximado e aprofundado. Com o intuito de entender de forma mais detalhada como um Centro de Documentação e Memória universitário atua em seu cotidiano, assim como de que forma sua atuação se aproxima da bibliografia sobre a temática, além de suas particularidades, decidiu-se por selecionar quatro centros: Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDHIS) da Universidade de Uberlândia (UFU) e Centro de Conservação da Memória (Cecom) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e observá-los mais detalhadamente.

A escolha desses quatro centros em específico se deveu prioritariamente a dois fatores: a quantidade considerável de produção bibliográfica produzida sobre eles e sua proximidade geográfica com a pesquisadora, levando em conta o intuito de visitá-los e observar sua dinâmica cotidiana, objetivo esse que se efetivou na construção desta pesquisa. Utilizar-se-á de entrevistas concedidas por pessoas que trabalham e trabalharam nesses espaços e estão em contato direto com o seu funcionamento, assim como pesquisas produzidas sobre esses centros por outros pesquisadores, buscando entender em minúcias quais são suas necessidades, particularidades e problemáticas enfrentadas em seu funcionamento.

Por fim, em “Discussões finais”, iremos debater alguns dos questionamentos que foram criados a partir das pesquisas realizadas para a construção desta dissertação.

Acreditamos que tais questionamentos poderão servir de ponto de partida para o desenvolvimento de outras pesquisas, demonstrando a riqueza que a temática ainda pode proporcionar ao futuro pesquisador que assim se interessar.

2 CONCEITOS BÁSICOS E DISCUSSÕES ACERCA DA TEMÁTICA

2.1 O que caracteriza um Centro de Documentação?

Apesar de não ser um assunto frequentemente abordado nos estudos patrimoniais que tratam de espaços de guarda e preservação documental, os Centros de Documentação e Memória (CDM) que aqui iremos trabalhar possuem pontos importantes referentes às suas definições conceituais e os seus usos pela bibliografia especializada. Sendo assim, acreditamos ser essencial que abordemos primeiramente o que exatamente se caracteriza enquanto em Centro de Documentação universitário de forma mais aprofundada e quais são os principais autores referenciados sobre a temática, para então em seguida debatermos sobre o seu histórico de surgimento nas universidades.

No que se refere à bibliografia especializada, Célia Camargo (1999; 2003) e Viviane Tessitore (2002; 2003; 2011) talvez sejam as autoras mais citadas em trabalhos que abordam a atuação dos Centros de Documentação. Ambas as autoras se tornaram referência nessa temática, abordando em seus trabalhos não somente questões conceituais mas também todo o processo histórico que possibilitou que esses centros, principalmente os de caráter universitário e acadêmico, surgissem no país. Além de Camargo, que aborda detalhadamente questões históricas do surgimento de tais centros, Viviane Tessitore é a que mais trabalha o conceito propriamente dito de Centro de Documentação, sendo ela a pesquisadora que mais contribuiu para defini-lo na literatura especializada sobre a temática.

Para Camargo (1999), o que prioritariamente viria a caracterizar um CDM universitário é a sua tarefa primordial de reunir, preservar e organizar coleções e arquivos históricos, em sua grande maioria composta por fontes primárias em suporte de papel, sendo eles originais ou cópias. Tal documentação é reunida sob critério do valor histórico e também informativo, em torno de temas ou de períodos da história. Dessa forma, para a autora, esses centros preservariam e disponibilizariam “informação especializada”, referentes a temáticas específicas e selecionadas, sendo sua atividade fim possibilitar o acesso à informação, destinada prioritariamente em subsidiar a produção de pesquisas acadêmicas.

Da mesma forma que Camargo, Viviane Tessitore desenvolveu trabalhos acadêmicos visando dissertar sobre quais seriam as atividades primordiais de um Centro de Documentação e o que os caracterizaria enquanto entidade de preservação e divulgação patrimonial e informacional. Para ela, tais centros se caracterizam por

[...] ser um órgão colecionador e/ou referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada; realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia (Tessitore, 2003, p. 14).

[...] reunir, custodiar e preservar documentos de valor permanente e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa em sua área de especialização; estabelecer uma política de preservação de seu acervo; disponibilizar seu acervo e as referências coletadas aos usuários definidos como seu público; divulgar seu acervo, suas referências e seus serviços ao público especializado; promover intercâmbio com entidades afins (Tessitore, 2003, p. 15).

Camargo (1999) discute a necessidade de um CDM ter uma política informacional bem definida e que busque atender da melhor forma seus usuários, levando em conta o seu perfil de guarda documental. Dessa forma, como afirma Tanno (2018, p. 95), “A importância da definição do perfil temático de cada centro está, exatamente, na possibilidade de facilitar sua política institucional de informação e de melhor atender seus usuários”. Assim como Camargo, Tessitore também atribui importância à função referenciadora de um Centro de Documentação e Memória. Esse último preservaria e disponibilizaria documentos que tenham relação direta com a temática escolhida previamente pelo centro como de seu interesse, auxiliando com isso o desenvolvimento de pesquisas centradas em determinada área do conhecimento. Tal definição temática seria de essencial importância, já que é ela que possibilita que o centro venha a desenvolver com maior qualidade seu intuito informacional e de pesquisa.

Quanto mais clara for a área temática, melhor o Centro dominará essa área e sua linguagem específica, conhecerá as pessoas e entidades envolvidas e a documentação produzida. Dessa forma, mais eficazes se tornarão as atividades de referência, ampliação do acervo, recuperação da informação e atendimento ao público. A partir dessa definição, o Centro irá consolidar sua identidade, a ponto de se tornar, não raro, uma referência para os estudos em seu campo (Tessitore, 2003, p. 17).

Dessa forma, um primeiro ponto a ser destacado sobre a atuação dos centros de documentação seria a necessidade de definição prévia de sua linha de preservação de acervo, buscando com isso preservar e disponibilizar uma informação especializada sobre determinada temática: um Centro de Documentação deve escolher uma temática em específico (seja história regional ou história de movimentos políticos, por exemplo) e a partir dela conservar e disponibilizar documentos que reflitam tal temática, visando contribuir na produção de pesquisas. Em outros capítulos apontaremos como isso nem sempre acontece e como muitos centros recebem documentações que não conversam entre si ou que não fazem

sentido serem adquiridas e condicionadas em seu acervo, já que não remetem a temáticas previamente definidas como de interesse do mesmo.

Um dos problemas em vários centros de documentação é que, ao longo de sua trajetória, seus acervos foram formados a partir de pesquisas de docentes ou doações de órgãos, públicos ou privados, que não sabiam o que fazer com o material. Isto é, a documentação foi sendo reunida de forma aleatória, de acordo com o que era recebido, e não a partir da definição de um tema de especialização, o que dificulta a disponibilização das informações (Tanno, 2018, p. 96).

A documentação presente em um CDM então seria tratada e disponibilizada para seu público alvo, o que no caso universitário poderíamos dizer que se concentra prioritariamente em pesquisadores, professores e alunos interessados na temática, apesar de, como abordaremos posteriormente, não se constituírem enquanto o único grupo de interesse desses espaços. Tais documentos, por sua vez, são adquiridos em sua maioria por meio de doações, advindas de professores, alunos ou pesquisadores (principalmente ligada a doação de uma documentação produzida e/ou referente ao seu objeto de pesquisa), assim como de personalidades de destaque da região ou de seus familiares, instituições ou empresas (sejam elas públicas ou privadas) que não mais atuam ou que disponibilizam para guarda o seu acervo histórico, científico, cultural e patrimonial. Apesar das doações serem a principal forma de construção de seus acervos, isso não impede que ainda que se tenham políticas de permuta ou compra de documentação que de alguma forma converse com a temática escolhida de atuação do centro.

Tal pluralidade de procedência documental demonstra outra característica importante de um CDM: a diversidade de fontes geradoras da documentação acondicionada, tratada e disponibilizada por um Centro de Documentação. Apesar de geralmente terem alguma temática específica ou pelo menos se concentrarem em retratar e preservar uma documentação importante para se conhecer parte da história de sua região, a documentação presente nesses centros frequentemente é gerada por instituições e instâncias diversas, sendo acumulada nem sempre de forma orgânica, como ocorre em um arquivo, já que uma parte significativa do que um CDM adquiri se dá por meio de “[...] parcelas desses arquivos, já desvinculados de seu contexto de produção e acumulação” (Santos, 2018, p. 88).

Essa documentação pode ter sua origem ligada, por exemplo, a pesquisas acadêmicas de professores; a arquivos de associações e movimentos que se fazem na universidade, como o estudantil; parte de arquivos e documentos de instituições que já fecharam suas portas, como escolas, empresas ou fábricas; processos criminais antigos; arquivos de militantes ou

organizações sindicais, entre outros inúmeros mais, o que faz com que nem sempre se apresentem em sua totalidade. Portanto, a heterogeneidade das fontes e de seus produtores é uma marca registrada desses lugares.

[...] a maioria dos conjuntos documentais custodiados por estas instituições provém de organizações não governamentais, sindicatos, empresas ou associações civis que acreditam na importância da preservação dos acervos, incluindo se aí também às vezes questões financeiras ou de espaço que dificultava estas instituições de permanecer com a custódia do acervo – daí conceder a custódia a centros de documentação universitários (Molina, 2018, p. 139).

Tal documentação nem sempre representará a total atuação de uma pessoa ou entidade. Dessa forma, a própria Viviane Tessitore (2003; 2011) aponta a importância de não confundir um CDM com a atuação de um arquivo, mesmo que suas atribuições venham a se assemelhar com as de um (Souza, 2016). Um arquivo viria a compreender “[...] documentos em fase corrente, intermediária e permanente, apoia a instituições na tomada de decisões, assim como servem de subsídios a pesquisas, com documentos históricos, informativos, probatórios” (Souza, 2016, p. 44). Já um Centro de Documentação reuniria em seu acervo “[...] documentos nos mais variados suportes acerca de uma temática, em grande parte por meio de doações ou permutas, compondo um local de memória institucional e importante fonte para pesquisas e elaboração de trabalhos científicos” (Souza, 2016, p. 44). Sendo assim, um CDM, apesar de poder se utilizar de técnicas e saberes da arquivologia na gestão de seus acervos, “[...] não têm como atribuição os serviços arquivísticos na administração corrente. Em outras palavras, não classifica os documentos nem avalia sua destinação” (Oliveira, 2016, p. 123).

Dessa forma, Centros de Documentação possuem “[...] um caráter colecionista, montando seu acervo artificialmente, diferente dos arquivos que não podem ter seus documentos desmembrados e são formados exclusivamente por exemplares únicos” (Araújo, 2015, p. 13). Sendo assim, apesar de às vezes guardar documentação proveniente de arquivos institucionais e se utilizar de princípios arquivísticos para gerir seus acervos, um CDM não tem a obrigação e nem foi criado necessariamente para desempenhar a mesma função desempenhada por um Arquivo.

[...] A principal missão de um Centro de Documentação é o apoio à pesquisa institucional, acadêmica ou individual, e não a gestão de sistemas arquivísticos, os quais estabelecem uma complexa rede de relações entre arquivo permanente e arquivos correntes, com finalidades, sobretudo, administrativas e probatórias [...] (Tessitore, 2003, p. 19).

Outro ponto a ser destacado (e que também é discutido por Tessitore) é a pluralidade de suportes documentais presentes nesses centros. Aqui definimos documento como algo “mais abrangente”, sendo “[...] qualquer objeto, seja ele bidimensional ou tridimensional, desde que esteja imbuído de um significado e de que seja lançado sobre esse objeto um olhar interpretativo e investigativo” (Castro; Gastaud, 2017, p. 266), ao contrário de uma visão mais fechada, que coloca o documento apenas como escrita em papel e, conseqüentemente, somente enquanto documento de caráter arquivístico.

Apesar de em um CDM constatar-se a predominância de documentação arquivística em formato de papel, sendo tais documentos a “alma” de um CDM por representar “[...] a maior parcela do acervo histórico dessas instituições” (Santos, 2018, p. 88), isso não impede que ainda observamos uma quantidade significativa de elementos documentais bibliográficos e tridimensionais nesses espaços, que também constituem parte de seu acervo. Sendo assim, a documentação presente em um CDM geralmente abarca elementos diversos, assim como se utiliza de preceitos e técnicas de preservação documental desenvolvidos pela Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Tal fato faz com que, por não ser uma entidade protetora tão bem conhecida nacionalmente, um CDM seja frequentemente confundido com uma biblioteca, arquivo ou museu (Souza, 2016) ou nomeado como um deles (Marques, 2007), exatamente por se assemelhar em vários aspectos dessas instituições de preservação patrimonial.

Para Tessitore (2003), um Centro de Documentação apresentaria em sua atuação uma espécie de mescla entre essas três unidades, sem contudo identificar-se com nenhuma delas. Tal fato se dá “[...] devido à própria diversidade do material reunido – diversidade que é, ao lado da especialização temática, a marca distintiva dos Centros de Documentação, e que está presente também em suas atividades referenciadoras” (Tessitore, 2003, p. 15). Tessitore aponta tal fato como uma problemática desses espaços: por ser considerada uma instituição de caráter “misto”, como a mesma chama, a categoria Centro de Documentação “[...] não conta com uma teoria e metodologia específicas para o tratamento do acervo” (Tessitore, 2003, p. 13), frequentemente se utilizando de metodologias advindas de outras ciências. Talvez seja por isso que, ela continua, “[...] o Centro de Documentação seja a instituição de documentação que menos ocupou espaço na bibliografia das diferentes áreas que compõem as Ciências da Informação” (Tessitore, 2003, p. 13), apesar de que, como a própria autora relembra, o mesmo seja uma figura presente em diversas empresas, em órgãos públicos, movimentos sociais e também universidades.

Sobre isso, Cristina Hilsdorf Barbanti (2015) propõe o desenvolvimento de uma linguagem de recuperação da informação própria para Centros de Documentação, que por natureza lidam com distintos suportes documentais. Tais distintos suportes acarretariam em lógicas distintas de tratamento e representação do acervo. Para a autora, além de se utilizar de técnicas e práticas próprias de classificação e identificação dos respectivos suportes, seria indicado que se criasse uma forma conjunta de recuperação da informação, por meio de seu conteúdo.

No que se refere à representação descritiva (catalogação), nossa proposta é de que sejam mantidas as especificidades de cada acervo, ou seja, acervos arquivísticos devem continuar a serem catalogados como acervos arquivísticos, e o mesmo deve acontecer com os acervos bibliográficos e museológicos. Já no que se refere ao tratamento do conteúdo dos documentos, ela deve ser realizada a partir da utilização de um instrumento de controle do vocabulário - mais especificamente, um instrumento de controle terminológico único que possibilite a recuperação da informação de forma conjunta nos centros de memória (Barbanti, 2015, p. 54).

Dessa forma, uma das maneiras de se contornar tal situação de confusão e falta de uma metodologia específica de trato de seu acervo em espaços tão heterogêneos como os de um centro de documentação, seria a do uso não só de preceitos das três ciências aqui elencadas mas também a criação de um novo método baseado, segunda a autora, no assunto, que viria como complementar as catalogações e descrições já consolidada das outras áreas e que incidem sobre seus respectivos suportes e espécies documentais. Tal ação visaria sobretudo a recuperação conjunta da informação, buscando o destinatário final desses espaços.

A seguir, acreditamos que seja fundamental discorrer sobre alguns dos preceitos ligados ao desenvolvimento dos Centros de Documentação nas teorias das ciências da informação. Tal ação se coloca como pertinente já que acreditamos que tais preceitos, posteriormente, influenciaram nas discussões elencadas nesta dissertação sobre a atuação dos Centros de Documentação universitários no país.

2.2 Centro de Documentação e Ciências da Informação

Siqueira (2010) nos dá um pequeno panorama do desenvolvimento das ciências da informação em meados do século passado, com a ocorrência de um boom informacional que iniciou-se por volta do século XIX e início do XX. É nessa época que tem-se o desenvolvimento de novas e mais eficientes formas de comunicação em massa, acarretando na explosão da quantidade de maneiras de se trabalhar, criar e disponibilizar informação. Siqueira continua: “[...] com o aumento da produção bibliográfica, da pesquisa científica e o

surgimento de novos suportes houve a necessidade do desenvolvimento de outras técnicas para organização e administração da informação [...] ” (Siqueira, 2010, p. 58). A produção científica e tecnológica se expandiu: “Assim, a ciência, a tecnologia e a informação tornaram-se os motores propulsores da sociedade e base do progresso econômico” (Siqueira, 2010, p. 60). Dado tal contexto, o estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico fez com que houvesse uma espécie de explosão informacional “[...] a partir da qual se criou uma demanda para a emergência de um campo preocupado com a recuperação da informação, acesso e uso dessas novas tecnologias, já que a informação ganhou um valor estratégico para os governos” (Siqueira, 2010, p. 60).

É nesse contexto que Cesarino (1978) aponta que, ao buscar responder problemas relacionados à organização do conhecimento, alguns cientistas criaram uma nova disciplina, a Documentação, ligada à organização documental e, como consequência, “[...] surgiram os centros de documentação, com objetivo de tratar informação especializada [...]” (Cesarino, 1978, p. 228), sendo tal ação intimamente ligada à necessidade de desenvolvimento científico. Sendo assim a informação, reunida e tratada, indispensável para desdobramentos satisfatórios do conhecimento científico e tecnológico, precisava ser organizada e disponibilizada ao pesquisador, contribuindo com isso para o surgimento dos Centros de Documentação que se propunham a tal tarefa.

Ao longo dos anos, tais centros foram se desenvolvendo principalmente na Europa, onde “[...] a Documentação também incorporou as noções de automatização de serviços e técnicas, além de uma perspectiva de informação científica preocupada com o acesso e a recuperação, desenvolvendo importantes centros de documentação e profissionalização” (Siqueira, 2010, p. 61). A partir da década de 1940 haveria um aumento desses centros no mundo, especialmente nos Estados Unidos, onde, “[...] em função da guerra, métodos e equipamentos sofisticados de recuperação da informação haviam sido desenvolvidos” (Cesarino, 1978, p. 230).

Armando B. Malheiro da Silva (2002) trabalha as noções vinculadas à atuação de um Centro de Documentação pela visão das Ciências da Informação. Para o autor, um Centro de Documentação possui diversos tipos de suporte em seu acervo. Os documentos então seriam reunidos em formato de coleções, pelo seu conteúdo. Seus fins e objetivos finais são científicos e informacionais, sendo seu acervo constituído por meio de compra, doação ou por pesquisas, ou seja, fontes secundárias, desenvolvidas a partir do trabalho de outros pesquisadores, servindo com isso de referência para outras pesquisas sobre o assunto de

interesse da clientela do centro. Para divulgar seu acervo, faz uso de também de classificação, catálogos e ficheiros convencionais e informativos.

Para alguns autores da área de Ciências da Informação, os Centros de Documentação entram ainda na categoria de bibliotecas especializadas, executando serviços semelhantes ou iguais a uma biblioteca, “[...] apresentando fortes conexões com o Serviço-Arquivo de uma qualquer entidade visto que a documentação de ambos tem a ver com as necessidades internas e orgânico-funcionais dos organismos onde eles surgem” (Malheiros, 2002, p. 581).

El objetivo principal de un centro de documentación es facilitar al investigador información completa sobre el tema o los temas de su interés, mantener esa información al día y en lo posible entregar esta información de calidad, que les proporcione valores agregados como ahorro de tiempo, dinero y esfuerzo en las búsquedas a los usuarios, estas unidades por lo general están adscritas a una institución universitaria o entidad privada (Romero, 2012, p. 23).

Por lo tanto la información en un centro de documentación es reunida, analizada, evaluada, resumida, indizada, reproducida y difundida para satisfacer las necesidades de información de usuarios especializados (Romero, 2012, p. 36).

Tais discussões fazem eco nas definições anteriormente apresentadas por Célia Camargo (1999; 2003) e Viviane Tessitore (2002; 2003; 2011), fazendo-nos crer que as mesmas se inspiraram em princípios da Documentação e o posterior desenvolvimento da Ciência da Informação para conceituar os Centros de Documentação de cunho universitário que encontramos em território nacional. Como a própria Tessitore afirma, um Centro de Documentação e Memória universitário não é exclusivamente “[...] órgão colecionador de documentos. É também um órgão referenciador. Ele não precisa acumular tudo o que existe em sua área, mas deve esforçar-se para possuir o maior número possível de informações sobre ela” (Tessitore, 2003, p. 33). Dessa forma, ao analisarmos suas definições, percebe-se a relação intrínseca de tais noções com questões trabalhadas por autores da Ciências da Informação e como um Centro de Documentação é classificado e conceituado por tal campo do saber.

Tal definição, centrada basicamente e principalmente na sua função de disponibilizar informação especializada a um público especializado, é expandida ou até criticada por alguns autores, como é o caso de Janete Leiko Tanno (2018) que, ao abordar as discussões apresentadas pelas duas autoras, afirma que

[...] a realidade dos centros de documentação no Brasil foge, em grande parte, às características apresentadas, visto que além de cumprirem com a finalidade de gerar informação, têm a função de guardar a memória, porque armazenam, tratam e disponibilizam arquivos originais. Além disso, nem sempre cumprem com a função

de serem referenciadores de uma determinada especialização, pois muitos deles tornam-se uma instituição que reúne, de forma aleatória, conjuntos documentais relacionados a temáticas diversas, não se configurando como centros especializados em uma temática por não possuírem uma linha de acervo definida (Tanno, 2018, p. 95).

Sendo assim, ao longo dos anos, os CDM universitários nacionais foram adquirindo características próprias e que se distanciaram ou, melhor dizendo, transformavam alguns princípios constituídos de um Centro de Documentação clássico ligado à Ciência da Informação. Dessa forma, apesar de Camargo e Tessitore ainda serem referência no assunto e responderem qualitativamente bem as demandas sobre o mesmo, achamos pertinente também abordar alguns desses novos traços observados em estudos mais recentes sobre a temática.

2.3 Outras características

Alguns outros autores apresentaram com mais detalhes outras formas de atuação dos Centros de Documentação e Memória universitários espalhados pelo país. Contudo, é importante frisar que nem todas as ações aqui elencadas foram ou são realizadas por todos eles. O panorama dos CDM nacionais apresenta como uma de suas características a grande diversidade de formas de atuação, sendo necessário levar em conta seus acervos, seu histórico de criação, os recursos disponíveis, a quantidade de colaboradores, a forma como atua para e com a comunidade que o cerca, os projetos que desenvolve, *etc.* Tais questões se apresentam de maneira peculiar e única de centro para centro, sendo impossível com isso que se crie um modelo completo e fechado da atuação de um Centro de Documentação e Memória universitário. Sendo assim, as características apresentadas a seguir são algumas das que conseguimos observar, de acordo com a bibliografia, com mais frequência no cotidiano de um CDM universitário e que, dessa forma, são respostas às necessidades de cada contexto de atuação.

Um ponto significativo a respeito dos CDM universitários é a sua intrínseca relação com os três pilares clássicos que envolvem o funcionamento de uma universidade: ensino, pesquisa e extensão. Como parte da universidade, é essencial que o centro se mostre e trabalhe em prol de atividades que promovam trocas com a comunidade acadêmica e de sua região. Como afirmam Wilson de Jesus e Sonia Jesus Rodriguez (2020, p. 178), “Discutir a respeito dos CDMs, em particular, os de caráter universitário, proporciona sentido ao papel social assumido pela universidade: ensino, pesquisa e extensão”. Olgário Paulo Vogt (2008), nos dá alguns exemplos de como esses centros assumem tais frentes em sua atuação cotidiana.

A função pesquisa fica perceptível nos estudos que são feitos para a organização do acervo em fundos, séries e subséries, na informatização dos dados e na elaboração dos meios de busca e de recuperação dos registros da documentação existente no acervo. A função ensino ocorre quando a documentação é utilizada para a formação do aluno de graduação. A função extensão, que é a parte mais visível de um Centro de Documentação, se dá quando o acervo é colocado à disposição da comunidade universitária e da comunidade em geral para fins de consulta e quando da realização de atividades de educação patrimonial (Vogt, 2008, p. 10).

Sendo um órgão da universidade, é essencial que um CDM universitário também atue em áreas em que sua universidade considera importante, desenvolvendo ações que justifiquem sua existência perante a sociedade. Uma instituição que funciona voltada somente para si, principalmente em universidades públicas, não está pondo em prática os preceitos que constituem a mesma enquanto uma instituição de caráter coletivo e social.

Paulo Knauss, em seu trabalho intitulado “Usos do passado, arquivos e universidade” (2009), descreve diversos tipos de ações comumente realizadas por esses centros, além de citar um pouco sobre a atuação de vários deles. Primeiramente, o autor aponta como tais centros, por vezes, “[...] tornam-se centros de resgate de documentos de valor histórico, cuja integridade é ameaçada” (Knauss, 2009, p. 13). Ou seja, normalmente “[...] estes centros de documentação universitários tendem a ocupar um espaço não trabalhado por outras instituições arquivísticas públicas de referência” (Knauss, 2009, p. 13). Dessa forma, apesar de não ser um Arquivo propriamente dito, um CDM recolhe por diversas vezes documentação de cunho arquivístico de instituições públicas, de importante valor histórico e social.

O autor continua, afirmando que “Ao lado disso, os centros de documentação universitários com frequência se tornam instituições importantes na preservação e difusão de arquivos pessoais” (Knauss, 2009, p. 13). Como já apontado anteriormente, muitos dos acervos que encontramos em Centros de Documentação são provenientes de personalidades importantes da região na qual o centro se encontra: “[...] sujeitos públicos, autoridades políticas, memorialistas e também colecionadores” (Carreira, 2014, p. 28), encontram nesses centros um lugar seguro para guardar sua documentação (muitas das vezes recolhida e organizada ao longo de sua vida), sendo que tal documentação pode ser doada diretamente por eles ou por familiares após sua morte. Sobre isso, podemos dizer que o CDM acaba por garantir certo “[...] reconhecimento social ao universo privado de documentos, garantindo sua visibilidade” (Knauss, 2009, p. 13). Mas o que levou e o que leva essas pessoas a doarem seus acervos para tais centros?

Isto ocorria quando eram procurados por pesquisadores interessados em conhecer suas trajetórias, criando um laço de confiança e também uma oportunidade para eles contarem suas histórias, além da descoberta de um local onde podiam depositar seus arquivos pessoais que se constituíam em “narrativas longamente tecidas” sobre os “significados de sua trajetória” (Gonçalves, 2003, p.4 apud. Cavalcanti, 2014, p. 157).

Aqui, mais do que um lugar de guarda física, os Centros de Documentação se revestem de uma aura de guardião da memória, responsável pela guarda e valorização de uma documentação bem quista e acumulada/produzida por seus donos durante anos de suas vidas, se constituindo enquanto um refúgio seguro de preservação.

Outros dois pontos levantados por Knauss (2009) e que fazem eco na atuação dos CDM universitários são sua relação intrínseca com a formação acadêmica e formação científica, além de também serem palco de constantes atuações de cunho multidisciplinar no que tange a gestão documental. No que se refere a esse último, Knauss ressalta que

A complexidade do trabalho de tratamento da informação documental conduz, igualmente, a diferentes domínios, como o da preservação de documentos e difusão da informação, levando o trabalho institucional a se ampliar para diferentes áreas que ultrapassam o universo específico de estudo da história e das ciências sociais. Desse modo, os centros de documentação histórica se abrem para a colaboração interdisciplinar. Os professores e alunos envolvidos terminam tendo contato com outras áreas de conhecimento especializado, construindo pontes para a redefinição da própria inserção do profissional de história e ciências sociais no universo do patrimônio documental (Knauss, 2009, p. 15).

É comum encontrar em um CDM pesquisadores, gestores e trabalhadores com formações e especializações diversas: historiadores e sociólogos, por exemplo, são os mais comuns, o que não impede que encontremos outras áreas de conhecimento como pessoas formadas em Artes, Direito, Arquivologia e Biblioteconomia, por exemplo. Dessa forma, se constituem enquanto espaços que reúnem profissionais de diversos campos do saber, sendo que muitos deles, ao longo de seu trabalho e experiências profissionais enquanto trabalhadores de um Centro de Documentação, buscam se formar e se especializam por meio de cursos complementares nas áreas de Ciências da Informação e Arquivologia, procurando a especialização na área da gestão e preservação informacional e patrimonial. Tal fato ocorre pois nem sempre a contratação e uso de um arquivista ou bibliotecário, especializados em gestão de acervos, é possível, apesar do uso de princípios dessas ciências, como apontado anteriormente, ser algo frequente.

Sendo assim, podemos concluir que “[...] a coexistência de documentos de arquivo, museu e biblioteca em um mesmo espaço, ao passo que parece problemático, possibilita o debate e a construção de novas metodologias e técnicas de tratamento da informação [...]”

(Santos, 2018, p. 85). A estes saberes se juntam preceitos de outros campos do conhecimento, como História, Sociologia, Biologia, Química, Direito, Arquitetura e Artes, por exemplo. Tal troca entre preceitos científicos se dá tanto pela constituição do acervo, que como já apontado anteriormente se coloca de forma heterogênea, quanto por necessidade, devido à falta de alocação de profissionais com formação na área.

O campo da proteção patrimonial em si, apesar de tudo, é altamente interdisciplinar e abarca diversos saberes em suas ações. “O próprio comportamento da ciência hoje” afirma Camargo (1999, p. 61), “[...] preocupado com a “inter” e a “trans” disciplinaridade, exige procedimentos correspondentes na esfera do tratamento documental”. Ela continua: “Profissionais provenientes de várias áreas de formação, técnica e acadêmica, enriquecem e elevam o nível e a qualidade dos produtos elaborados” (1999, p. 61). Nessa linha, Márcia Chuva também salienta que “[...] não parece possível falar em patrimônio cultural hoje sem considerarmos sua natureza relacional, intersetorial e interdisciplinar, suas conexões com áreas variadas e diversos agentes sociais envolvidos” (Chuva, 2017, p. 101).

A interdisciplinaridade é prática permanente dentro destes centros, já que estes lugares não se limitam apenas à guarda de documentos e à disponibilização dos mesmos para os pesquisadores. Dentro destes lugares há profissionais da história e das ciências sociais, entretanto, trabalham em conjunto como outros profissionais de outras áreas, como por exemplo, bibliotecários, restauradores e arquivistas. Ou seja, para que estes centros operem satisfatoriamente e justifiquem função e atuação dentro das universidades, vários setores e diferentes áreas de conhecimento trabalham em conjunto garantindo seu bom funcionamento (Carreira, 2014, p. 31).

Há, contudo, problemáticas a serem apontadas como a falta crônica de contratação de profissionais de formação especializados na gestão e proteção documental e patrimonial. Apesar de muitos profissionais buscarem formas de se especializar, com cursos complementares e pós-graduações, por exemplo, isso ainda não é uma prática que podemos estender a todos os centros existentes no país e, apesar da História e outras Ciências Sociais se aproximaram e terem a documentação desses centros como fontes de pesquisa, nem todos esses profissionais estão cientes das formas mais adequadas de preservação e disponibilização do acervo. Tais atividades, apesar de não serem as únicas a serem realizadas por um CDM que também se concentram na formação e na divulgação científica, é ainda uma das mais importantes realizadas por esses espaços.

Outra questão que achamos significativa de ser abordada, e que também é mencionada por Knauss é a da “[...] construção intrínseca entre organização de arquivos e formação de profissionais de investigação social e histórica” (Knauss, 2009, p. 14). Ou seja: muitos desses

centros se utilizam de mão de obra estudantil, por meio de bolsas de iniciação científica, treinamento profissional ou financiamento público em projetos, por exemplo, no tratamento e acondicionamento de todo o acervo do centro. Tal processo contribui para a formação desses estudantes, além de abrir um leque maior de possibilidades profissionais. Assim, além de servirem como “[...] instrumento de acesso e difusão da informação, os centros de documentação universitários se constituem também em espaço de formação dos profissionais de arquivo e da pesquisa arquivística” (Knauss, 2009, p. 14). Isso faz com que “[...] de modo original, os centros universitários de documentação traduzem o compromisso das universidades com a indissociação entre ensino e pesquisa” (Knauss, 2009, p. 14).

Dessa forma, com a criação e funcionamento de “[...] centros de documentação universitários, as universidades e os cursos de humanas conseguem aliar ensino e pesquisa, conseguem dar ao aluno todo o suporte necessário para que ele consiga aprender a teoria e trabalhar na prática” (Carreira, 2014, p. 30). As atividades desenvolvidas no cotidiano de um Centro de Documentação são oportunidades de alunos e até mesmo profissionais da área patrimonial desenvolverem habilidades variadas, contribuindo assim para a sua formação profissional.

[...] Com frequência, tornam-se laboratórios em diversas áreas — educação básica, educação patrimonial, história oral, produção editorial, produção videográfica, produção de exposições etc., construindo pontes originais entre os documentos e o ensino. Nesse sentido, recorrentemente, tornam-se espaços de inovação acadêmica, porque se dedicam a campos que a ordem curricular formal não consegue realizar plenamente, tornando-se, assim, espaços de atividades curriculares complementares. [...] No mesmo sentido, os centros de documentação permitem experimentar a diversidade dos canteiros do ofício de profissionais da história e do patrimônio (Knauss, 2009, p. 15).

Um último ponto que Knauss estabelece é o da multiplicidade de ações realizadas por um Centro de Documentação e Memória universitário. Tais centros não se limitariam apenas a função de “[...] preservação documental, podendo desenvolver outras atividades, como programas de história oral, projetos de pesquisa, promoção de cursos e eventos em geral, consultorias técnicas em outras entidades e etc. [...]” (Santos, 2018, p. 83).

Ora concentram acervos bibliográficos, hemerotecas, fundos arquivísticos públicos e privados, coleções iconográficas, fonográficas e/ou de entrevistas de história oral, constituindo-se em guardiões da preservação de acervos valiosos. Mas, ao lado disso, por vezes, os centros de documentação universitários se afirmam antes como núcleo de referência de informação, reunindo acervo de documentos reproduzidos para consulta local, privilegiando a difusão da informação. Contudo, uma função não exclui a outra, podendo se combinar [...] (Knauss, 2009, p. 14).

O que observamos é que tal combinação de funções é frequente, pelo menos na área das ciências humanas. A própria Célia Camargo (1999) afirma que para além de se constituírem enquanto centros de referência temática sobre determinados assuntos, disponibilizando informação selecionada para público especializado, os centros de documentação que surgiram no país, em fins do século passado, para que “[...] se firmassem e, na maioria dos casos, para que pudessem ser criados, foi necessário que se tornassem também centros de preservação da memória, reunindo fontes originais de pesquisa” (Camargo, 1999, p. 55). Como a própria autora afirma, originalmente, ao tratarmos da concepção clássica de um Centro de Documentação, não é necessário que o mesmo guarde e trate de fontes primárias, mas sim disponibilize meios para que o pesquisador entre em contato com as mesmas, utilizando para isso catálogos e inventários, por exemplo. No Brasil, contudo, tais centros assumiram essa responsabilidade.

[...] o fato é que, instalados em diversos pontos do país, os centros de documentação assumiram a missão de reunir, organizar e dar acesso a informações especializadas. Mas a maior parte deles foi obrigada a ultrapassar os limites do trabalho de produção e organização de informações. Dedicaram-se também à preservação do patrimônio, reunindo arquivos e coleções de valor histórico, a maioria de natureza privada, originada de instituições particulares e de pessoas físicas [...] (Camargo, 2003, p. 29).

Dessa forma, além de disponibilizar uma informação especializada para o pesquisador, há ainda uma grande variedade de ações que um CDM universitário, no contexto brasileiro, foi assumindo ao longo das últimas décadas: é comum que tais centros promovam eventos e cursos sobre preservação patrimonial ou sobre temáticas relacionadas ao seu acervo, além de em alguns casos serem responsáveis por publicações de revistas científicas, buscando promover e estimular pesquisas realizadas em seu acervo ou que tenham relação direta com ele. O uso do ambiente, dos saberes patrimoniais desenvolvidos e da documentação preservada é, portanto, diversa. Dessa forma, observamos que por meio de “[...] informações extraídas do próprio acervo, as equipes dos centros produzem outros instrumentos de pesquisa como crônicas, artigos em jornais internos, entrevistas e depoimentos sobre o acervo, além da organização de seminários, palestras e exposições” (Silveira, 2013, p. 101). Essas ações são essenciais para a divulgação do acervo e do trabalho do centro como um todo, demonstrando a capilaridade que o mesmo possui ao desenvolver práticas de preservação, divulgação e formação patrimonial.

[...] o Centro deve dar publicidade e divulgar, o mais amplamente possível, o seu acervo e seus serviços, através da publicação ou difusão, via Internet, dos

instrumentos de pesquisa, de revistas e de boletins informativos; por meio da promoção e participação em cursos, seminários, oficinas de trabalho, conferências atinentes a sua área de especialização etc. (Tessitore, 2003, p. 35).

A seguir, abordaremos outro tema de grande relevância que envolve não somente as pesquisas sobre a atuação de centros de documentação e memória universitários, mas também está presente nos próprios discursos usados para legitimar a atuação desses centros pelo país: os usos e a importância da preservação da memória.

2.4 Lugares de Memória e seus discursos

A escolha do uso do termo “Centro de Documentação e Memória” por essa dissertação não é sem motivo. Ao analisar a literatura sobre a temática, os termos que encontramos são diversos e às vezes usados de forma indiscriminada, sem análise prévia. Tais problemáticas do uso das terminologias serão discutidas logo em seguida. O que é importante destacar nesse momento é que o uso do termo “Memória” é frequente em grande parte das nomenclaturas utilizadas pelos centros de documentação nacionais. Seu uso demonstra a importância que tal categoria assume no cotidiano e nos discursos que envolvem a atuação de um CDM universitário.

Antes de tudo, é importante colocar como ponto de partida o que se entende por memória. A mesma, de acordo com Rousso (1998), trata-se de uma representação seletiva do tempo passado no nosso tempo presente. Tal representação “[...] permite a externalização de suas variantes através de diferentes formas, como a escrita (documentos), a fala (oralidade) e os objetos (matéria)” (Santarém, 2007, p. 24). Sendo assim, um sujeito consegue articular diversas memórias sobre um evento e “[...] transmiti-las como se fossem registros, por intermédio de qualquer uma dessas formas” (Santarém, 2007, p. 24).

De início, a própria bibliografia sobre Centros de Documentação apresenta como um dos motivos do advento dos mesmos em universidades nacionais o “boom” de temáticas que envolviam debates, pesquisa e valorização da memória. Um grande motivador da proliferação desses espaços “[...] diz respeito a um fenômeno internacional indiscutível que se iniciou no final do século XX. É a extraordinária valorização da memória, do patrimônio histórico e da história” (Vogt, 2008, p. 04). Tal fenômeno internacional também se manifestou no Brasil, por meio de reivindicações “[...] por memória dos novos sujeitos e movimentos sociais então emergentes e a renovação da discussão historiográfica sobre a noção de documento e sobre

pesquisa histórica” (Cruz; Tessitore, 2010, p. 425). Muitos dos CDM universitários nacionais nasceram nesse período e, portanto, estavam embebidos nessas discussões.

Dito isto, ao se constituir enquanto um lugar por excelência que possibilita que se tenha debates sobre a memória e sua relação com a História, é comum presenciar afirmações sobre o papel que tais centros possuem no suposto resgate da mesma, “[...] a partir das realizações práticas da interação dos sujeitos com os documentos” (Neves, 2005, p. 167); ou também de possuírem a missão de “[...] dar sentido público ao patrimônio documental tornando acessível ao maior número possível de pessoas os documentos ali guardados, fazendo o elo entre documento e memória” (Jesus; Rodriguez, 2020, p. 177).

Relacionar memória e documentação histórica é uma ação frequente em lugares responsáveis pela guarda e preservação de tais registros, ou como se convencionou chamar atualmente, os “lugares de memória”. Na sociedade moderna, permeada por formas diversas e distintas de se fazer e viver no mundo, “[...] não existe memória sem documentos, uma vez que estes só se revelam a partir de escolhas circunstanciais da sociedade que cria objetos” (Dodebei, 1997, p.135). Tal sociedade não é só a nossa: em toda a história da humanidade, o ser humano esteve ligado a objetos que de alguma forma ou de outra, demonstravam sua ação no mundo. Tais objetos são responsáveis por uma importante parte do que e como um sujeito se identifica, seja para si ou perante os outros. É parte “[...] da atividade humana produzir e conservar, de diferentes maneiras e com diferentes funções, os registros de suas experiências” (Cavalcanti, 2014, p. 15). Esses registros não só “[...] cumprem a função de revelar essas experiências e vivências como também permitem acumular os conhecimentos produzidos” (Cavalcanti, 2014, p. 15).

Dessa forma, pode-se dizer que arquivos históricos possibilitam inúmeras discussões envolvendo o papel da memória e as disputas políticas e sociais que dela se criam. Se levarmos em conta que tais registros podem ser acessados por pessoas diferentes em tempos diferentes, dentro ou fora do grupo para o qual foi inicialmente produzido, possibilitando “[...] a qualquer interessado a ressignificação da memória” (Santarém, 2007, p. 24), têm-se a possibilidade portanto de que a memória e sua capilaridade “[...] em um indivíduo ou na coletividade atinge uma nova amplitude, pois através dos registros torna-se possível romper com a ideia mnemônica elementar de que um evento só pode ser lembrado por quem efetivamente o vivenciou” (Santarém, 2007, p. 24).

Sendo assim, mais do que nunca, como Nora (1993) aponta, a memória, nos últimos cinquenta anos, é um assunto amplamente debatido e elencado pela sociedade e pela comunidade acadêmica, assim como em espaços que lidam com documentação de caráter

histórico e social, como é o caso de um Centro de Documentação e Memória. Para Nora (1993), na sociedade moderna, a Memória (ou melhor falando, seus restos historicizados) se concentra basicamente em lugares em que a nossa sociedade investe de uma aura quase mítica de preservação do passado: museus, arquivos, centros de documentação, memoriais e comemorações são alguns desses exemplos.

Para o historiador francês, essa memória seria na verdade uma memória historicizada, marcada por traços relacionados ao entendimento do passado enquanto história e não enquanto algo contínuo, sem rupturas e aglutinador do sentimento de pertencimento, o que caracterizaria a Memória. Na verdade, acreditamos que “As ferramentas que a Memória utiliza dependem diretamente da tecnologia, linguagem e valores de cada sociedade”¹ (Millar, 2006, p. 121). Assim, as formas de se vivenciar e encarar a memória variam de tempos em tempos e de sociedade para sociedade. O fato dela se transfigurar em outras formas e maneiras de ação na sociedade moderna não necessariamente aponta o seu fim.

Em uma cultura, a sociedade pode confiar mais em tradições orais, canções ou poesia para construir memórias sociais. Em outras, a sociedade pode, em vez disso, enfatizar a preservação e exibição de materiais ou artefatos de arquivo. Uma sociedade com forte investimento em tecnologia digital moldará suas memórias e suas instituições de memória, diferentemente de uma sociedade que não dê tanta ênfase a tais ferramentas. Da mesma forma, uma sociedade que valoriza muito a arte de contar histórias pode abordar a preservação das “memórias” de forma diferente de uma sociedade que coloca o escrito acima do oral² (Millar, 2006, p. 121).

Nossa sociedade contemporânea valoriza as expressões diversas que a memória pode acarretar assim como “Hoje se contrapõem à síntese abstrata de uma história em particular as muitas memórias diferentes e parcialmente conflitantes que tornam efetivo seu direito de reconhecimento na sociedade” (Assman, 2011, p. 20). Dessa forma, “Ninguém pode negar que essas memórias se tornaram uma parte vital da cultura atual, com suas experiências e reivindicações tão próprias” (Assman, 2011, p. 20). As histórias diversas e plurais, produzidas pela historiografia contemporânea, são profundamente perpassadas por indivíduos marcados por demandas de memória, fazendo com que muitos deles produzem seu conhecimento de

¹ Tradução livre: ““The choice of memory tool depends on a society's technology, language, and sense of values.”

² Tradução livre: “[...] In one culture, society may rely more on oral traditions, songs, or poetry to construct social memories. In another, society may instead emphasize the preservation and display of archival materials or artifacts. A society with a heavy investment in digital technology will fashion its memories, and its memory institutions, differently from a society that does not place as much emphasis on such tools. Similarly, a society that places great value in the art of storytelling may approach the preservation of “memories” differently from a society that ranks the written above the oral.”

dentro ou até mesmo sobre o grupo no qual está inserido: “O ato de lembrar é um processo de fazer-se aparecer em cena, ou mesmo, fazer-se agir em cena” (Santos, 2007, p. 86). Sendo assim, a dicotomia entre História e Memória, para alguns historiadores, não é tão marcada hoje em dia. Tal visão influencia na forma que se busca preservar o patrimônio histórico e social, onde o diverso e plural são mais do que nunca valorizados. A Memória coloca-se então mais do que em uma oposição direta da História, mas como “potencializadora” das ações do ser humano no tempo.

[...] os procedimentos de conservação e restauração são aplicados nos objetos e/ou monumentos que os grupos sociais definem como bens de interesse cultural, por caracterizarem-se como portadores de múltiplos significados e sentidos, em geral, e por estarem associados à memória e à identidade de uma sociedade, comunidade ou grupo social (Bojanoski; Michelin; Bevilacqua, 2017, p. 446).

Dito isso, é essencial destacar o papel que a instituição do Arquivo e outras instituições de guarda documental assumem nos debates que envolvem a preservação da memória no nosso mundo contemporâneo. Em diversas ocasiões, seja em trabalhos acadêmicos ou discursos políticos que envolvem a temática, ouvimos afirmações ligadas à indissociabilidade entre memória e arquivos. Esses últimos seriam, “[...] juntamente com museus e bibliotecas [...] um dos principais lugares onde a memória coletiva e individual podem ser encontradas” (Carreira, 2014, p. 16).

Tal fato se dá “[...] através dos documentos que lá são guardados, documentos imbricados de memória e que podem ser documentos escritos, fotografias, testemunhos orais, etc.” (Carreira, 2014, p. 16). É comum, por isso, associarem imediatamente arquivos à memória, como se um não se colocasse sem o outro. Os acervos por essa via seriam “[...] a materialização da memória” (Santarém, 2007, p. 25), fazendo com que conjuntos documentais frequentemente sejam encarados como “resquílios da memória”. O que essa visão acarreta é que “[...] a preservação de documentos muitas vezes é vista como a preservação da própria memória e a disseminação de seus conteúdos como uma verdadeira operação de “resgate” do passado” (Santarém, 2007, p. 25). Na verdade, o que um arquivo (aqui entendendo arquivo não somente enquanto órgão de preservação documental mas também o conjunto documental em si) possibilita é a formação de uma “representação”, onde seu uso e estudo acarretam a construção de uma “contextualização” sobre o passado.

Trazendo essa compreensão para o âmbito da memória, é possível considerar os documentos como vestígios concedidos pelo passado ao tempo presente, desde que sejam propositadamente selecionados para tanto. Dessa maneira, a vinculação entre

as pessoas e sua existência pregressa pode ser provocada por meio da memória potencialmente proveniente dos registros documentais (Santarém, 2007, p. 27).

Por sua vez, é comum que os próprios profissionais que trabalham com patrimônio, buscando legitimar seu ofício, “[...] justificar a importância do seu trabalho e seu o lugar na sociedade [...]” (Campos, 2014, p. 77), façam eles mesmos essa ligação entre a preservação documental e a preservação da Memória. Tal processo acarreta na verdade uma banalização do processo de preservação e guarda documental, produzindo um efeito exatamente contrário ao que se espera, o que estimula o “[...] descrédito em relação tanto ao trabalho desempenhado pelos arquivistas quanto à eficiência das instituições de custódia em conservar, preservar e dar acesso aos documentos sob sua responsabilidade” (Campos, 2014, p. 77).

Assumir a simbiose entre arquivos e memória é, num primeiro momento, algo bastante tentador, sobretudo porque o termo “memória” parece trazer consigo uma carga expressiva de significado. Contudo, tal expressividade é apenas aparente, como costuma ocorrer com certos conceitos que, de tão banalizados, passam a constituir um conhecimento tácito oco de sentido (Campos, 2014, p. 83).

Mais do que serem a mesma coisa, o que um acervo arquivístico possibilita são inúmeros debates sobre a memória e como tais debates impactam nossa forma de enxergar o próprio acervo e a história produzida sobre ele, assim como sobre de que forma a documentação está intimamente ligada a lembranças e atuação social e política de indivíduos e grupos diversos. O que importa nesse quesito são “[...] a(s) possibilidade(s) de leitura e interpretação desses conteúdos, permitindo, por meio do exercício de (re)elaboração, a construção de novas conexões e de novas abordagens, bem como a formulação de hipóteses de reconstituição do passado, típicas da pesquisa histórica [...]” (Campos, 2014, p. 88).

Lúcia Villas Bôas (2015) comenta que Nora foi o responsável por popularizar no contexto francês a ideia do dever de memória, “[...] associada não apenas à obrigação da manutenção do passado, mas também o dever de reconhecimento do sofrimento alheio” (Villas Bôas, 2015. p. 253). Isso se deve a emergência moderna dos movimentos historiográficos relacionados não só aos grupos considerados como marginalizados (História Vista de Baixo e História das Mulheres são só alguns dos exemplos) mas também da História Oral e dos testemunhos de eventos traumáticos do século XX, como foi o caso na Europa do pós-guerra. A dor e o sofrimento aqui também se constituem enquanto parte da memória e, portanto, da identidade do indivíduo. Há uma busca incessante em resgatar essas memórias repletas de dor e histórias para contar; lembranças, nesse caso, que se entrelaçam com a

História, tendo-se o dever mais do que ético de conceder às vítimas, por meio prioritariamente da narração das suas situações traumáticas, o poder da fala (Barros, 2009).

Tais afirmações posicionam a atuação dos centros de documentação como essenciais para a preservação de acervos documentais que tinham possibilidades consideráveis de se perderem ou serem destruídos, apagando assim parte da história dessas pessoas. Como Nora afirma, um lugar de memória só é um lugar de memória “[...] se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (Nora, 1993, p. 21). A aura simbólica presente em diversos CDM universitários, referentes a sua documentação e o trabalho que fazem em divulgar e preservar a memória de grupos, movimentos sociais, partidos políticos, personalidades importantes para a região, da sua universidade e das pessoas ligadas a ela, por exemplo, às vezes dá a esses centros um caráter significativo de mantenedor das memórias esquecidas ou renegadas pela história oficial

Citando uma dessas situações, temos Moraes (2012), ao discutir a história e atuação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), Centro de Documentação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em capítulos futuros, discutiremos um pouco mais sobre a atuação deste centro e sobre seu “abandono” por parte da universidade. Em sua dissertação de mestrado, Moraes denuncia o suposto descaso que o NDIHR sofreu frente a falta de recursos e importância dada ao mesmo pela UFPB. Após anos gloriosos de atuação do centro, onde de 1976 até meados dos anos 2000 foi responsável pela produção de inúmeros trabalhos sobre seu acervo, utilizando-se de bolsistas e professores, em meados de 2010-2012, enquanto a autora produz seu trabalho, o mesmo já não recebe os recursos e atenção devida para que pudesse funcionar adequadamente. Sobre tal descaso, Moraes pergunta: “A UFPB agirá como aquele indivíduo que bebe do Rio do Esquecimento e esquece a história e a relevância que o NDIHR teve para sua própria história?” (Moraes, 2012, p. 128) ou, a mesma continua, “[...] agirá como o indivíduo que bebe das águas do Rio da Lembrança e preserva sua memória e história?” (Moraes, 2012, p. 128).

Sendo assim, é inegável a intrínseca relação e importância que um CDM assume nos discursos sobre a preservação da memória, sendo a mesma tão interligada a documentos na contemporaneidade. Ainda assim, vale o questionamento sobre como muitos desses centros se utilizam de discursos que envolvem a proteção de uma documentação dita como “ignorada” ou “jogada às traças”, para legitimar sua atuação frente sua universidade e o próprio público que atende.

A seguir, abordaremos alguns debates sobre os termos utilizados para se referir a um Centro de Documentação e Memória universitário e como tais termos variam de autor para autor, acarretando algumas considerações importantes sobre tal situação.

2.5 Outros termos e discussões frequentes

Nessa dissertação, optamos por usar termos como Centro de Documentação e Centro de Documentação e Memória para referir-se ao objeto de estudo. Apesar disso, encontramos outros termos usados para definir tais instâncias preservacionistas. Em meados da década de 1970, existiam mais de 18 termos usados para designar os mesmos ou instituições similares (Cesarino, 1978, p. 230). Como apontado anteriormente, isso se dá pelo fato de tais centros não serem amplamente pesquisados e divulgados para a população em geral quando comparados com outras categorias de preservação patrimonial, como é o caso de arquivos, bibliotecas e museus. Sendo assim, há pouca bibliografia amplamente consolidada sobre a temática, fazendo com que não se tenha um consenso geral, conhecido e disseminado do que um CDM universitário é e o que exatamente representa no contexto brasileiro. É comum existirem autores que usam mais de uma nomenclatura em seus trabalhos, já denotando a pluralidade de entendimentos que existem sobre tal temática na literatura especializada.

São diversas as nomenclaturas utilizadas para nomear esses centros que reúnem informação, nos mais variados suportes, acerca de um tema, pessoa, região ou instituição e que tem como missão preservar a memória desses e torná-la acessível aos pesquisadores, por exposições, trabalhos científicos, debates, entre outras atividades culturais e científicas (Souza, 2016, p. 38)

Os centros de documentação possuem nomenclaturas variadas: Centro de Documentação, Centro de Referência, Centro de Memória, Núcleo de Documentação, Núcleo de Documentação e outros (Barbanti, 2015, p. 07)

Levando em conta tal realidade, a conjuntura nacional de atuação desses centros é extremamente heterogênea: “Um ponto em comum nas literaturas e estudos sobre centros de memória e documentação é que os mesmos não possuem uma clara definição.” (Santos, 2018, p. 82). Cada centro atua de maneira distinta um do outro, levando em conta seu contexto de atuação. Dessa forma, o que existe em trabalhos sobre a temática, em muitos dos casos, são relatos de experiências (Oliveira, 2016) e não uma teoria que abarque definições completas sobre o tema.

No entanto, como já apontado anteriormente, é importante frisar que notamos nesses relatos a constância de algumas características específicas, delineando um perfil básico de

como esses centros atuam em território nacional. Sendo assim, mesmo que não exista uma definição fechada e específica do que seria um Centro de Documentação, tais espaços, basicamente, se constituem enquanto lugares de “[...] custódia e difusão de saberes, ou como núcleos culturais de formação, preservação e transmissão de um patrimônio cultural composto por conjuntos documentais diversos, reunidos sob o critério do valor histórico e informativo [...]” (Santos, 2018, p. 83).

Tal conceito, frequentemente exposto em trabalhos do gênero, é o que mais se encaixaria em uma definição ampla e genérica do termo. Por sua vez, ao buscarmos definir o que se caracterizaria enquanto um conceito, devemos levar em conta que este último se constitui enquanto “[...] a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto” (Dahlberg, 1978, p. 102). O conceito é a palavra que em si reúne todos os enunciados acerca de um determinado objeto, signo ou pensamento, por exemplo. A conceituação é, portanto, “[...] uma limitação, ou seja, uma colocação de limites. Trata-se de determinar ou fixar os limites de um conceito ou idéia” (Dahlberg, 1978, p. 106).

A escolha do uso do termo “Centro de Documentação e Memória” se dá pelo fato de concebermos esses lugares enquanto preservadores de documentação de cunho histórico e científico, disponibilizando-a a serviço da comunidade. É a partir de tal documentação que se desenvolve diversos outros trabalhos que procuram ampliar as maneiras que o público entre em contato com o centro, assim como aprimorar as pesquisas e conhecimento gerados por tais acervos: palestras, cursos, congressos, projetos de história oral, culturais e históricos, por exemplo. A junção do termo “memória” se dá pela relevância que a temática memorial assume no discurso de todos aqueles que trabalham ou escrevem sobre esses espaços, seja de dentro ou fora dele.

2.5.1 Centro de Memória

Além dos termos já citados, outro que se destaca é o de “Centro de Memória”. Tal termo talvez seja o mais utilizado, juntamente com o Centro de Documentação. Barbanti (2015) conceitua um centro de memória especialmente “[...] pelo seu acervo heterogêneo, com diversos suportes, com características arquivísticas, bibliográficas e museológicas” (Barbanti, 2015, p. 33). Já nesse pequeno trecho, o que se nota é a semelhança e praticamente igualdade conceitual quando comparamos com definições acima expostas sobre Centros de Documentação. Ainda assim, alguns autores buscam diferenciar essas duas instâncias, apontando diferenças entre Centros de Memória e Centros de Documentação. Alguns deles

chegam inclusive a se opor nas conclusões sobre o assunto.

Fontanelli (2005) por exemplo, ao buscar diferenciar um Centro de Memória de um Centro de Documentação, destaca o papel de um Centro de Memória em preservar e coletar especificamente documentos referentes à história de uma instituição.

Centro de memória e Centro de Documentação se assemelham, uma vez que ambos acumulam documentos e se preocupam com a gestão das informações para geração de novos conhecimentos. Acontece, porém, que a função dos documentos no acervo de um centro de memória é diferente. O foco dos profissionais responsáveis por seu gerenciamento, via de regra, está no coletar, preservar, organizar e disponibilizar documentos relacionados especificamente à história da instituição e com os quais seja possível reconstituir sua memória (Fontanelli, 2005, p. 85)

Bicalho (2011) aponta que a diferença entre os dois reside “[...] no fato de que nos Centros de Memória, os itens do acervo (sejam eles característicos de arquivo, biblioteca ou museu), não possuem origem diversa, se constituindo a partir da própria área ou instituição que representa” (Bicalho, 2011, p. 18). Já Barbanti (2015) também aborda a temática levando em conta o papel que um Centro de Memória desempenharia dentro de uma empresa ou instituição, onde o mesmo se coloca enquanto um tipo de órgão integrante da estrutura organizacional, coletando e agregando documentação histórica e probatória da instituição na qual se encontra. Para a autora, no Brasil, a criação do conceito de “Centro de Memória” está intimamente ligada à criação desses centros de memória empresariais (Barbanti, 2015). Ott (2003, p. 12), por sua vez, cita alguns exemplos de Centros de Memória empresariais criados nos fins do século passado, quando o movimento de criação desses centros teria se iniciado: Núcleo de Memória da Odebrecht (1984), na Bahia, Centro de Memória da Klabin (1989), em São Paulo, Centro de Documentação e Memória da Garoto, no Espírito Santo, Memória RBS (1997), no Rio Grande do Sul, por exemplo, são alguns dos exemplos dos muitos que temos.

[...] a Memória Institucional começou a ser tratada de forma sistemática a partir da década de 1970, como reflexo dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos voltados à questão da memória. Nesse momento, principalmente nas empresas, percebeu-se que para seu crescimento era importante registrar e preservar sua memória, ou seja, criar lastro para seus produtos e serviços (Parrela; Nascimento, 2019, p. 181)

Barbanti (2015) aponta que ao se utilizar desse termo, leva-se em conta que a função de um Centro de Memória não é “[...] apenas o acúmulo de documentos inerentes às instituições [...]” (Barbanti, 2015, p. 12), o que normalmente se coloca como função de um arquivo institucional, mas sim “[...] a abordagem no sentido de resgatar, preservar e disseminar sua memória institucional” (Barbanti, 2015, p. 12).

A criação e instituição de um Centro de Memória se inicia, geralmente, com a identificação de documentação probatória, já não mais utilizada, mas que constituía a memória organizacional daquela instituição. Outras vezes discute-se a trajetória histórica daquela instituição, onde é prática a coleta e disseminação de informação de cunho histórico, compondo uma miscelânea de peças, obras, objetos, documentos textuais e imagens, numa tentativa de preservação da “alma” dos fundadores e participantes da instituição (Barbanti, 2015, p. 12).

O Itaú Cultural (2013) foi responsável por publicar um manual de orientações sobre como implantar Centros de Memória (CM) institucionais, dando dicas de como administrar seu funcionamento. Seu intuito era difundir a “[...] experiência adquirida em uma década de atuação [...] na gestão do Centro de Memória do Itaú Unibanco” (Itaú Cultural, 2013, p. 06). Neste manual, que busca instrumentalizar gestores e profissionais da área, um CM está intimamente atrelado a sua capacidade de “[...] fortalecer o compromisso da instituição com as suas responsabilidades social e histórica, ao demonstrar o valor que dá ao seu passado, tratado como um patrimônio a ser propagado e apropriado por todos [...]” (Itaú Cultural, 2013, p. 12). Um CM deve demonstrar, com sua documentação, os valores da sua instituição, respondendo também a quaisquer demandas por informação especializada relativas à sua trajetória. É necessário que, a partir desse olhar valorativo da memória e história da instituição, a comunidade interna seja impactada e movida a acreditar que a mesma também foi necessária na construção da organização (Fontanelli, 2005, p. 85).

Percebe-se nessa discussão sobre Centros de Memória um ponto essencial a ser destacado, ponto esse que viria a diferenciar um Centro de Documentação de um Centro de Memória: a ênfase dada à memória institucional. Os CDM universitários podem possuir parte de alguma documentação produzida pela ou na universidade, seja arquivos de professores, de movimento estudantil ou até mesmo parte do arquivo institucional da sua universidade. Contudo, ele não se limita a essa tarefa, como muitos autores definem como sendo um dos principais traços dos Centros de Memória.

O Centro de Documentação tem o objetivo de coletar a documentação, organizá-la e disseminar informações. O Cm, por sua vez, tem ainda a função de pensar na trajetória da instituição a fim de elaborar formas de utilizar o conhecimento adquirido e produzir novos conteúdos, difundindo valores e refletindo a cultura organizacional. O trabalho de documentação e o de memória exigem competências distintas, mas complementares. um é mais técnico, baseado nas ciências da informação, da arquivologia e da biblioteconomia; o outro, mais analítico, fundamentado na história, na antropologia e na sociologia. as duas competências são fundamentais para, a partir do conhecimento e do entendimento de tudo o que é produzido pela instituição, definir quais são os documentos históricos relevantes e que devem ser reunidos no acervo (Itaú Cultural, 2013, p. 09).

Outros autores apontam a grande semelhança entre a atuação de um Centro de Documentação perante um Centro de Memória, afirmando que o que mais se aproxima da caracterização e atuação de um Centro de Memória é, sem dúvida nenhuma, um Centro de Documentação (Oliveira, 2016, p. 161). Já outros buscam diferenciá-los por completo, como é o caso de Silveira (2013), que discorre sobre quais seriam as diferenças entre os dois tipos de centros aqui mencionados. O autor acaba trazendo concepções distintas do que normalmente outros autores que trabalham a temática colocam como sendo comuns a um Centro de Documentação, demonstrando novamente a heterogeneidade de definições que encontramos sobre o tema. Silveira propõe a ideia de que, apesar de ser relativamente comum que se usem como sinônimos os dois termos aqui elencados, existem intrínsecas diferenças entre os dois.

É verdade que ambos preservam documentos e se preocupam com a gestão das informações para a produção de novos conhecimentos; a diferença está na função atribuída aos documentos. Assim, o acervo de um centro de memória deve conter parte da massa documental produzida pela instituição e, em especial, os documentos relacionados à história da instituição para que seja possível reconstituir a sua trajetória. *Já os centros de documentação ficariam encarregados de preservar os documentos que possuem valor legal, ou seja, os documentos de origens contábeis, jurídicos e de recursos humanos. Desse modo, teriam um caráter permanente, estático.* (Silveira, 2013, p. 73, grifo nosso).

Silveira caracteriza, ao nosso ver, um Centro de Documentação de forma parecida com um Arquivo³ e não como um Centro de Documentação conceituado pela maioria dos autores que trabalham essa temática e que já abordamos anteriormente. Novamente, isso demonstra a dificuldade de se ter uma definição fechada do que se constituiria um Centro de Documentação e qual seria sua nomenclatura mais adequada. Apesar de existirem estudos que indiquem as diferenças entre um Centro de Documentação e um Centro de Memória, há também muitas que usam os termos como sinônimos ou se utilizam de ambos os termos para se referir a mesma coisa. Tal processo não é incomum já que “[...] *é possível que um mesmo conceito possa ter diferentes concepções*, dependendo da teoria a qual ele esteja dando suporte. Da mesma maneira, um conceito não pode ser dissociado do locus espaço-temporal no qual ele foi forjado e no qual ele circulou” (Cavalcanti, 2014, p. 20- grifo nosso). Acreditamos, portanto, que no contexto nacional, é muito difícil separar ou definir com total

³ Atualmente as noções de um Arquivo não estão somente ligadas ao mesmo enquanto um depósito de documentos, sejam eles de cunho jurídico, administrativo ou histórico. Para discussões sobre novas funções dos arquivos no século XXI, ver BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivo e sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: Arquivo: Estudos e Reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 132-143.

exatidão o que seria um e o que seria outro, exatamente pela forma heterogênea que os termos são usados em diferentes contextos.

2.5.2 Centro de Documentação e Memória

Dessa forma, acreditamos que um Centro de Documentação e Memória universitária se caracteriza enquanto uma instituição que possui sua sede em uma universidade ou em instituições de caráter educacional, sejam elas públicas ou privadas, fazendo parte e atuando diretamente em seu entorno por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. Ele tem como um dos seus objetivos primordiais a preservação e divulgação patrimonial. Por meio de tal patrimônio, um centro de documentação busca estimular a construção de pesquisas sobre as temáticas presentes em seu acervo, que podem variar de centro para centro, sendo uma constante com frequência observada a abordagem de temáticas da história regional de cunho social, cultural e político, além da de documentos que revelam aspectos da história da própria instituição universitária e educacional na qual o centro atua.

São instituições que frequentemente se utilizam de saberes de diversas áreas científicas, realizando conversas entre essas áreas do conhecimento, como História, Sociologia, Administração, Direito, Museologia, Arquivologia, Biblioteconomia e Biologia, por exemplo, com o intuito de melhor gerir e preservar a documentação presente nesses espaços, utilizando para isso de preceitos dessas ciências em seu cotidiano. Além disso, buscam frequentemente auxiliar e incentivar o conhecimento produzido em seus espaços e sobre a documentação que preserva, contribuindo na formação acadêmica e profissional de alunos e demais interessados, de diversas áreas científicas e acadêmicas, que por algum motivo venham a conversar com a preservação do patrimônio documental, por meio principalmente da realização de simpósios, mesas temáticas, minicursos, projetos de iniciação científica, estágios e congressos, sozinhos ou em conjunto com outras instituições.

Por se tratar de um órgão muitas vezes de caráter heterogêneo, que funciona de acordo com as demandas locais e regionais de ensino e pesquisa, cada centro vai assumir características próprias ou além das aqui citadas, assim como também podem não exercer todas as que aqui definimos como comuns a um CDM universitário. Apresentamos as que, de acordo com as pesquisas feitas sobre a temática, são as feições mais comuns de serem assumidas por essas instâncias. Notamos ainda, em alguns casos, a publicação de revistas científicas, ligadas à história de seu acervo e a proteção patrimonial e cultural, serviços de reprografia documental, de aconselhamento referente a esfera da proteção patrimonial local e

regional, convênios com instituições públicas ou privadas, realizando trocas e serviços diversos, entre outros mais, de acordo com as demandas referentes ao seu exercício.

Por fim, dado esse panorama sobre as problemáticas que envolvem o conceito e seus termos, optamos por utilizar os termos Centro de Documentação e Memória, por acharmos que é o termo mais completo, abarcando tanto as dimensões informacional, que se empenha na disponibilização da documentação para pesquisa e construção do conhecimento, e memorial, que lida com as discussões sobre preservação da memória e história através conservação e salvaguarda do acervo. Optamos também por ocasionalmente utilizar o termo Centro de Documentação, pela sua praticidade e também por ser um termo comum e constante na bibliografia como um todo.

3 HISTÓRICO DE SURGIMENTO E CONSTRUÇÃO DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA NAS UNIVERSIDADES NACIONAIS

A maioria dos autores⁴ estudados para esta dissertação e que abordam o período e os motivos que propiciaram a criação desses espaços apontam como o momento de criação dos primeiros Centros de Documentação universitários o fim da década de 1970, tendo seu crescimento e alastramento entre as universidades públicas e privadas nacionais se dado principalmente e exponencialmente nas duas décadas seguintes. Para Andrade (2010, p. 191), é durante esse período que têm-se “[...] a maior aproximação das Universidades com a realidade social, incorporando problemáticas sociais e políticas como objetos de investigação científica [...]”. Tal processo teve como uma de suas vertentes a expansão de Centros de Documentação e Memória universitários, “[...] especializados em temáticas diversas, de acordo com as linhas de pesquisa priorizadas em cada Universidade” (Andrade, 2010, p. 191).

Nesse período, foi no meio acadêmico universitário que nasceu boa parte dos Cms [centros de memória] brasileiros. Inicialmente, eram das áreas de ciência e tecnologia, mas depois se difundiram na área de ciências humanas. Esse movimento não se limitaria à academia: o universo empresarial e o do terceiro setor também passariam a investir em memória (Itaú Cultural, 2013, p. 12).

Sobre os motivos que propiciaram o surgimento e posterior alastramento desses centros nas universidades, alguns autores apontam o desenvolvimento de programas de pós-graduação na área de ciências humanas em fins da década de 1970, assim como o aumento de incentivos governamentais destinados ao desenvolvimento de pesquisas na área como algumas das possíveis causas. Ademais, observamos algumas mudanças na mentalidade (nacional e internacionalmente) do que se constituiria enquanto História, Memória e Patrimônio e, conseqüentemente, o que vale ou não ser preservado e valorizado enquanto cultura e História. Por fim, ainda encontramos a proliferação desses centros como uma resposta aos desafios ligados a preservação da documentação histórica, social e política brasileira, tendo com isso muitos desses centros se constituído enquanto um espaço que detém como uma de suas principais missões a conservação do patrimônio histórico, científico e social local e regional.

Dessa forma, neste capítulo pretendemos abordar um pouco sobre cada um desses pontos acima elencados, apresentando um panorama geral da proliferação desses centros nas últimas décadas do século passado. O objetivo é apontar como essas causas contribuíram no

⁴ Silveira (2013) é o único autor que encontramos que aponta um período anterior (década de 1950) como o momento de início da criação desses centros no país.

fomento de iniciativas que posteriormente incentivaram a criação e expansão de CDM pelas universidades nacionais, principalmente aqueles ligados à área de ciências humanas. No entanto, como é importante frisar, por ser um cenário bastante heterogêneo de atuação, cada centro também possui motivações próprias e de caráter regional para que fossem criados, sendo múltiplos os motivos que vieram a possibilitar que eles fossem idealizados e concebidos por seus atores.

3.1 - A ditadura militar: fachada democrática

A ditadura civil militar⁵, ocorrida de 1964 a 1985, foi um marco na história brasileira recente. Sua ação política perpassada de violência, expressada de diversas maneiras e em diversas intensidades, adentrou em camadas da sociedade brasileira que de alguma forma se colocavam contra o regime (ou que acreditava-se que seriam contra o regime), propagando perseguições e eliminando dissidentes.

[...] o regime ditatorial militar estruturou seu domínio em extensa estrutura de repressão e violência e, simultaneamente, busca de legitimação, com instâncias de regulação funcionando como em rede em todo o território nacional, limitação do acesso a justiça e imposição de censura a qualquer manifestação direta ou indiretamente contrária ou crítica ao regime (Barreto; Borges, 2016, p. 127).

Com pretensões diversas e sustentada por grupos heterogêneos (liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários), o que unia as frentes golpistas antes e após o golpe era a noção de que, com a deposição de João Goulart (1961-1964), os militares acabavam por retirar do poder “[...] um governo acusado de conduzir o país para o precipício” (Motta, 2014, p. 21). Com uma pretensa fachada democrática, onde têm-se a construção e uso de “[...] um arcabouço legal autocraticamente definido pelos presidentes e órgãos de segurança, através de decretos ou leis aprovadas por um legislativo devidamente “depurado” de elementos críticos ao regime” (Barreto; Borges, 2016, p. 119), constata-se, ao longo dos vinte e um anos de ditadura militar, a constante perseguição, censura, silenciamento, tortura e assassinato de dissidentes políticos e críticos ao regime. Utilizando-se de atos institucionais outorgados pelo poder executivo, eram concedidos profundos poderes à cúpula governamental.

⁵ Os termos que serão utilizados nesta dissertação para se referir a esse período da história brasileira serão tanto ditadura e regime militar quanto ditadura civil militar, não ignorando apesar disso as discussões que envolvem o uso deste último, ligados à participação civil na legitimidade do golpe de 1964.

Apesar disso, “[...] se o período militar demonstra uma atuação autoritária do estado brasileiro, também foi um momento em que a sociedade civil ganha vitalidade e os movimentos se (re)organizam e se mobilizam contra o autoritarismo vigente” (Alves;Oliveira, 2014, p. 353). Dessa forma, além de momentos de repressão intensos, a sociedade civil soube criar inúmeras formas de se relacionar e reivindicar seus interesses, em uma sociedade que cada vez mais se urbanizava, mas que nem por isso deixava de ser extremamente desigual. Movimento de grupos sociais minoritários como o negro, o indígena, de mulheres, assim como de mães, de bairro, comunitários, de igreja e de estudantes se desenvolveram e/ou floresceram grande parte nos anos de ditadura militar brasileira, aumentando com o tempo seu poder de barganha.

Como afirma Molina (2015, p. 27), “Certo é que durante o período de regime militar, muitos grupos resistiram ao autoritarismo imposto, à supressão dos Direitos Fundamentais que se observava, ao excesso de violência, ao aniquilamento da liberdade, à imposição da censura”. A resistência se deu em diversas frentes, assim como não foi a única forma de se abordar os dirigentes militares a fim de pleitear propostas e lidar com medidas impositivas e violentas vindas do governo.

Levando tal contexto em consideração, é importante salientar que parte considerável dos centros de documentação universitários nascidos nas décadas de 1980 e 1990 surgiram com a proposta de também preservar uma documentação histórica referente a grupos que, se não iam de encontro abertamente ao regime militar (que há pouco havia cessado de existir), pelo menos o criticaram. Sobre isso, Neves (2005) aborda a importância que tais tipos de acervos tiveram na criação dos primeiros centros de documentação.

O papel de profissionais dispostos a catalisar a história tal qual aconteceu e preservar a memória daqueles que se opuseram ao regime ditatorial, durante as décadas de 1960 e 1970, se fez com base em justificativas voltadas ao trabalho científico de pesquisas que procuravam entender a história, dos mais variados aspectos, para que pudessem posteriormente transformar a situação. Mais do que um slogan da pesquisa participante, os trabalhos iniciais nos arquivos, na recuperação e constituição de acervos, para a configuração de centros de documentação e memória, estavam relacionados ao desejo de conhecer a história ao longo dos anos compreendidos entre 1970 e 1980, *para construí-la e, quem sabe, transformá-la* (Neves, 2005, p. 73 - *grifo nosso*).

Durante nossas pesquisas, foi possível constatar que ainda hoje tal característica se coloca como um ponto marcante na conceituação do que se entende como um centro de documentação e memória universitário: observa-se com frequência que tais centros assumiram o papel de preservação de uma documentação advinda de grupos sociais, políticos

e culturais de sua região, sendo essa documentação, por sua vez, em grande parte responsável por refletir críticas ao regime vigente, seja ele o regime militar ou os governos republicanos posteriores, possuindo com isso um forte caráter contestatório. Agora, mais do que nunca, pesquisar sobre esse momento, e aqueles que foram perseguidos e silenciados pelo regime era uma forma de responder à censura e valorizar as vozes dissidentes e esquecidas ou ignoradas pelo governo: não só o militar mas também pela história do Brasil como um todo.

Os centros de preservação documental e memória criados nas universidades na segunda metade da década de 1970 e na de 1980, se inserem no contexto nacional marcado pela abertura política com o fim da ditadura civil-militar. A conjuntura política, marcada pela intensificação das lutas sociais, e o debate acadêmico permeado pelo marxismo inglês e pela Nova História, acabaram por influenciar nas definições de linhas de acervo e de tipologias documentais dos centros de preservação: guardar vestígios que possibilitem a revelação de histórias por fora das instituições de Estado e das ações oficiais, mesmo que as fontes ali guardadas fossem provenientes de órgãos oficiais (Oliveira, 2013, p. 01).

Ainda assim, os arquivos comunitários e privados, assim como referentes à outros momentos históricos, constituídos por diferentes perspectivas sociais, políticas e culturais, representando com isso parte constitutiva do processo histórico de grupos e indivíduos, também foram e ainda são uma parte importante dos acervos dos centros de documentação espalhados pelo país, demonstrando ainda assim a sua heterogeneidade quanto às possibilidades de guarda e atuação de seu acervo.

3.2 - O regime militar e a Reforma Universitária de 1968.

É durante a ditadura civil-militar que podemos constatar a realização de algumas reformas na maneira em que as universidades brasileiras atuavam e se configuravam enquanto instituições de ensino. Tais mudanças, por sua vez, se fazem sentir até hoje na estrutura universitária brasileira. Foi durante o período, por exemplo, que observamos a criação e implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva por parte de professores, além da consolidação e expansão da estrutura departamental, assim como o uso do sistema de créditos por disciplina e a organização semestral de atuação, que são características ainda hoje presentes na atuação universitária nacional (Lira, 2012).

A reforma mais importante nesse quesito foi a realizada por meio da lei de nº 5540 de 28 de novembro de 1968. Ela entrou em vigor no governo de Costa e Silva, com Tarso Dutra no Ministério da Educação e Cultura, e buscou estabelecer as normas de organização e funcionamento do ensino superior. Ao observarmos a lei, enxergamos em seu primeiro artigo

a afirmação de que o ensino superior tem como um dos seus objetivos primordiais a realização da pesquisa: “O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário” (Brasil, 1968).

Em seu segundo artigo, podemos constatar a mesma ideia da indissociabilidade entre ensino e pesquisa: “O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado” (Brasil, 1968). Tal fato se traduziu na ênfase dada pelo governo militar aos programas de pós-graduação no período, que começam a se desenvolver e ganhar cada vez mais recursos e verbas públicas governamentais. A pesquisa universitária era encarada como uma das formas do país desenvolver tecnologia e mão de obra qualificada e, com isso, ajudar e ampliar o desenvolvimento nacional (Silva, 2016). Como aponta Nogueira (1998), “[...] incorporava-se a noção de que o melhor caminho para se libertar da tecnologia importada seria priorizar a educação superior, voltada para as áreas tecnológicas” (Nogueira, 1998, p.73 apud. Silva, 2016, p. 466).

Como aponta Motta (2014), o regime militar, em relação às universidades, foi permeado por duas facetas distintas mas que frequentemente se entrelaçaram. O regime foi, ao mesmo tempo, “[...] destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de maneira repressiva” (Motta, 2014, p, 07). Além disso, apesar de haver uma forte influência do modelo americano na organização e estrutura da universidade, a ditadura ainda soube aplicar preceitos próprios, com forte teor conservador (Motta, 2014), que incluíam por exemplo a censura a pesquisa, subjugação de movimentos estudantis e difusão da sua ideologia dominante nos espaços acadêmicos. Na prática, os que mais seriam afetados por tais reformas, os professores e estudantes universitários, não chegaram a serem ouvidos de maneira ampla no processo, apesar de terem determinadas demandas e proposições atendidas, mas de forma muitas das vezes limitada e autoritária, além de não terem sido realizados debates públicos sobre a questão (Lira, 2012).

Dessa forma, é importante ressaltar que uma das facetas dessa modernização da estrutura universitária se deu, como já mencionado, pela expansão da pós-graduação no país, com altos investimentos destinados à pesquisa e à produção tecnológica. É por meio da ampliação das pós-graduações em ciências humanas durante o período que, segundo os principais autores⁶ que estudam a criação e expansão de Centros de Documentação e Memória nas universidades, se tem o nascimento e posterior expansão desses espaços, com o intuito

⁶ Cavalcanti (2014); Cruz&Tessitore (2003); Moreira (1990); Camargo (2003)

primordial de auxiliar na construção de pesquisas que buscavam analisar a realidade social, política e histórica brasileira.

3.3 - Pós-Graduação e o desenvolvimento de centros de documentação e memória

Como expõe Saviani (2008), a estruturação da pós-graduação no país terá como objetivo primordial formar docentes para que esses pudessem atender as necessidades acadêmicas que surgiam com a reformulação do ensino superior, assim como promover e incentivar a produção do conhecimento científico nacional. É com tal reforma que observamos que “ [...] educação e desenvolvimento econômico estão atrelados num projeto de governo dos militares que planejaram um modelo de ensino superior, de universidade e, conseqüentemente, de pós-graduação, para atender a este objetivo” (Alves; Oliveira, 2014, p. 352).

O propósito era implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação no âmbito do ensino superior, uma vez que havia o entendimento de que faltava maior precisão no tocante à natureza dos cursos de pós-graduação então existentes no país. É, pois, neste contexto do Regime Militar, que a pós-graduação vivenciou um movimento de estruturação, normatização e institucionalização, bem como de ampliação do fomento, da expansão e da adoção de sistemática de avaliação, cujas diretrizes e bases permanecem ainda hoje (Alves; Oliveira, 2014, p. 352).

Ao encarar a universidade como lugar primordialmente responsável pelo desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento esse visto como essencial para o crescimento econômico do país, há no período destacado um aumento considerável no investimento federal em pesquisas, contribuindo com isso com a expansão da pós-graduação no país, nas suas mais diversas áreas (Forjaz, 1989).

Apesar das ciências humanas não se constituírem como o foco principal dos incentivos governamentais, já que não eram responsáveis diretamente pelo desenvolvimento de tecnologia como as ditas ciências duras, nas décadas de 1970 e 1980 observamos um aumento considerável dos recursos públicos destinados a essas áreas (Forjaz, 1989). Mesmo que não fossem as destinatárias principais e primordiais do governo federal, as ciências humanas e suas pós-graduações conseguiram se aproveitar amplamente dos recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, crescendo e se aperfeiçoando com tais investimentos (Cavalcanti, 2014).

Teria sido essa impulsão a organização e desenvolvimento de programas de pós-graduação em universidades brasileiras, juntamente com o aumento de recursos destinados a esses espaços, um dos motivos que traduziu-se na criação dos primeiros centros

de documentação, pesquisa e memória social nas universidades nacionais (Cruz; Tessitore, 2010). Tal fato se deu pela ênfase dada à preparação de pesquisadores e a necessidade das universidades construírem espaços que disponibilizassem e tratassem informação científica e tecnológica para o uso desse pesquisador, facilitando com isso todo seu processo de construção de saber (Cavalcanti, 2014). Dessa forma, visando facilitar a vida do cientista e reunir em um só lugar a informação necessária para o desenvolvimento de pesquisas, alavancadas pelos na época recentemente criados programas de pós-graduação, os centros de documentação teriam surgido nesse contexto com a proposta inicial de disponibilizar informação especializada para seu público especializado, facilitando e reunindo em um só lugar toda documentação necessária para o desenvolvimento de pesquisas, tanto para a área de ciência e tecnologia quanto para a de humanas.

Foi esta ênfase à informação que não apenas possibilitou, mas até mesmo favoreceu a criação, durante a década de 1970, de centros de documentação voltados para a pesquisa histórica, área que até então não havia sido incluída entre as prioritárias. Embora com objetivos práticos precisos, esses centros tiveram sua existência justificada pela necessidade de sistematizar as informações na área das ciências sociais, de modo a torná-las acessíveis ao pesquisador (Moreira, 1990, p. 72).

Camargo (2003) escreve que tais espaços serviram como lugares de organização e reunião de materiais e fontes de pesquisas, se constituindo em centros especializados “[...] na preservação e organização dessas fontes, trazendo para perto do pesquisador (docente, discente ou a comunidade) o material necessário ao desenvolvimento de suas pesquisas e, de outro lado, abrindo à sociedade as possibilidades de sua utilização e conhecimento” (Camargo, 2003, p. 27). Tal processo andou em conjunto, pelo menos na área de ciências humanas, com a preservação de documentação histórica original: “Dessa forma, ao mesmo tempo que o problema do acesso às fontes era resolvido, as diversas instituições e entidades eram envolvidas na tarefa premente de participar dos esforços de preservação da memória, nacional/regional/local” (Camargo, 2003, p. 27).

No território específico das humanidades e das ciências sociais aplicadas, verifica-se que, desde a década de 1970, várias universidades brasileiras passaram a agir nesse sentido, procurando, assim, resolver problemas característicos de nossa realidade social. O principal deles era que as fontes de pesquisa, necessárias ao desenvolvimento dos estudos acadêmicos, não estavam acessíveis ao pesquisador, seja por ausência de instituições dedicadas à preservação do patrimônio documental, seja por descaso dos poderes públicos e das instituições privadas, seja mesmo por falta de recursos humanos capacitados e de recursos financeiros destinados à sua organização e preservação. As dimensões continentais do país eram outro fator a agravar as dificuldades de acesso a fontes documentais originais. Sabe-se que os conjuntos documentais, volumosos, na maior parte das vezes não são passíveis de

reprodução, apesar das tecnologias disponíveis para esse fim (Camargo, 2003, p. 26).

3.4 Debates sobre o papel público na criação e expansão dos Centros de Documentação e Memória.

Janete Leiko Tanno (2006) aponta que, a partir da década de 1970, houve a expansão da descentralização dos órgãos responsáveis pela preservação patrimonial, acarretando no crescimento das secretarias de cultura e de órgãos estaduais e municipais de preservação (Tanno, 2006). Nessa direção, foram criados diversos setores de proteção patrimonial: secretarias, divisões, arquivos e centros de documentação em níveis municipal e estadual (Saporetti, Rodrigues, 2020). Acreditamos que tal processo possa ter influenciado em pareceres federais relacionados ao papel das universidades na preservação do patrimônio social brasileiro, que passavam a recomendar cada vez mais que as mesmas desempenhassem algum papel na preservação documental patrimonial nacional.

Em 1975, com a divulgação da Política Nacional de Cultura (Brasil, 1975), temos a indicação federal da criação de centros de documentação especializados. Durante o período estudado, cultura e educação estavam sob o mesmo ministério, estando ligados a mesma administração ministerial (Cavalcanti, 2014). O governo “[...] recomendava a criação desses centros e definia como função da universidade a preservação e organização dos acervos documentais brasileiros” (Camargo, 1999, p. 57). O mesmo incentivava “[...] as universidades, pontualmente, a desenvolverem programas de preservação da memória com um componente a mais, a memória regional” (Camargo, 1999, p. 58). Às universidades, segundo tal documento, cabia então promover a construção de estudos e pesquisas “[...] em nível de planejamento próprio ou em convênio com outras instituições culturais, para levantamentos de acervos arqueológicos, históricos, etnográficos, artísticos ou folclóricos, centralizando os dados em organizações de livre acesso aos estudiosos” (Brasil, 1975, p. 41), assim como também deveria ter como objetivo “[...] incentivar o levantamento da documentação histórica, científica e artística de referência imediata ao Brasil, de diversa data ou atual [...]” e “[...] constituir centros de documentação iconográfica e de reprografia dos acervos e manifestações culturais de suas áreas” (Brasil, 1975, p. 41).

Através da Política Nacional de Cultura (PNC), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estimulou e financiou a criação de centros de memória, documentação e pesquisa, definindo que a organização e preservação dos acervos documentais brasileiros era uma função da Universidade. Os programas de preservação da

memória incentivados pela PNC deveria enfatizar a memória regional, tendo em vista a precariedade e inexistência de arquivos públicos municipais, ocasionando a perda de importantes fontes de pesquisa (Camargo, 1999). Na esfera das Universidades Federais, os pioneiros no desenvolvimento desses centros foram os Núcleos de Documentação e Informação Histórica Regional das Universidades Federais de Mato Grosso e da Paraíba. No âmbito das instituições para-acadêmicas pode-se citar o da Fundação Casa de Osvaldo Cruz, o da Fundação Casa de Rui Barbosa, e o da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) (Silveira, 2013, p. 39).

O Plano Nacional de Cultura destaca e apresenta a universidade como “[...] focos capazes de contribuir para o surgimento do espírito científico e criativo” (Cavalcanti, 2014, p. 85), associando análises e pesquisas, fomentando, com recursos ou por meio de documentos oficiais como este, as mesmas a criarem arquivos e centros de documentação. Temos, pelo então Ministério da Educação e Cultura, o incentivo a “[...] participação das universidades nas atividades de levantamento de acervos arquivísticos com valor histórico” (Moreira, 1990, p. 73), sendo estimulado e facilitado, com isso, “[...] o surgimento de centros de documentação vinculados aos estabelecimentos federais de ensino” (Moreira, 1990, p. 73).

Em meados da década de 1970, o próprio Ministério da Educação e Cultura deu início à oficialização e financiamento desse tipo de iniciativa. O Programa Nacional de Cultura, publicado em 1975, durante a gestão Ney Braga, recomendava a criação desses centros e definia como função da universidade a preservação e organização dos acervos documentais brasileiros. Em decorrência desse processo, podemos apontar atualmente a existência desses órgãos em muitas universidades federais, como as de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Mato Grosso, Paraná, Pará e Fluminense, entre outras (Camargo, 2003, p. 27).

Dito isso, é importante ressaltar algo que Cavalcanti (2014) levanta como uma questão de análise: qual destas instâncias, universidade ou o governo federal, que primeiramente notam a necessidade de preservação documental e de organização de fontes documentais para o desenvolvimento de pesquisas? São as universidades que detectam o problema de falta de uma sistematização e organização de fontes de pesquisa e com isso buscam formas de solucionar tais problemas, ou é o Estado brasileiro que percebe tal contexto e com isso “[...] passa a incentivar a criação destes centros por demandar menos investimento de recursos ou até mesmo como uma forma de controle deste material que estava sendo reunido e organizado?” (Cavalcanti, 2014, p. 116). Para a autora, seria uma ação realizada por ambos, não ocorrendo tal processo, contudo, “de forma inocente”: observamos que houve um movimento que buscou responder às necessidades dos dois agentes, com o objetivo de atender o interesse de ambas as partes.

O Estado precisa, por diversos motivos, preservar estes documentos e para isso transfere essa tarefa para diferentes entidades além dos próprios arquivos estatais. Por outro lado, acreditamos que os pesquisadores atuantes nos espaços universitários vislumbram aí uma possibilidade de preservação e aproximação com suas fontes de pesquisa, além de uma multiplicação destas e da facilidade de acesso (Cavalcanti, 2014, p. 116).

Em 1974, pesquisadores da UNICAMP divulgam as “Diretrizes Gerais Para a Implantação do Centro de Documentação”, que já indicava, por exemplo, a importância das universidades, mais especificamente, de um centro de documentação, “[...] inserir-se no conjunto de esforços que devem ser feitos no sentido de proteger a documentação brasileira da destruição e da evasão do território nacional, colaborando efetivamente para a preservação da memória nacional” (IFCH, 1974, p. 17). Tais constatações, portanto, já estavam presentes na mente dos professores e acadêmicos, sendo estes responsáveis, em sua grande maioria, pela criação de diversos centros de documentação e memória universitários, principalmente na junção, doação e arranjo de documentos e fontes primárias na construção do acervo.

Conclui-se dessa forma que ambas as partes foram importantes para que se desse tal movimento, sendo possível entrever que “[...] tanto professores e pesquisadores quanto o Estado contribuíram, de alguma forma, para essa proliferação dos centros de documentação como novos lugares informacionais frente o contexto social e político que se configurou no Brasil entre 1964-1985” (Cavalcanti, 2014, p. 176). Isso se dá em conjunto com um movimento de mudanças de perspectiva sobre o que seria a História, Memória e Patrimônio e o que poderia ser pesquisado e analisado enquanto objeto válido e essencial para se entender a história, a sociedade e a política brasileira.

3.5 Mudanças na perspectiva sobre a História, Memória e Patrimônio e descasos com o patrimônio documental.

A segunda metade do século XX foi marcada por diversas mudanças e novidades nas formas de enxergar e trabalhar a História, assim como as ciências humanas em geral. Como aponta Camargo (1999, p. 58), “Inquietações da historiografia, da antropologia, da ciência política, das ciências humanas em geral, especialmente nos anos 60 e 70, geraram a abordagem de novos temas”. Novas formas de se pesquisar, novas abordagens e novos sujeitos fizeram com que o escopo do historiador (e de várias outras ciências sociais) fosse se alargando cada vez mais: “A escrita da História se voltou para os estudos antropológicos e passou a contemplar todos os atores sociais e todos os campos nos quais se expressa a

atividade humana” (Zanirato et al, 2018, p. 16). Há , desse modo, no fim do século passado, um aumento considerável na valorização da memória, do patrimônio histórico e da história como um todo (Vogt, 2008). Tal fato se dá em um contexto de mudanças nacionais e internacionais na política, sociedade e cultura, o que influenciou na forma que a História e outras ciências humanas enxergavam e trabalhavam seus objetos e entendiam o ser humano e seu agir no mundo.

Essa mudança no campo acadêmico teria acontecido em paralelo a uma difusão da democracia em outros campos. Corria pelo mundo o processo de descolonização e o surgimento de novos Estados-nação. Era a época da reivindicação de direitos de identidades coletivas particulares. Veio à tona a consciência da dominação cultural das ex-colônias e dos grupos denominados ‘minoritários’ (Anastassakis, 2017, p. 74).

Tais mudanças nas perspectivas de pesquisa e análise dentro do escopo científico das ciências humanas possibilitaram que acervos de diversas personalidades históricas, de grupos sociais e culturais, instituições públicas e privadas, além de partidos e movimentos políticos, sociais e sindicais, fossem considerados relevantes para a pesquisa e o conhecimento acadêmico, histórico e social, portanto, essenciais de serem preservados. Os pesquisadores, “[...] passaram a valorizar documentos tais como depoimentos, registros fotográficos, notícias de jornais, processos judiciais, atas de reuniões sindicais, registros fabris, enfim, tudo o que possa servir para resgatar a história do povo” (Cavalcanti, 2014, p. 115). Portanto, cada vez mais descobrem-se novas fontes ou se redescobrem aquelas que, já previamente analisadas, podem ser lidas e manejadas de outras maneiras, propiciando novos olhares sobre um mesmo objeto (Camargo, 1999). Com isso, tem-se um crescimento significativo da procura “[...] por arquivos, centros de documentação e bibliotecas, que exigem novos recursos técnicos para o resgate, a organização e a recuperação desta documentação diversificada” (Cavalcanti, 2014, p. 115).

Tal fato contribuiu para que esses acervos, muitas vezes ignorados ou não vistos como passíveis de proteção, fossem encarados como dignos e necessários de serem conservados, tanto para pesquisa quanto como constituintes de uma parte significativa do patrimônio nacional. É importante lembrar que os debates sobre preservação documental que permeiam esse período estão intimamente ligados “[...] a reivindicação por memória dos novos sujeitos e movimentos sociais então emergentes e a renovação da discussão historiográfica sobre a noção de documento e sobre pesquisa histórica” (Cruz; Tessitore, 2010, p. 425). Todo esse processo, dessa forma, conversa com questões elencadas no período que buscam discutir a importância de se preservar esses tipos documentais (valorizando com isso aqueles que os

produziram), assim como legitimar a sua validade e capilaridade para se entender o Brasil e suas múltiplas realidades.

O paradigma da excepcionalidade do patrimônio nacional que marcou a ação institucional passava a conviver com a compreensão do bem como peça do cotidiano, do mundo do trabalho, de religiosidades não dominantes dos subalternos e das minorias e, nem por isso, menos significativo como referência de identidades e como fonte para a produção de conhecimento sobre a história do Brasil (Chuva, 2017, p. 82).

Especialmente nos últimos anos da década de 1970, muitas discussões sobre as políticas de proteção mobilizaram a comunidade acadêmica e os técnicos especializados no campo da proteção ao patrimônio. Introduzia-se como palavra de ordem a idéia de memória, que ampliava o escopo de bens a serem preservados e de ações imprescindíveis à construção de uma memória nacional, não mais vista de uma perspectiva totalizadora, mas refletindo exatamente o seu oposto: as diferenças que caracterizavam a história da nação e da cultura brasileira (Camargo, 1999, p. 52).

Apesar disso, nem sempre tal mudança de perspectiva se traduziu em ações públicas visando a preservação documental. Apesar de em 1946 ter sido introduzida na constituição a idéia de proteção documental enquanto parte importante da “memória nacional”⁷, tal inclusão não chegou a concretizar-se firmemente “[...] em medidas que capacitassem o Arquivo Nacional com os recursos financeiros e técnicos [...] necessários para garantir não apenas a preservação e conservação dos documentos sob sua guarda [...]”, como afirma Moreira (1990, p. 68), mas também não facilitou o recolhimento aos seus depósitos de uma documentação produzida por outras esferas da administração pública federal. Contudo, ainda assim, o Arquivo Nacional era responsável por manter preservada uma quantidade significativa de documentação relativa ao período colonial e imperial, que eram favorecidos em detrimento da documentação produzida no país durante o século XX. Tal fato acabou por causar um descompasso entre a crescente vontade de pesquisar o período republicano e a escassa documentação preservada sobre o mesmo nos arquivos nacionais, que priorizavam, como mencionado, a documentação advinda de períodos anteriores (Moreira, 1990).

Neste sentido, é importante ressaltar que “[...] os centros de documentação que surgem ao longo dos anos 70 têm por objetivo principal a preservação dos documentos contemporâneos [...]” (Moreira, 1990, p. 69). A reconhecida carência de arquivos municipais e regionais ou a falta de verbas destinadas a essas instâncias “[...] levava a perda de um volume muito grande de documentos que poderiam se transformar, posteriormente, em fontes

⁷ Art. 175. “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público” (BRASIL, 1946)

de pesquisa. E os centros de documentação acabam por se inserir nestas brechas abertas pela administração pública” (Cavalcanti, 2014, p. 117).

Até a década de 1970 podemos afirmar, com certa margem de segurança, que a preocupação com a chamada memória documental, no Brasil, era restrita a algumas poucas pessoas e instituições. Com relação à pesquisa no campo da História, a memória (mal) preservada se relacionava a lugares como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e arquivos públicos, sempre com ênfase na documentação relativa à Colônia e ao Império. Novos interesses de pesquisa neste campo, que se volta para o período republicano, não encontravam retorno nas principais instituições de arquivo existentes pois as fontes históricas tratadas e disponibilizadas para pesquisa eram escassas, além de evidenciarem a própria dificuldade em que estas instituições se encontravam com relação ao atendimento da demanda que surge por parte dos pesquisadores (Cavalcanti, 2014, p. 109)

Para Camargo (1999), bens históricos e culturais de natureza culinária, artística e religiosa, por exemplo, eram e ainda são bens de “rápida comunicação”, que exprimem e conversam seu propósito e significado com mais facilidade e de forma mais direta do que arquivos e objetos bibliográficos, mesmo que estes também detenham a capacidade de possibilitar a criação de meios de se compreender a atuação histórica e social de grupos e indivíduos. Sendo assim, afirma a autora, “[...] apenas de modo residual, ou quando se relacionavam aos bens tombados, essa modalidade de patrimônio [bibliográfico e documental] era pleiteada pela ação política e pelos programas de proteção elaborados” (Camargo, 1999, p.164)

Basques (2014) aponta que um dos primeiros estudos que buscou identificar a situação do patrimônio arquivístico nos países latino-americanos foi realizado pela *Fundación Histórica Tavera* (1999). Tal estudo apontou, como situação da proteção arquivística do Brasil, uma certa “[...] fragilidade na segurança, na conservação e nas formas de gestão do patrimônio arquivístico do País, condição devida a diversos fatores, como a desigualdade dos recursos financeiros, a falta de pessoal especializado e a ausência de uma política nacional” (Basques, 2014, p. 37). Além disso, pesquisas realizadas pelo Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) cerca de 15 anos antes, em 1984, visando realizar uma espécie de levantamento acerca da situação dos arquivos da Administração Pública federal direta e das autarquias nacionais, já observava que havia uma precariedade na atuação dos mesmos: “[...] as condições de conservação dos acervos diagnosticados eram precárias; as instalações não atendiam às recomendações técnicas da Arquivologia moderna; os acervos, em sua maioria, encontravam-se dispersos” (COMISSÃO [...], 1987 apud. Basques, 2014, p. 37). Havia ainda “[...] carência quantitativa e qualitativa de profissionais, de recursos

financeiros e materiais, e de se evidenciar a ausência de política arquivística” (COMISSÃO [...], 1987 apud. Basques, 2014, p. 37).

Dessa forma, observando o cenário nacional, que ainda possuía muitas dificuldades em preservar seus próprios acervos, constatamos o início de um movimento, que ocorre nas últimas décadas do século passado, ligado a algumas universidades, seus pesquisadores e professores, de buscar preservar essa documentação, seja ela pública ou privada, utilizando-se para isso de centros de documentação. Essa documentação recolhida refletia a história e atuação de inúmeras instâncias, sejam elas públicas ou privadas, de cunho pessoal ou coletivo, que sumariamente não eram preservados por aqueles que a produziam, seja por falta de interesse ou de verbas para tal: vemos documentos advindos de instituições e repartições públicas, fóruns, movimentos de trabalhadores, movimento negro e estudantil, documentação comunitária, de eventos e movimentos culturais e personalidades políticas, por exemplo, e outros ainda que refletiam a atuação da comunidade universitária (sejam eles professores, alunos ou servidores) serem preservados e usados para estudos e pesquisas nesses espaços recém-criados.

Este movimento de resignificação de temáticas e objetos a serem pesquisados contribuiu sobremaneira para que as instituições universitárias se sentissem motivadas a criar, em suas estruturas organizacionais, entidades destinadas à coleta, à organização e à preservação de acervos documentais, de origem e natureza diversa. Documentos que, em muitos casos, haviam sido abandonados à própria sorte, até mesmo pelo poder público, ou, numa situação mais extrema, destinados à destruição, acabaram sendo preservados e trazendo inúmeras contribuições às pesquisas acadêmicas (Bueno, 2005, p. 124).

Portanto, é importante ressaltar que estamos em um contexto em que esse tipo de documentação é colocada como foco de interesse por pesquisadores da área, em um momento de expansão universitária e da pós-graduação. Os centros de documentação aqui trabalhados, portanto, assumem a tarefa de preservá-los e disponibilizá-los, aos pesquisadores e estudantes universitários, assumindo também funções de preservação do patrimônio regional e local. Como aponta Camargo (1999), devido “[...] uma ausência de consciência e de vontade política do poder público em relação à preservação de seu patrimônio documental [...] essa função acabou sendo assumida ou transferida parcialmente para as universidades” (Camargo, 1999, p. 56). A precariedade ou completa inexistência de arquivos públicos, sobretudo nos municípios, acabava por gerar perdas consideráveis de fontes de pesquisa. “A universidade, então, começa a bancar essa tarefa, incorporando-a às suas atividades-fim” (Camargo, 1999, p. 59).

Para Oliveira (2013), foi exatamente essa função de guarda que acabou por legitimar e incentivar a criação de muitos desses centros em fins do século passado, apesar de se tratar ainda de uma legitimação “ [...] ainda em construção se considerarmos os incentivos no que diz respeito às estruturas físicas e financeiras, algo, na maioria dos casos, ainda muito distante do ideal e mesmo do mínimo necessário” (Oliveira, 2013, p. 05). Além de se constituírem enquanto centros de referência e pesquisa, diante dos recém-criados e em franca expansão programas de pós-graduação em ciências humanas, grande parte de sua aceitabilidade se deu, e se dá ainda hoje, em grande parte, pelo importante papel que exerce na preservação do patrimônio histórico e social.

Observamos com isso a construção de uma junção da necessidade de pesquisar esses “novos sujeitos” e momentos históricos, por parte dos acadêmicos, que viam-se diante de uma documentação esparsa, concentrada nos grandes centros e pouco preservada, com a missão de conservar uma documentação que provavelmente, pela falta de interesse, verbas ou conhecimento do poder público e daqueles que a produziram (ao se falar do âmbito privado), não seria preservada. Tais centros vieram a se constituir enquanto “[...] espaços legítimos para a institucionalização das memórias de grupos sociais representativos de uma sociedade urbana industrial em desenvolvimento (movimento operário, mulheres, educação, movimento negro etc.)[...]” (Cavalcanti, 2014, p. 18). Reunindo assim uma documentação muitas vezes dispersa,

[...] as universidades resolveram, em parte, os problemas de acesso do pesquisador às fontes para seus trabalhos, além de cumprir importante papel de reunião, coleta, preservação e divulgação do patrimônio documental local e regional, que por falta de uma política de preservação por parte dos municípios, reforçada pela falta de verbas, sempre sofreu o descaso e a destruição irremediável (Tanno, 2018, p. 94).

De acordo com pesquisas realizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos, os documentos que mais se perderam no século XX foram aqueles que representavam a atuação de organizações sociais, sendo eles movimentos populares, sociais ou de partidos políticos, apresentando-se de forma dispersa e muitas vezes sem o tratamento adequado (Azevedo; Barletta, 2011). Marques e Stampa (2010) apontam que em alguns países da Europa, como Alemanha e Espanha, as centrais sindicais criaram órgãos voltados para a recuperação, organização e preservação de seus documentos. Na América Latina, por sua vez, teve-se a criação e proliferação de centros de documentação que também cuidavam desses tipos documentais. Dessa forma, como muitos dos centros surgidos nesse período buscaram preservar tal tipo de documentação, pode-se apontar que muitos deles, por consequência,

fizeram parte desse movimento de reconhecimento e preservação de uma documentação que em sua maioria não era amplamente nem publicamente reconhecida.

Moreira (1990), por sua vez, também aponta outros motivos relevantes para se entender a expansão desses centros nas universidades nacionais. Em sua visão, tais centros teriam surgido devido à vontade cada vez mais crescente de pesquisadores brasileiros compreenderem e discutirem o período republicano nacional. Para a autora, é no período que se tem a expansão e reconhecimento cada vez maior de brasilianistas americanos, que por sua vez se utilizavam de uma documentação contemporânea e republicana na sua busca por se entender e estudar o Brasil. Sua vontade em pesquisar a realidade nacional faria com que pesquisadores brasileiros, em contrapartida, também buscassem acesso a documentos mais contemporâneos, com o intuito de estudarem eles mesmos o nosso contexto histórico e político. Concluiu-se que a documentação sobre os períodos mais recentes da nossa história, de maneira mais alarmante em lugares fora dos grandes centros urbanos, era sumariamente descartada, o que acarretaria na necessidade de se criar espaços para se preservar tal tipo de documentação.

Como a própria autora aponta, é a partir do fim da década de 1960 que “[...] acentuou-se o descompasso entre os novos interesses da pesquisa histórica brasileira, cada vez mais direcionada para os documentos do período republicano, e as condições oferecidas pelas principais instituições arquivísticas” (Moreira, 1990, p. 69). Os centros de documentação entrariam então, segundo a autora, nessa equação, com o perfil prioritário de guarda de documentos contemporâneos, em grande parte privados, auxiliando pesquisadores brasileiros nas suas pesquisas sobre o Brasil contemporâneo.

Assim, acreditamos que foram diversas as motivações e momentos que possibilitaram que se desse a criação e posterior proliferação desses centros em diversas universidades durante parte considerável da segunda metade do século XX. O desenvolvimento e crescimento da pós-graduação, que se deu juntamente com mudanças estruturais no ensino, pesquisa e organização da universidade brasileira como um todo, facilitou que fosse estimulado, tanto por parte do governo quanto por parte dos próprios programas de pós-graduação, a formação de centros de documentação que eram responsáveis em reunir, em um só lugar, documentação necessária para a realização de pesquisas científicas e acadêmicas. Os pesquisadores, cientistas e professores, responsáveis pela organização e muitas das vezes coleta dessa documentação, por sua vez, foram influenciados por novas formas de se enxergar a história, as ciências humanas e seus objetos de análise: movimentos sociais, grupos minoritários, trabalhadores e mentalidades, por exemplo, são temas e direcionamentos

constantes no ofício das ciências humanas, e a procura por documentos vindos de diversas fontes, abarcando histórias distintas e plurais, são cada vez mais valorizados. Não é de se espantar, portanto, que os centros de documentação aqui estudados são formados em sua maioria por tal perfil de guarda documental, preservando uma variedade considerável de suportes e origens documentais.

Além de facilitar o processo de investigação acadêmica, tais centros acabaram por adquirir concomitantemente (e poderíamos dizer, principalmente) a função de preservação de documentos e fontes originais, que de alguma forma foram ignorados pelo poder público ou que não foram preservados pela falta de vontade ou recursos daqueles que os produziram. Dessa forma, aos poucos os centros de documentação e memória nacionais, mais especificamente os da área de humanas das universidades, além de servirem de base e suporte na construção de pesquisas, também foram responsáveis e ainda o são pela preservação documental de uma série de documentos diversos, principalmente aqueles relacionados a movimentos sociais, culturais, sindicais e políticos, assim como de acervos pessoais de personalidades notáveis, entre outros tantos mais.

4 PANORAMA DE ATUAÇÃO NO SÉCULO XXI

Neste capítulo pretendemos apresentar um pequeno panorama da atuação de alguns Centros de Documentação e Memória (CDM) universitários nacionais. Tal processo visa apresentá-los e apontar algumas de suas atividades, histórico e características gerais. Notou-se, ao longo dessa pesquisa, que raras vezes⁸ foram feitas esquematizações desse tipo, sendo por isso um dos motivos porque acreditamos ser essencial a realização aqui de tal empreitada. Entendemos, dessa forma, que tal processo pode auxiliar futuras pesquisas sobre o assunto.

É importante frisar, contudo, que não pretendemos abordar todos os CDM presentes em universidades nacionais, por tal missão se constituir enquanto uma tarefa quase que impossível de ser realizada: nem todos os centros de documentação possuem canais de divulgação ou trabalhos acadêmicos produzidos sobre eles, tornando-se desconhecidos para o público em geral. Isso acaba dificultando e, em nossa visão, tornando problemática a razão de ser de instâncias que dependem fortemente da legitimidade social daqueles que dela se utilizam, principalmente quando se tratam de instituições públicas.

Os centros que aqui iremos citar e descrever ou divulgam suas ações em canais oficiais de comunicação ou possuem pesquisas acadêmicas produzidas sobre os mesmos, na sua maioria por pesquisadores que em algum momento atuaram nesses lugares, o que nos facilita conhecer o seu cotidiano. Observou-se portanto que cada centro encontra formas distintas de divulgar seu trabalho, o que fez com que alguns fossem melhor descritos e trabalhados do que outros pela quantidade de informação a seu respeito que nos foi disponibilizada.

Sendo assim, além de procurarmos fazer um pequeno levantamento da atuação desses centros em território nacional, buscamos também apresentar seus atributos e traços particulares. Para isso, estaremos sempre conversando com a bibliografia especializada na temática. Ademais, optamos por discutir em sua maioria a atuação de centros que ainda continuam na ativa, com algumas poucas citações de centros de documentação que já encerraram suas atividades. Na medida do possível, dessa forma, buscou-se comprovar se a maioria dos centros aqui citados continuam funcionando na data da escrita desta dissertação, sendo apontado quando algum centro citado já não mais está realizando suas atividades ou

⁸ Knauss (2009) e Oliveira (2016) o fazem.

escrito sobre esses centros um dia pode não ser mais a completa realidade de atuação deles atualmente. Colocaremos aqui o que nos foi disponibilizado e que, pelo menos uma vez, fez parte do cotidiano de atuação desses lugares.

Por fim, é importante lembrar que, apesar de os caracterizarmos enquanto centros de documentação, como já mencionado anteriormente, os mesmos nem sempre decidem pôr se autônomo assim, apresentando nomes diversos como “núcleo de documentação”, “núcleo de estudos”, “núcleo de memória”, “arquivo” e “centro de memória”. Optamos dessa forma, sempre que possível, nos referimos a eles de acordo com a nomenclatura escolhida. Apesar da heterogeneidade dos nomes, todos esses lugares apresentam características distintas que os identificam ou pelo menos aproximam de atributos identificados pela bibliografia sobre a temática enquanto Centros de Documentação.

4.1 Região Centro-Oeste

4.1.1 Núcleo de Documentação Histórica Honório Antônio (NDH) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

No início da década de 1980, temos a criação do Setor de Documentação Histórica no campus de Três Lagoas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que fica no estado de mesmo nome. O principal objetivo dos docentes que o criaram era o de dar suporte à disciplina de História Regional e incentivar a pesquisa entre os graduandos do curso de História (Oliveira, 2013). Posteriormente, tal iniciativa daria origem ao Núcleo de Documentação Histórica Honório Antônio Carneiro. Sobre o início desse processo, Oliveira (2013) aponta:

O ponto de partida foi trabalhar com relatos orais e recolher o maior número de fontes possíveis. Um dos primeiros projetos desenvolvidos pelo grupo de professores foi a coleta de entrevistas com personagens “importantes” para a História da cidade, homens e mulheres membros das “famílias tradicionais” de Três Lagoas. Outra preocupação foi formar uma coleção de jornais regionais (Oliveira, 2013, p. 02).

Seu acervo é bem heterogêneo sendo formado por uma grande diversidade de coleções e documentação que foram doados para o núcleo, contando também com um acervo bibliográfico que possui “[...] 2 mil volumes que serve aos alunos e às alunas do Curso de História e consulentes diversos” (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, s.d, n.p). O mesmo apresenta como assunto norteador de seu acervo a história da cidade de Três Lagoas e

região, não possuindo por isso um único tema específico que norteie sua atuação. Em seu site temos a relação completa do seu acervo, que por sua vez apresenta documentos ligados à História local e regional, movimentos sociais e memória universitária. Ao longo de sua trajetória, também se utilizou de bolsistas, voluntários e estagiários no funcionamento do centro, contribuindo para a formação profissional da sua unidade acadêmica.

4.1.2 Centro de Documentação Regional (CDR) - Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD)

No mesmo estado temos o Centro de Documentação Regional (CDR), vinculado à Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Ele é apontado como um laboratório da faculdade de ciências humanas e foi originado por um projeto elaborado pelos professores da universidade (Universidade Federal de Grande Dourados, s.d, n.p). Foi criado no início da década de 1980, e desde lá “[...] vem colecionando, desde então, material documental e bibliográfico referente, especificamente, aos estudos regionais” (Universidade Federal de Grande Dourados, s.d, n.p). O centro aponta como seu objetivo principal o apoio às atividades de ensino e pesquisa, na graduação e na pós, dos diversos cursos da Faculdade de Ciências Humanas. Sobre seu processo de criação:

O então CEUD/UFMS situava-se relativamente distante dos arquivos e bibliotecas importantes para o estudo da “região”, concentrados no Rio de Janeiro, Cuiabá e São Paulo. Assim, o CDR foi pensado como um instrumento para “coletar, organizar e preservar” a documentação para tal estudo, tornando-a disponível “a professores e alunos, bem como à comunidade douradense e sul-mato-grossense”. A ideia era coletar e tornar disponíveis exemplares, em original ou fotocópia, de livros raros, bem como de quaisquer outras fontes de informações sobre a região. Por outro lado, o fato de o CDR situar-se em uma região de ocupação não indígena recente levou à formação de um acervo voltado sobretudo ao século XX (Queiroz, 2019, p. 03).

Desde seu projeto inicial, o centro, segundo Queiroz (2019), apresentou tendências à interdisciplinaridade, buscando envolver docentes que atuavam nos cursos de História, Geografia, Letras e Pedagogia da Universidade. Era, dessa forma, “[...] um centro voltado a estudos não especificamente históricos mas sim regionais, abrangendo aspectos históricos, econômicos, geográficos, literários, culturais, sociológicos, antropológicos, arqueológicos etc.” (Queiroz, 2019, p. 03). O CDR busca conservar e disponibilizar informação ligada aos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Oeste dos estados de São Paulo e Paraná, além do Paraguai e Bolívia.

O acervo documental do CDR (formado quase que exclusivamente por meio de doações) encontra-se organizado em diversas coleções, abrangendo textos impressos, material iconográfico, livros, folhetos, teses, dissertações, monografias, mapas, documentação audiovisual, microfilmes, boletins, jornais e revistas, entre outros. Além disso, o acervo inclui também vários arquivos pessoais recebidos por doação de familiares, de personalidades importantes atuantes nos meios intelectuais, políticos e empresariais de Dourados e da região, assim como por professores (Queiroz, 2019). O centro disponibiliza a descrição e relação de parte de sua documentação, de suas coleções e acervos de maneira online, por meio de catálogos e listas, de todo seu acervo, o que facilita a comunicação com o pesquisador interessado.

4.1.3 Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) - Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

A seguir, encontramos um outro núcleo que, coincidentemente, detém o mesmo nome do anterior: o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), criado em 1976, vinculado ao Instituto de Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso. O NDIHR se constitui enquanto um espaço que busca a pesquisa, ensino e extensão, orientado para revitalização e preservação da memória histórica regional de Mato Grosso e região, através das prospecções de fontes documentais e de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento (Dourado, 2012). A sua documentação também é bastante heterogênea, composto por reproduções em microformas e digitais, referências virtuais, imagéticas e orais, coleções de cunho público ou privado, assim como acervo bibliográfico com obras consideradas raras, além de uma coleção significativa de periódicos. Se coloca como um importante alicerce para os cursos de graduação, assim como grupos de pesquisa, estudantes e professores da rede pública e privada, além de programas de pós-graduação (Dourado, 2012).

Compreende-se, portanto, o NDIHR, enquanto *guardião da memória*, entidade que opera como elo entre o passado e o presente, alicerçando os fundamentos da produção histórica, garantindo, com isso, a preservação de legados para as gerações futuras, em especial para o ensino, pois o conceito de patrimônio cultural está ligado ao conhecimento, respeito, preservação, valorização da cultura e ao exercício da cidadania (Dourado, 2012, p. 222 - *grifo do autor*)

Aqui a Memória é novamente elencada como essencial no entendimento dos motivos primordiais do funcionamento do núcleo: o NDIHR se coloca enquanto “guardião da

memória”, essencial na proteção documental, garantindo “[...] a preservação de legados para as gerações futuras [...]” e, conseqüentemente, é uma entidade “[...] que opera como elo entre o passado e o presente [...]”, como aponta Dourado (2012, p. 222). A proteção da memória, portanto, se constitui enquanto um dos principais discursos legitimadores dos CDM e também de vários outros lugares de memória.

Os conjuntos documentais custodiados pelo centro são compostos por exemplo, pela coleção da Capitania de Mato Grosso (1680-1823), com documentos diversos, coleção de periódicos (1847-1985), revistas científicas, documentos de cunho oral e fotográfico de habitantes da região mato-grossense e de Cuiabá, entre outros tantos mais (Dourado, 2012). Tais conjuntos documentais passam por movimentos de descrição e elaboração de ferramentas de pesquisa e organização da informação, como inventários, catálogos, índices e repertórios, sendo também posteriormente digitalizados, “[...] para que a qualquer tempo os documentos ou as informações possam ser localizados e acessados pelos pesquisadores nas suas leituras e pesquisas” (Dourado, 2012, p. 223). Sobre sua atuação, o núcleo descreve:

O NDIHR ao longo de seus 40 anos vem desenvolvendo projetos e pesquisas cujos temas possibilitam o respaldo científico às políticas sócio-econômicas e culturais regionais que resultaram em diversas publicações. Além das linhas de pesquisas já desenvolvidas o NDIHR através do seu acervo possibilita também a expansão de sua atuação à atualização de temas históricos, a novas perspectivas de investigação aos mais variados objetos de pesquisa e as mais diferentes formas de abordagem da realidade social. Aberto a perspectiva de um trabalho interdisciplinar com áreas afins, por meio de projeto de pesquisa avança para novas linhas de investigações tais como: Demografia, História Oral, História da Cultura material e imaterial, Geo História, História do Discurso, História das Religiões, História da Mineração. Exerce uma importante função como laboratório do binômio ensino-pesquisa, possibilitando uma sólida fundamentação ao curso de história e outras áreas do conhecimento, corroborando para uma arrojada formação acadêmica (Universidade Federal de Mato Grosso, s.d, n.p).

O núcleo possui uma revista científica digital, de nome “Documento Monumento”, que é um “[...] periódico eletrônico idealizado como um periódico científico *on-line*, destinado à divulgação de textos documentais e resultados de pesquisa, organizados e produzidos por professores, alunos, técnicos da área das Humanidades e afins” (Dourado, 2012, p. 236). Realiza ainda serviços de microfilmagem, duplicação, reprodução e digitalização de documentos, por meio de convênios e projetos com instituições públicas e privadas, realizando também trabalhos de assessoria sobre preservação documental (Universidade Federal de Mato Grosso, s.d, n.p).

4.2 Região Nordeste

4.2.1 Centro de Documentação e Memória Regional (Cedoc) - Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc)

O Centro de Documentação e Memória Regional (Cedoc), ligado à Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), na Bahia, foi criado em 1993, “[...] com o objetivo de desenvolver ações que operacionalize a preservação da memória regional” (Universidade Estadual de Santa Cruz, s.d, n.p). O acervo é composto por uma mescla de documentos como jornais, fotografias, vídeos, dissertações e teses. O Cedoc é um centro com uma característica peculiar em comparação com a maioria dos centros de documentação e memória nacionais: possui documentos da época colonial, o que não é comum de se encontrar em muitos desses centros, que em sua maioria concentram sua documentação do século XIX em diante.

Intimamente ligado ao desenvolvimento do curso de História, se formou com o objetivo de “[...] resgatar, preservar, organizar e recuperar a documentação regional, para registrar a história, o caminho percorrido pelo Centro levou à promoção de palestras, cursos, exposições e, pontuadamente, à geração de pesquisas, proporcionando o acúmulo de um rico acervo [...]” (Universidade Estadual de Santa Cruz, s.d, n.p), buscando “Pesquisar e recuperar os aspectos históricos, sociais e culturais da região do cacau, divulgando o resultado das suas pesquisas, contribuindo para a preservação da Memória Regional” (Universidade Estadual de Santa Cruz, s.d, n.p).

O Cedoc tem como linhas de ação: preservar, devolver e fazer. A primeira linha consiste nos serviços de acolhimento (formação de acervo arquivístico), gestão (administração de espaços museológicos e centro de memória) e assessoria (fornece suporte técnico para que as instituições preservem seus acervos documentais). A segunda linha tem como objetivo disponibilizar a (sic) comunidade o conhecimento acumulado na academia ao tempo que valoriza os seus artefatos culturais. Já a última, dedica-se ao planejamento e realização de pesquisas que busquem inventariar, reconhecer e proteger o patrimônio cultural (Universidade Estadual de Santa Cruz, s.d, n.p).

Entre sua documentação, que se concentra na história da região e da sua universidade, têm-se processos inquisitoriais do século XVI, Índices dos Livros Proibidos em Portugal nos séculos XVI e XVII, Literatura de Cordel, Processos Trabalhistas do Fórum João Mangabeira, de Ilhéus, anais do Arquivo Público da Bahia e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, acervo documental (Editais, Livros de Atas, Portarias, Correspondências diversas, Projetos e

Relatórios) da Faculdade de Filosofia de Itabuna, Faculdade de Economia de Itabuna e Faculdade de Direito de Ilhéus, Recortes de Jornais diversos das cidades da área de inserção da UESC, Coleção SINOPSE / Notícias da UESC, Fitas magnéticas contendo entrevistas temáticas, histórias de vida e depoimentos de personalidades da comunidade de Ilhéus, Itabuna, Santa Cruz da Vitória, Camacan, Santa Luzia e Salvador, entre tantos outros. Dessa forma, apresenta um acervo extremamente heterogêneo.

4.2.2 Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (Nudoph) - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Uern)

O Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (Nudoph), vinculado à Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Uern), foi oficialmente criado em 1993 com o intuito de manter sob sua tutela “[...] o acervo documental digitalizado, fontes orais, e sua produção, originário dos diversos órgãos e instituições da região e da área de abrangência da Uern, com vistas a constituir um centro de documentação histórica dedicado a produzir, gerar pesquisas e ações de extensão” (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, 2021, n.p), tendo como um de seus princípios “[...] contribuir para a consolidação da pesquisa acadêmica em torno de temáticas referentes à história da região Nordeste tomando como foco a história local e regional, além de estimular atividades de ensino e extensão” (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, 2021, n.p). Assim, “[...] o NUDOPH conserva em suas dependências fontes provenientes de diferentes instâncias da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Uern) e com o tempo foi entrando em parceria com outras instituições e aumentando o seu acervo” (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, 2021, n.p).

O Núcleo realiza projetos de extensão, utilizando-se de alunos bolsistas para cuidar de seu acervo que conta com fundos e coleções de instituições regionais, além de documentação ligada também à sua própria universidade: “[...] Fotografias, filmes, atas de reuniões, correspondências, documentos, roupas, acessórios, itens de uso pessoal, jornais, revistas, livros, entre outros materiais que preservam a memória da Universidade, personalidades e de instituições norte-rio-grandenses” (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, 2021, n/p).

4.2.3 Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) foi criado em 1975 na Universidade Federal da Paraíba, sendo um dos exemplos mais antigos de centros de documentação universitário que encontramos na construção desta pesquisa. Laudereida Eliana Marques Morais (2012) construiu sua dissertação baseada no histórico da atuação do centro, apontando a importância que o mesmo teve no desenvolvimento do curso de História da universidade, sendo responsável por concentrar a documentação histórica em um só lugar, facilitando o processo da construção de pesquisas (Morais, 2012). A autora esclarece que o objetivo primordial do NDHIR, nas palavras de uma de suas coordenadoras, é a de memória e história, já que “[...] ao se construir a memória e fazer história, o NDIHR está cumprindo sua missão” (Morais, 2012, p. 53). Dessa forma, a pesquisa se coloca aqui como um dos motivadores da construção e atuação do núcleo, buscando propiciar o estudo sistemático sobre a história de sua região.

Ao longo de sua atuação, o NDIHR produziu periódicos próprios, instrumentos de pesquisa como guias, catálogos e inventários do seu acervo e livros, além de ter sediado eventos, congressos, simpósios e seminários, realizando também visitas dirigidas, tanto com usuários internos da universidade quanto externos (Morais, 2012). Se utilizava também de bolsistas, buscando sua formação complementar, onde participavam do processo de organização do acervo, leitura e discussão de seminários, além de apresentação de trabalhos em encontros científicos. O núcleo também realizou cursos de qualificação para habilitar servidores públicos para organizarem arquivos, através de convênios realizados com Prefeituras Municipais (Morais, 2012). Sobre sua documentação, a autora aponta a multiplicidade de temáticas existentes no acervo do núcleo, o que permitiu a realização de pesquisas que abarcavam uma grande quantidade de abordagens:

“[...] administração pública, cidade, escravidão, ensino, indústria, memória da UFPB, questão agrária, gênero, jornais imperais e alternativos, marcar de leitura, urbanização e modernização, música, movimentos sociais, povos indígenas e indianismo, trabalho, arquivos, demografia, movimento estudantil, etc.” (Morais, 2012, p. 126).

Contudo, a partir do início dos anos 2000, todo o processo de produção científica e preservação documental começou a desmoronar, devido a falta de recursos vindos da universidade para o seu funcionamento. Ao escrever sua dissertação, em 2012, Morais aponta:

A documentação histórica que existe atualmente no Arquivo do NDIHR não é preservada nem conservada. Esse patrimônio documental, acumulado durante tanto tempo, salvo das intempéries do tempo, está na iminência de se perder. Documentos

que registram as atividades administrativas do NDIHR estão se acidificando e apagando. Isso leva a crer que, em breve, esses documentos (fontes primárias) deixarão de existir. (Morais, 2012, p. 81).

O movimento de pesquisa de suas linhas temáticas, que antes existia e que caracterizava o seu cotidiano, acabou, agora só ocorre o atendimento ao usuário. O Núcleo passa por momentos de dificuldades, e sua situação presente se configura como descaso com a memória histórica e com o patrimônio documental local, regional e nacional (Morais, 2012, p. 82).

Ao escrever sobre o processo de criação e subsequente auge do núcleo, quando atendia vários pesquisadores, cuidava de bolsistas e realizava cursos de formação, Moraes (2012) elabora quase que uma carta aberta direcionada à Universidade Federal da Paraíba, objetivando chamar a atenção pelo descaso crescente da mesma com o núcleo, que se colocou como importantíssimo para o desenvolvimento do curso de História da Universidade e na área de pesquisa de Humanas como um todo, além de ser responsável por diversas outras ações de divulgação e preservação patrimonial. Ela continua:

A despeito de ter, em seus quadros funcionais, duas arquivistas, sua documentação carece de higienização e organização e pouco ou quase nada pode ser feito sem as condições materiais essenciais. São necessárias ações de uma política de preservação e conservação tanto de seu arquivo, quanto ao próprio prédio onde funciona o Núcleo: melhoria na limpeza realizada, no momento, por profissionais que não têm qualificação para limpar arquivos ou bibliotecas, ou por 'amigos' do Núcleo, que se dispõem a ajudar a organização com seu tempo ou com o próprio material de limpeza doado por eles [...] Mesmo com profissionais qualificados para atender aos usuários, não há condições físicas para fazê-lo, devido à falta de estrutura física e de equipamentos. Os que pertencem ao Arquivo do NDIHR - gravadores e algumas máquinas leitoras de microfimes - são do tempo em que ele foi implantado, e os mais novos, que foram danificados, nunca passaram por conserto; os computadores são ultrapassados. A tecnologia avança rapidamente, mas o NDIHR continua com os mesmos problemas tecnológicos (Morais, 2012, p. 82).

Assim como acontece na criação de vários desses centros, que são resultado de esforço coletivo de professores e funcionários que buscam preservar algum acervo considerado relevante, seja esse acervo de caráter público ou privado, aqui no relato de Moraes (2012) também encontramos esforços pessoais, de funcionários e bolsistas, que procuram da melhor forma possível preservar a documentação histórica de grande importância regional, mesmo que não tenham formação para isso ou se utilizem de recursos do seu próprio bolso para tal.

Por sua vez, apesar das universidades públicas serem responsáveis por grande parte do preservação e administração do patrimônio nacional, ainda assim há casos de negligência e falta de repasse de recursos para esses espaços, seja por falta de vontade da própria universidade ou mesmo o sintoma da carência de fundos públicos destinados para o funcionamento das universidades nacionais, o que denota a já histórica relação tumultuosa

entre os governos federal e estadual e o repasse de verbas para instituições educacionais públicas sob sua jurisdição. Infelizmente, observamos então que “ [...] grande parte das instituições-memórias é obrigada a operar com os recursos disponíveis, mas não em condições ideais” (Silveira, 2013, p. 61). Sobre o funcionamento do núcleo hoje, não conseguimos encontrar nenhuma informação que comprove se ainda se encontra ativo ou se já vieram a encerrar suas atividades.

4.2.4 Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (Nudoc) - Universidade Federal do Ceará (UFC)

O Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (Nudoc) foi criado em 1983 e atualmente é um órgão vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Tem como objetivo geral “[...] preservar, divulgar e dialogar com os distintos acervos documentais (impressos, orais, digitais, iconográficos, entre outros) [...]” (Universidade Federal do Ceará, s.d, n.p), além de “[...] funcionar como espaço laboratorial de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido por pesquisadores em História em articulação entre a Universidade Federal do Ceará e a sociedade cearense” (Universidade Federal do Ceará, s.d, n.p). Sobre seus objetivos específicos, o núcleo nos coloca como sendo os de:

Desenvolver pesquisas científicas e atividades acadêmicas e culturais, através da constituição e diálogos com acervos documentais, produções historiográficas, ações político-pedagógicas e de produção e divulgação do conhecimento histórico; Auxiliar a pesquisa histórica realizada por estudantes, pesquisadores, professores das Instituições de Ensino Superior e da rede básica de ensino, no Departamento de História da Universidade Federal do Ceará em interlocução com as demandas da comunidade; Reunir, tratar, conservar, restaurar, difundir e organizar os acervos sob sua custódia, ao estabelecer e fortalecer uma política de preservação da memória e da história do Ceará; Funcionar como espaço laboratorial em auxílio às atividades realizadas na graduação e pós-graduação ao proporcionar a aprendizagem, a experimentação e o ensino acerca das técnicas e métodos da pesquisa histórica; Proporcionar diálogos e parcerias com instituições públicas e/ou privadas como forma de aproximação política e acadêmica com a comunidade cearense (Universidade Federal do Ceará, s.d, n.p).

A Documentação do Nudoc é formada por documentos históricos diversos (escritos, fotografias, entrevistas, *etc.*) por jornais e revistas nacionais e internacionais, além de um acervo bibliográfico formado também por periódicos. Em seu acervo temos, por exemplo, documentos relacionados aos povos indígenas do Ceará, fundos de ocupação estudantil na universidade, acervo de história oral, entre outros mais (Universidade Federal do Ceará, s.d). O núcleo ainda oferece oficinas sobre patrimônio para o seu público interno.

4.3 Região Norte

4.3.1 Centro de Memória da Amazônia (CMA) - Universidade Federal do Pará (UFPA)

O Centro de Memória da Amazônia (CMA) nasceu em 2007 através de um convênio firmado entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Tribunal de Justiça do mesmo estado. Seu intuito foi o de “[...] guardar, melhor acondicionar e tornar mais acessível a rica documentação “inativa” formada por processos cíveis e criminais pertencentes à justiça do Pará em seu acervo histórico [...]” visando com isso possibilitar “[...] a construção da história das relações sociais e culturais da Amazônia” (Universidade Federal do Pará, s.d, n.p). Com o tempo, o centro foi recebendo outros tipos de documentação e atualmente conta com documentos provenientes do século XVIII até 1970. O centro também preserva alguns acervos pessoais, como de Lauro Sodré, primeiro governador constitucional republicano do Pará, recebido através de doação realizada por sua bisneta (Universidade Federal do Pará, s.d, n.p).

Em seu site oficial, o CMA confirma o compromisso com a preservação documental de cunho jurídico, buscando auxiliar na compreensão da história da região amazônica, com ênfase no Pará. Os mesmos apontam a amplitude do público que procuram atender: tanto o acadêmico quanto o escolar, seja o fundamental, médio ou superior, assim como um público mais amplo que venha a procurar o centro. O CMA, assim como outros que vamos apresentar, exhibe uma preocupação com a divulgação de seu patrimônio, buscando a interação do público com seu acervo e com seu espaço, realizando eventos, palestras, visitas monitoradas e workshops, além de possuir bolsistas discentes da universidade em seu quadro funcional. Dessa forma, assim como o primeiro centro aqui citado, também se preocupa com a formação acadêmica e profissional de seus alunos.

4.3.2 Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA) - Universidade Federal do Oeste do Oeste do Pará (Ufopa)

O Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA), situado na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), foi criado em 2017. Guarda uma documentação diversa, concentrando-se contudo parte importante de seu fazer ligado à preservação da documentação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), mais especificamente das comarcas do Oeste do Pará, contendo diversos processos cíveis e

criminais, de documentos que vão de 1835, no início do século XIX, até o ano de criação da Comarca de Santarém, em 1969 (Universidade Federal do Oeste do Pará, s.d).

Já receberam alunos da universidade, dos mais diversos cursos (Pedagogia, História, Ciências da Computação, Arqueologia e Direito) na condição de bolsistas e voluntários, que contribuíram na consecução de projetos destinados à higienização, organização, guarda e digitalização dos documentos presentes no CDHBA. Tais projetos, por sua vez, foram frequentemente financiados por instituições brasileiras e estrangeiras que contribuíram tanto no pagamento dos alunos bolsistas quanto na compra dos equipamentos necessários. Entre as agências encontramos por exemplo a Embaixada do Grão Ducado de Luxemburgo & Institut de Recherche pour le Développement (IRD), Institut de Recherche pour le Développement (IRD) e a Câmara Municipal de Santarém (Universidade Federal do Oeste do Pará, s.d).

O Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas disponibiliza catálogos de parte do seu acervo, visando facilitar a pesquisa, assim como já teve publicado em eventos e revistas científicas artigos, dissertações e livros referentes aos seus projetos e documentação de maneira geral (Universidade Federal do Oeste do Pará, s.d).

4.3.3 Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo (Cemedharq) - Universidade Federal do Amapá (Unifap)

O Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo (Cemedharq), centro de documentação presente na Universidade Federal do Amapá, é um centro “[...] multidisciplinar de pesquisa que tem como finalidades precípuas a gestão, a guarda e a conservação de documentação física (escrita), oral (memórias) e acervos pessoais” (Universidade Federal do Amapá, 2019, n.p).

Constituído a partir de preocupações de professores, pesquisadores e alunos com os arquivos públicos em franca degradação no estado do Amapá (Luna, Patrício, 2018), a equipe do centro busca ativamente trabalhar em conjunto com outras instâncias públicas do estado, visitando diversas cidades em busca de aconselhar gestores, alertar e ensinar boas práticas preservacionistas e salvaguardar arquivos que com frequência estão sendo destinados à lixeira (devido a sua degradação física) ou incineração (intencional ou não), não passando previamente pelo processo de avaliação de sua pertinência ou não enquanto arquivo necessário de guarda e preservação.

Constituindo-se enquanto um espaço inter, trans e multidisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, o centro já contou em sua formação com profissionais das áreas do Jornalismo,

Arquitetura, História, Artes Visuais e Ciências da Computação, “[...] em favor do compromisso de salvar a memória e a identidade do Estado do Amapá, por meio de registros orais (através de entrevistas), como fonte de pesquisa, assim como preservar por meio de digitalização os acervos documentais de suas instituições” (Luna, Patrício, 2018, p. 1064).

4.4 Região Sudeste

4.4.1 Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (Cedhum) - Universidade Estadual Paulista (Unesp)

O Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (Cedhum) foi fundado em 1999 e faz parte da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Campus de Marília, no estado de São Paulo, e vincula-se administrativamente ao Departamento de Ciência da Informação (Neves, 2005). Seu acervo é permeado por uma diversidade de gêneros e suportes documentais. Sua temática gira em torno da história de Marília e região, tendo fundos documentais, como a documentação de cunho administrativo oriunda de secretarias municipais de Marília (1929-1970), da delegacia regional do município e coleções de jornais da cidade, como é o caso do Correio de Marília. Também busca preservar parte do arquivo acadêmico, condicionando documentação referente à Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília e teses e dissertações desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp.

Aqui observamos que além do seu caráter histórico, o centro em questão também evidencia o seu caráter informacional ao guardar e disponibilizar ao seu usuário trabalhos acadêmicos para a realização e construção de pesquisas. Tal fato pode ser relacionado a sua vinculação ao Departamento de Ciências da Informação da universidade, sendo um dos poucos centros aqui estudados que não se vinculam ao curso de História ou a outra instância administrativa maior da sua universidade. Tal vinculação mais forte aos cursos de ciências da informação ainda é evidenciado no oferecimento de estágios para alunos dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, assim como no fato de abrigar grupos de pesquisa ligados à mesma área.

Observamos ainda o comprometimento o Cedhum busca assumir com a pesquisa, o ensino e a extensão, já que segundo o regulamento interno do centro, o mesmo possui como finalidades primárias:

I. No âmbito do ensino de graduação e de pós-graduação, o apoio à formação acadêmica em nível teórico e prático, bem como a realização de atividades didáticas; II. No âmbito da pesquisa, oferecer subsídios para o desenvolvimento de conhecimentos, metodologias, produtos e serviços informativos, bem como motivar as atividades formais de pesquisa (grupos de pesquisa, iniciação científica, etc.); III. No âmbito da extensão: a) Atender a demandas institucionais de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, de pesquisadores e da comunidade em geral; b) Oferecer acesso às informações relativas à história administrativa de Marília e à história acadêmico-administrativa da FFC – Unesp; c) Promover eventos de divulgação de resultados de pesquisas relativas ao acervo do Cedhum bem como de discussão e aperfeiçoamento de questões relativas à área de Documentação (Universidade estadual Paulista, s.d, n.p).

Alguns dos serviços que ainda são realizados pelo Cedhum são os de disponibilização para a consulta de documentos, treinamento em aspectos técnicos de conservação documental e realização de acompanhamento de visitas guiadas ao centro de escolas de ensino fundamental e médio (Universidade estadual Paulista, s.d, n.p).

4.4.2 Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Oliveira (2016) aborda a atuação de diversos centros de documentação presentes na Universidade Federal de Minas Gerais. A autora aponta que uma falta de política institucional arquivística da universidade possibilitou a emergência de diversos centros de documentação e centros de memória, ligados aos institutos, que passaram “[...] a executar importantes ações de salvaguarda, organização e preservação da memória institucional, devido - cabe repetir - à ausência de cumprimento da legislação” (Oliveira, 2016, p. 121).

[...] Na UFMG, os centros de memória atuam quase sempre no “resgate” de conjuntos documentais (arquivísticos, bibliográficos, museológicos), que estão na iminência de serem perdidos, sendo sua criação, frequentemente, iniciativas de pesquisadores e funcionários técnico-administrativos, sensibilizados frente a essa situação (Gomes, 2015, p. 13).

Um desses centros é o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef). Ao analisarmos sua atuação, o Cemef se aproxima de um Centro de Memória, no que tange ao tipo de documentação preservada: o centro busca recuperar, preservar e também divulgar a memória do curso de Educação Física da federal mineira (Oliveira, 2016). Contudo, como já apontado anteriormente, as funções de um Centro de Documentação e de Centro de Memória constantemente são mesclados e é complicado propriamente separá-los na

atuação cotidiana dos mesmos. Sendo assim, resolvemos abordá-lo também neste capítulo, vendo sua similaridade com a temática.

Foi criado em 2001 e é vinculado ao Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG. Além de pesquisas relacionadas à História da Educação Física, o acervo inclui uma diversidade de documentos. O centro, por sua vez, também possui o objetivo “[...] de ser também um centro de pesquisa. Isto porque realiza pesquisa para os processos de organização e envolve os bolsistas e interessados nessa função, caracterizando, assim, o centro como ‘lugar de pesquisa e formação’ ” (Oliveira, 2016, p. 155).

A Faculdade de Educação Física se utiliza do centro em disciplinas do curso de educação física e alunos da graduação e da pós também visitam seus espaços frequentemente. Além disso, o Cemef realiza pesquisas e seminários, além de desempenhar projetos de extensão, que possuem como objetivo trazer estudantes de todas as idades para conhecer o local (Universidade Federal de Minas Gerais, s.d). O Cemef, até o momento, publicou dois e-books, relacionados aos trabalhos realizados no centro: o “Diálogos transnacionais na história da Educação Física”, publicado em 2019 e organizado por Meily Assbú Linhales, Diogo Rodrigues Puchta e Maria Cristina Rosa, foi elaborado a partir de mesas redondas realizadas em um seminário sediado pelo centro, e “Organizando Arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória”, publicado em 2021 e organizado por Meily Assbú Linhales e Adalsson Nascimento. Sobre este último, demonstrando a já discutida constante interdisciplinaridade exercida nesses espaços,

[...] tem como propósito partilhar uma experiência de organização de acervos realizada pelo Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef) da Universidade Federal de Minas Gerais. Um trabalho coletivo e processual, tecido a muitas mãos e que exigiu olhares multidisciplinares voltados para a preservação do patrimônio documental abrigado pelo Centro. São apresentados os procedimentos adotados e os saberes produzidos, como um convite ao diálogo com pesquisadores de centros congêneres. O trabalho foi realizado por docentes e alunos do Cemef/UFMG em um movimento de pesquisa que envolveu a Educação Física, a Arquivologia, a História e a Museologia como campos de troca e debate (Universidade Federal de Minas Gerais, s.d, n.p).

O processo de recolhimento da documentação para o centro foi feito prioritariamente em seu início por meio de doações, realizadas por professores ou familiares de ex-docentes já falecidos. Tais doações, por sua vez, aconteciam de maneira quase que desenfreada e sem prévia avaliação. Oliveira aponta que tal processo caracterizaria uma certa inquietação por parte daqueles que criaram o centro, que estavam “[...] na busca por documentos importantes

que poderiam estar se perdendo” (Oliveira, 2016, p. 135). Posteriormente, o centro começou a selecionar a documentação que receberia ou não, de acordo com as exigências de sua atuação.

Podemos dizer que o caso do Cemef é um exemplo que demonstra a ânsia que muitos desses centros possuem em preservar qualquer tipo de documentação, sem a prévia análise da pertinência ou não desta para o seu trabalho. Tal ação se dá pela procura em salvar a todo custo uma documentação que frequentemente é destinada ao “lixo”, sem o mínimo cuidado em separar o que é pertinente ou não para ser preservado. Esse tipo de ação acarreta conclusões quase que ambíguas sobre o processo de salvaguarda patrimonial: o que é válido preservar e o que não é? Quem assim o decide? Há por acaso um acúmulo desnecessário, numa busca desenfreada por tudo preservar? Essas e outras são algumas das questões que fazemos ao nos depararmos com o processo de preservação documental no mundo contemporâneo, tão marcado pela produção em massa da informação.

“[...] o que acontece na maioria das nossas instituições que possuem documentos de memória, sejam elas públicas ou privadas, é que só em situações extremas, quase de catástrofe, se começa a pensar em um trabalho de preservação dos documentos” (Bertoletti, 2002, p. 12).

Sendo assim, apesar de ser indicado por diversos autores que o um centro de documentação tenha uma temática previamente definida, facilitando o processo de guarda e administração da informação, evitando receber de forma desenfreada todo tipo de documentação, o que observamos em alguns deles é que o ato em si de preservar é o que prioritariamente os move a ação. Alguns desses centros foram criados, como a própria Oliveira (2016) aponta, exatamente pela sensibilização de docentes, discentes e técnicos administrativos, preocupados com o descaso e a destruição, diante de seus olhos, de acervos documentais, procurando com isso a sua imediata preservação, não importando, pelo menos nesse primeiro momento, a análise prévia da pertinência ou não da documentação para os intentos do centro.

4.5 Região Sul

4.5.1 Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH) - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Em seguida temos o Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), localizado no estado do Paraná. Ele é um órgão vinculado ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas da universidade, “[...] e têm por objetivos a guarda e a preservação da documentação histórica regional, bem como servir de laboratório de apoio à pesquisa, ao ensino, à extensão, à capacitação e à prestação de serviços” (Lima; Maesima, 2005, p.3). Como o CDPH, muitos dos centros de documentação universitários realizam serviços de microfilmagem, duplicação, reprodução e digitalização de documentos, para sua universidade ou para outras instituições fora dela, assim como trabalhos de assessoria sobre preservação documental, auxiliando também na criação de outros centros de documentação. Sobre seus objetivos, o centro propõe:

Preservar e conservar os acervos documentais e bibliográficos doados e/ou adquiridos pelo Departamento de História; Preservar parte da memória/história intelectual e documental paranaense; Possibilitar um espaço de pesquisa para os acadêmicos, estagiários e profissionais das mais diversas áreas do saber; Proporcionar instrumentos de pesquisa a projetos de graduação, pós-graduação de instituições de ensino superior; Oportunizar campo de estágio para acadêmicos do curso de história e áreas afins; (Universidade Estadual de Ponta Grossa, s.d, n.p).

O centro foi criado em 1995 a partir da doação de um acervo de cunho documental e bibliográfico do Centro Cultural Euclides da Cunha, tendo nos próximos anos recebido outras doações de acervos pessoais e institucionais ligados à história local, regional e da sua própria universidade (Universidade Estadual de Ponta Grossa,s.d). Os documentos preservados também são heterogêneos, onde notamos a presença de documentos textuais, iconográficos, bibliográficos e fonográficos, estando disponíveis para pesquisa e consulta para o público interno e externo da universidade (Universidade Estadual de Ponta Grossa, s.d, n.p).

4.5.2 Centro de Documentação Histórica “Prof. Hugo Alberto Pereira Neves” (CDH) - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

O Centro de Documentação Histórica Prof. Hugo Alberto Pereira Neves (CDH), ligado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e localizado no estado do Rio Grande do Sul, é um centro de documentação criado por volta de década de 1980 (Lose, 2014), a partir do esforço coletivo de professores do departamento de Biblioteconomia e História da Universidade (Schiavon, s.d). Atualmente conta com duas unidades menores, ambas situadas no Instituto de Ciências Humanas e Informação (Ichi). A primeira dessas unidades está reservada à informática e ao laboratório de história oral do centro (onde contém, por exemplo,

um acervo considerável de entrevistas realizadas com os moradores da cidade de Rio Grande (Bertotti, 2013)) e a segunda à guarda documental restante, principalmente o arquivamento de periódicos (Schiavon, s.d, n.p).

Entre seus acervos estão: acervo bibliográfico e de monografias, o acervo de Documentação Eclesiástica, o acervo de Coriolano Benício, o acervo do Tribunal Regional do Trabalho, o acervo da União Operária, o Núcleo de História Demográfica e de História Oral, e o acervo de periódicos, que se divide entre jornais e revistas (científicas e de variedades) (Schiavon, s.d, n.p).

O seu acervo, constituído prioritariamente por doações realizadas pela comunidade local, situa-se temporariamente entre o fim do século XIX e fins do XX, sendo composto por “[...] livros sobre a história regional e local, periódicos de diferentes cidades e países, catálogos, anais e boletins, além das monografias dos cursos de graduação e especialização em História da FURG” (Bertotti, 2013, p. 108). O CDH é aberto ao público mas configura-se prioritariamente como um laboratório, dando suporte na realização de pesquisas e práticas pedagógicas a docentes e discentes dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e História de sua universidade (Schiavon, s.d).

Em seu site institucional, em uma nota publicada em Fevereiro de 2020, o CDH informa a suspensão de suas atividades devido a também suspensão de contratações e prorrogações de estágios emitida pela FURG, descontinuando a contratação dos estagiários que faziam o centro continuar em funcionamento (Universidade Federal do Rio Grande, s.d, n.p). Até a escrita desta dissertação o CDH, não retomou suas atividades de atendimento ao público, disponibilização de acervos para consultas e demais atividades de ensino e pesquisa.

4.5.3 Centro de Documentação (Cedoc) - Universidade Federal de Pelotas (Ufpel)

O Centro de Documentação (Cedoc), ligado ao Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (Ceihe), que por sua vez é vinculado à Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), é um centro de documentação presente no estado do Rio Grande do Sul, criado em 2002. O Ceihe também possui, em conjunto com o Cedoc, um Centro de Pesquisa (Castro; Gastaud, 2017). Algumas dos principais objetivos de atuação do Cedoc são:

[...] fomentar a pesquisa historiográfica; desenvolver investigações individuais e coletivas sobre diversos temas no campo historiográfico educacional; proporcionar pesquisas e estudos comparados; produzir trabalhos científicos e divulgá-los em diferentes fóruns; manter sessões de estudo de caráter teórico-metodológico; promover debates e seminários

específicos; dar suporte aos alunos durante a fase de preparação de monografias, artigos, dissertações e teses (Arriada; Tambara, Teixeira, 2012 apud. Castro; Gastaud, p. 273, 2017).

Nessa citação é possível atentar-se ao caráter científico e acadêmico que os centros de documentação assumem nas universidades nacionais: comprometidos com questões relacionadas aos pilares ensino, pesquisa e extensão, esses lugares são responsáveis por possibilitar a construção de pesquisas de cunho histórico e social (artigos, monografias, dissertações e teses). Oferece também cursos para o público de dentro e de fora da universidade, cursos esses relacionados em sua maioria a prática da preservação documental. Além disso, contribuem para a realização de eventos, palestras, mesas-redondas, workshops e oficinas, com participação do público acadêmico e não acadêmico, que direta ou indiretamente debatem e constroem conhecimento sobre a preservação patrimonial e sobre os seus respectivos acervos.

O Cedoc busca preservar documentos referentes à história da educação, com ênfase na história da educação de Pelotas e região. Dessa forma, o Cedoc possui uma proposta de atuação temática mais delimitada. Preserva todo tipo de material ligado à educação e constrói acervos temáticos (Universidade Federal de Pelotas, s.d, n.p). Dessa forma, apesar de deter todos os tipos documentais, há uma predominância de acervos biblioteconômicos, ao contrário da maioria dos centros de documentação aqui trabalhados, que possuem em maior número documentação de cunho arquivístico. Além disso, o Cedoc também dispõe de uma hemeroteca, com destaque para os jornais da cidade “O Rebate” e “O Libertador” (Castro; Gastaud, 2017).

A construção do acervo do centro se deu por meio de uma documentação advinda principalmente de doações e compras realizadas pelo mesmo. Parte do acervo também é constituído por doações feitas por professores e ex-professores (Castro; Gastaud, 2017). Dessa forma, percebemos que no Cedoc, assim como em diversos CDM nacionais, o processo de doação documental é comum e presente na formação do acervo.

No que se refere aos acervos museológico e biblioteconômico, estes foram adquiridos pelo centro por meio de doações advindas das campanhas e também de materiais comprados por professores que hoje fazem parte da equipe do Cedoc. O acervo arquivístico é composto por materiais que vieram de escolas que fecharam; a intenção é se ter um arquivo permanente com esse material (Castro; Gastaud, p. 274).

O centro disponibiliza sua documentação por meio de fontes impressas, manuscritas e iconográficas, visando constituir também um acervo composto por “[...] dissertações e teses produzidas no campo da história da educação [...]” além de buscar “[...] reconstituir a materialidade das rotinas e do cotidiano escolar [...] recolher e catalogar materiais doados por instituições ou pessoas; promover exposições e mostras sobre história da educação” (Universidade Federal de Pelotas, s.d, n.p).

4.6 Outros exemplos

Como anteriormente apontado, o objetivo deste capítulo foi apresentar um pequeno panorama de centros de documentação e memória universitários nacionais. Dessa forma, não buscou-se esgotar todas as características e funções dos centros acima descritos, muito menos os debates acerca de patrimônio, memória e história que suscitam em seu funcionamento, mas sim apresentá-los brevemente, com o intuito de debater algumas de suas peculiaridades. Optou-se por trabalhar com universidades públicas, o que não exclui o fato, como já anteriormente mencionado, de existirem tais instâncias em universidades privadas.

Ao longo de nossa pesquisa, encontramos ainda outros centros e que acreditamos ser proveitoso aqui mencioná-los: Centro de Documentação (Cedoc), vinculado à Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc); Centro de Documentação e Memória Feevale “Luci Therezinha Bridi”, ligado a Federação de Estabelecimento de Ensino Superior em Novo Hamburgo (Feevale); Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra - USS; Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Unitaú; Centro de Documentação e Memória do Campus de Irati (Cedoc/I), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro); Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade de Londrina-UEL; Arquivo Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj)- Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj); Acervo de Memória e Documentação Clemente Mariani (Amedoc) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Centro de Documentação e Pesquisa (CEOM), vinculado a Unochapecó; Centro de Documentação e Memória da Cultura na Amazônia, vinculado à Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e o Centro de Documentação e Memória (CDM) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A maioria desses centros não possuem pesquisas sobre sua atuação, cabendo com isso ao futuro pesquisador, caso queira, investigá-los em profundidade.

5 CENTROS SELECIONADOS

5.1 Objetivos e motivos da escolha

Após termos apresentado as principais discussões em torno da atuação e do conceito de um Centro de Documentação e Memória universitário, assim como observações acerca do contexto histórico que possibilitaram a sua criação e posterior expansão entre universidades públicas e privadas, este presente capítulo buscará abordar, por meio da seleção e análise da atuação de quatro CDM universitários, particularidades próprias e características de trabalho, histórico e desempenho de cada um deles. Acreditamos que com isso, por meio desta dissertação, além de discutir-se de maneira mais generalizada e abrangente a atuação de um CDM universitário no país, também se torna produtivo e enriquecedor uma análise mais aprofundada e detalhada de alguns centros em específico, visando a compreensão mais dinâmica e orgânica desse fenômeno.

Os centros selecionados foram de duas universidades federais e de uma estadual pública, além de uma particular. Dois deles estão no Estado de São Paulo e os outros dois no Estado de Minas Gerais. Os centros paulistas são o Centro de Documentação e Memória (Cedem), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic) da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Ambas as universidades estão lotadas na capital do Estado. Os outros dois centros selecionados são centros sediados no Estado de Minas Gerais, em duas cidades distintas, de regiões diferentes: Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na cidade de mesmo nome, situada na região do Triângulo Mineiro, e o Centro de Conservação da Memória (Cecom), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), também situado na cidade homônima, que se localiza na região da Zona da Mata Mineira.

Optou-se pela escolha de quatro centros por se acreditar que tal lista representa uma boa quantidade amostral para os objetivos deste trabalho. Os motivos de sua escolha, em específico, se dão, primeiramente, pela história que os mesmos possuem: tanto o Cedem-Unesp, como o Cedic-PUC e o CDHIS-UFU são centros criados nas décadas de 1980 e 1990 sendo, portanto, alguns dos pioneiros na área e que possuem relevância até hoje. Além disso, ao contrário do que infelizmente é o mais comum entre os CDM universitários nacionais, ao longo desta pesquisa observou-se que os CDM aqui mencionados possuem uma produção e documentação mais abundante sobre a sua atuação e trabalho cotidianos, assim

como do seu processo de criação, os motivos da escolha de seus acervos, como se dá seu gerenciamento, entre outras informações. Sendo assim, a praticidade e maior quantidade de pesquisas e textos escritos sobre tais centros, assim como seu histórico relativamente mais longo de atuação, foram critérios decisivos para que escolhêssemos estudá-los e abordá-los nesta dissertação.

Já em relação ao Cecom-UFJF, sua escolha se deveu por outros critérios. O mesmo é uma instituição relativamente recente no organograma de sua universidade: criado em 2013, hoje em dia conta com um pouco mais de uma década de atuação. Ao o compararmos aos que foram antes aqui mencionados, ele é o mais novo em seu intento. Apesar disso, acreditamos que ele já é pertinente em sua atuação, contribuindo para a preservação patrimonial de Juiz de Fora. Ademais, o Cecom é um exemplar de centro de documentação que foi criado no século XXI, com suas particularidades e questões que diferem das que possibilitaram e incitaram a criação dos outros centros, no fim do século passado.

Com este capítulo, portanto, têm-se como objetivo principal a apresentação individual de cada um deles, discutindo suas formas de atuação enquanto um centro de documentação. Além disso, também pretende-se a posterior comparação da atuação desses quatro centros entre si e com a bibliografia aqui estudada: como se aproximam e se afastam, em sua atuação, da bibliografia tratada sobre assunto e quais são algumas das particularidades e diferenças que os aproximam e distanciam entre si. Acreditamos que, apesar de possuírem raízes em comum, é inerente a tais centros responderem às demandas de sua comunidade, o que faz com que se transformem de acordo com as necessidades presentes em seu cotidiano.

Importante ressaltar que utilizaremos como pontos de análise basicamente três tipos de fontes: a primeira é de documentos administrativos e jurídicos, além de documentos normativos de que apresentam, por meio de leis, normativas e de portarias internas, o funcionamento e as regras que regem o funcionamento desses centros. O segundo são textos produzidos sobre eles e por eles acerca de sua história, suas funcionalidades e seus acervos. Encontram-se aí textos acadêmicos e textos oficiais, estes últimos em sua maioria disponibilizados em canais ligados e administrados pelos próprios centros aqui mencionados. Por fim, optamos por utilizar também entrevistas realizadas com os funcionários que trabalham ou já trabalharam nesses espaços e que, coincidentemente, estiveram todos diretamente relacionados à criação e/ou primeiros momentos desses centros. Utilizou-se um tipo de entrevista semi-estruturada, onde a maioria dos entrevistados responderam perguntas de maneira planejada. No entanto, de acordo com a entrevista, variando de caso para caso,

também optou-se por criar e realizar mais perguntas, fora do roteiro, mas que de alguma forma dialogavam com toda a entrevista feita.

Acreditamos que esta dissertação poderá servir de guia para que os centros aqui citados e outros além deles observem suas semelhanças e particularidades, possibilitando com isso o compartilhamento de experiências, enxergando na vivência dos outros algumas respostas que possam servir para perguntas e situações vividas em seu cotidiano. Como afirma Tessitore, “[...] propiciar uma contínua reformulação de seus pressupostos teóricos, procedimentos metodológicos e atividades, bem como possibilitar a permuta de informações, é fundamental que o Centro mantenha intercâmbio científico e técnico regular com entidades de documentação e pesquisa [...]” (Tessitore, 2003, p. 36). Dessa forma, acreditamos e esperamos que esta dissertação venha a contribuir com tal intento.

5.2 Cedem

O primeiro centro que aqui iremos debater é o Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). O Cedem atualmente se encontra situado no edifício Palacete São Paulo, ao lado da Praça da Sé, marco zero da cidade. Possui à sua disposição, além de espaço para guarda e condicionamento do seu acervo, salas de tratamento técnico, de consulta, de pesquisa, para questões administrativas e um auditório para eventos. O Cedem é um dos centros de documentação que mais conseguimos encontrar produções acadêmicas sobre sua atuação, histórico e cotidiano.

Em seu site institucional, podemos observar o que se caracterizaria enquanto horizonte de ação do Cedem e quais são seus principais objetivos enquanto um centro de documentação: o mesmo elenca como importante parte de sua atuação a preservação e difusão da memória da Unesp, assim como a preservação e difusão da memória social que esteja sob a tutela e responsabilidade direta e indireta da sua universidade. Entre suas atribuições, o Cedem assume a tarefa de

[...] preservar, guardar, propiciar acesso e fazer a difusão do patrimônio documental sob sua guarda, com preocupação na preservação digital e física dos acervos; abordagens de caráter educativo para difusão; inserção das suas discussões em mídias sociais (tais como, Facebook e YouTube); além da criação de um ambiente para debates (realizados na própria sede da instituição e transmitidos online nas mídias sociais, todos abertos e de forma gratuita), destacamos ainda que há reflexões sobre temáticas a respeito de movimentos sociais; política brasileira e internacional; questões de gêneros; lançamentos de livros (Jesus; Rodriguez, 2020, p. 138).

O Cedem foi criado em 1987 por meio da iniciativa de professores ligados à área de humanas da Universidade. Segundo o próprio centro, em um Guia de Acervo publicado em 2018, a “[...] preocupação fundamental era responder a algumas necessidades fundamentais” (Moraes, 2018, p. 12).

A primeira delas começava dentro da própria universidade – cuidar de sua memória, construir sua história. Em seguida, havia a necessidade de trazer para o espaço do pesquisador as fontes documentais dispersas, mal conservadas e quase sempre inacessíveis, que se encontravam nas mãos de empresas, de instituições e entidades privadas, de famílias ou de particulares. Esse trabalho, além de beneficiar a pesquisa e dar suporte às atividades de ensino, resultava também no envolvimento da universidade nos esforços de diversos setores públicos e de inúmeros segmentos sociais para a preservação da memória e do patrimônio cultural brasileiros (Moraes, 2018, p. 12).

Aqui o Cedem elenca como um dos motivos de sua criação na década de 1980 a necessidade crescente de organização, acondicionamento e disponibilização de fontes históricas ao pesquisador. Como já apontado anteriormente nesta dissertação, houve um aumento considerável de pós-graduações nas universidades brasileiras nas últimas décadas do século XX, o que teria motivado a criação e posterior alastramento desses centros.

Oliveira (2016) aponta que os principais interessados nesse processo de proteção patrimonial seriam os próprios professores do departamento de História da Unesp “[...] que questionavam a respeito da produção científica e cultural da universidade e os destinos das produções acadêmicas” (Oliveira, 2016, p. 53), o que fez com que posteriormente alguns deles se envolvessem diretamente na criação de um projeto relacionado a um levantamento da “[...] Memória histórica da Unesp para preservar os documentos de sua memória institucional” (Oliveira, 2016, p. 53). Segundo Oliveira, tal projeto teria dado lugar, posteriormente, ao Cedem.

O projeto inicial envolvia a criação de núcleos de ação que não chegaram a ser implementados em sua totalidade mas serviram como pontos de referência para a formulação das linhas de pesquisa e preservação documental do Cedem e algumas das suas frentes de atuação. Havia propostas de núcleos de coleta e proteção de documentos ligados à História da Universidade, de documentos provenientes das unidades que compunham a Unesp, onde previa-se “[...] a necessidade de se avaliar a produção documental corrente na universidade e avaliar a documentação acumulada ao longo do tempo, desde as origens daquelas escolas isoladas” (Côrrea, 1999, p. 80). O segundo núcleo envolvia a História do Município, levando em conta a relação da Unesp com os municípios do interior de São Paulo, promovendo o envolvimento da universidade na proteção dos arquivos municipais, estabelecendo uma espécie de apoio aos municípios nesse quesito. Por fim, o terceiro núcleo de ação seria ligado

à história do estado de São Paulo, procurando produzir obras e resgatar informações sobre a produção historiográfica acerca do estado. Observa-se resquícios desses primeiros projetos no acervo que constitui hoje o Cedem, organizado prioritariamente em torno dessas temáticas. Sobre isso, Jacy Machado Barletta, historiadora responsável pelo Cedem, em entrevista nos concedida em 2022 para o desenvolvimento desta dissertação, comenta:

A missão do Cedem a princípio foi de preservar a memória da universidade, tendo dois eixos: o primeiro era fazer um banco de depoimentos orais, desde a criação dos institutos isolados até a criação da Unesp, que foi um projeto que até hoje tentamos tocar, porque sempre foi da professora Ana Maria Martinez Corrêa, e conseguimos mais de 200 gravações de professores, ex-diretores, ex-alunos, e também, por outro lado, também tínhamos um projeto de preservação da documentação produzida pela universidade, principalmente dos três eixos, de ensino, pesquisa e extensão (Barletta, 2022, n.p).

Nos anos posteriores a sua criação, o Cedem foi aos poucos recebendo fundos documentais, juntamente com aqueles coletados pelos professores e alunos da própria universidade. As doações que recebia ligavam-se principalmente à política contemporânea brasileira, referentes ao fim do século XIX e todo o século XX, o que o transformou em “[...] um Centro aglutinador de arquivos e coleções, de informações, estudos e pesquisas sobre a história política do Brasil contemporâneo, privilegiando a memória das esquerdas do país em diversas épocas e dos movimentos sociais” (Moraes, 2018, p. 16). Tal linha de acervo constitui-se como um dos eixos temáticos do Cedem, juntamente com a história do ensino superior do estado de São Paulo e a história da própria Unesp.

A partir dessas linhas, o Cedem especializou-se na história e na memória política brasileira, com atenção especial para o século XX e nos estudos relativos à memória da Universidade. Em sua missão desenvolve pesquisas, reúne e produz informações e referências, mantendo sob sua guarda arquivos e coleções de valor histórico. Destaca-se por abordar temáticas relacionadas ao processo político do país, à memória social e à preservação do patrimônio histórico e de bens culturais. Suas principais linhas de trabalho são: a Memória das Esquerdas no Brasil e a História do Ensino Superior e Formação da Comunidade Científica no Estado de São Paulo. Abriga coleções e arquivos produzidos ou acumulados por pessoas, organizações, partidos políticos e demais entidades, identificadas como formadores e integrantes das esquerdas brasileiras (Universidade Estadual Paulista, s.d, n.p).

Em 1996, o centro finalmente tornava seu acervo público (Neves, 2005). Como Jacy Machado Barletta comenta em sua entrevista, hoje em dia o centro tem consciência de seu papel social e científico quanto à disponibilização de seu acervo e que, ao se doar documentação, os antigos proprietários devem estar cientes de que seus arquivos servirão de

fonte de pesquisa e que o Cedem não é um simples depósito mas sim um centro que promove pesquisa.

Todos os documentos que o Cedem guarda, nós aceitamos somente se tiver acesso total a comunidade. Aqui não é um depósito, mas sim uma instituição de pesquisa. Então o trabalho cotidiano é a preservação, conservação, organização dos documentos que recebemos, por doação ou custódia e atendimento ao pesquisador. É o cotidiano de um centro (Barletta, 2022, n.p).

Desde 2003 o Cedem é um órgão vinculado à estrutura administrativa da reitoria da Unesp (Neves, 2005). Até 2012, esteve diretamente envolvido na orientação e gestão de políticas de preservação documental da própria universidade, “[...] envolvendo o seu sistema de arquivos e as demais atividades sobre a informação institucional de caráter técnico, administrativo e científico” (Moraes, 2018, p. 16). A observação da falta de cuidado e de uma política de tratamento documental que guiasse a formulação e guarda documental da universidade foi também um dos motivos que fizeram com que os professores criadores do Cedem, na década de 1980, se atentassem para a necessidade do cuidado e da preservação de uma documentação que estava se perdendo por falta de cuidados básicos de gestão.

Dessa forma, o Cedem nasce não só com intuito memorial e de auxílio à pesquisa acadêmica, mas também com ideias de se criar um sistema de organização arquivística de documentação de sua universidade. Dessa forma, o Cedem acabou fazendo parte dos processos de gestão arquivística da universidade durante um tempo considerável após sua criação. Observamos em Oliveira (2016) que o Cedem, nesse contexto, tem um profundo envolvimento com o movimento iniciado pelo Governo do Estado de São Paulo, no mesmo período, pela criação e posterior implementação do Sistema de Arquivos no Estado, sendo a Unesp e a organização de seus arquivos uma dessas frentes (Oliveira, 2016).

Havia nessa atitude uma atenção especial do poder Executivo pela guarda da documentação de valor permanente. A decretação do Sistema de Arquivos para o Estado de São Paulo (Decreto 22.789, de 19.10.1984), pela forma como foi concebido esse sistema, atingiria igualmente a universidade, embora não imediatamente. Assim, apesar de não implicar necessariamente a adoção do sistema na UNESP, aquele decreto contribuiu para envolver setores da universidade, interessados na proteção documental e na abertura democrática (Côrrea, 1999, p. 79-80 apud. Oliveira, 2016, p. 52).

Tal prática demonstra as diversas funções que um CDM pode vir a assumir, dependendo de seu contexto e necessidade de atuação. Dessa forma, é importante sempre salientar que o Cedem, assim como qualquer outro centro, é fruto também de seu contexto político, histórico e social local, se formando e adquirindo suas características enquanto um

centro de documentação ao longo dos seus diversos anos de existência. Ele surge na preocupação da universidade em preservar sua documentação, se envolvendo com questões administrativas e de gerenciamento documental. Ao longo dos anos, foi se ligando mais à preservação documental histórica e memorial da universidade, abrigando também acervos históricos da região e do país. Atualmente é na guarda e disponibilização da documentação histórica que se concentra sua função principal.

Ao tratarmos de suas atribuições cotidianas, constatamos que o Cedem já foi palco de eventos, debates acadêmicos, lançamento de livros, parcerias, encontros, colóquios e congressos nacionais e internacionais, os sediados ou ajudando a organizá-los (Neves, 2005) (Jesus; Rodriguez, 2020). O centro já chegou a publicar uma revista acadêmica, chamada “Cadernos Cedem”, onde podemos encontrar resenhas, depoimentos e artigos científicos, ligados ao seu acervo e a área de história como um todo.

Figura 2 — Capa da revista *Cadernos Cedem*, v. 3 n. 1 (2012)



Fonte: Site institucional Cedem, s.d

O Cedem foi responsável pelo auxílio à construção e elaboração de instituições de memória, visando “[...] a garantia de preservação histórica documental, acesso à produção científica dessas instituições no que tange ao planejamento e à elaboração de projetos para a captação de recursos em agências financiadoras de pesquisa na área” (Neves, 2005, p. 118). Um dos exemplos é o do Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, tendo como parte fundamental “[...] a colaboração do Cedem em todos os momentos, até a sua implementação e funcionamento. Um trabalho de orientação, auxílio e indicação de

profissionais para a realização e desenvolvimento das ações naquele espaço” (Neves, 2005, p. 118).

Desde seu início, o Cedem foi se constituindo em um ambiente altamente interdisciplinar, com profissionais e bolsistas de várias áreas atuando na conservação documental e no cotidiano do centro: História, Sociologia, técnicos e especialistas nas áreas de Arquivologia, Informática e Administração, além de estudantes (graduandos e da pós) das áreas da educação, educação artística, história, teatro e música (Neves, 2005). Foi nos informado que atualmente o centro já não mais se utiliza de bolsistas no seu funcionamento, principalmente devido a questões logísticas e de locomoção: o campus de cursos que normalmente participam enquanto bolsistas não ficam presentes na capital São Paulo, mas sim em Marília, outra cidade do estado, o que dificulta o deslocamento. Jacy Barletta, em entrevista que nos foi concedida, coloca tal questão inclusive como uma das principais demandas do centro atualmente (Barletta, 2022).

Já sobre o processo de aquisição e cuidado com o acervo, o Cedem se utiliza dos princípios “[...] advindos da Arquivologia, Documentação, Preservação Documental, Biblioteconomia e Ciência da Informação” (Universidade Estadual Paulista, s.d, n.p), levando em conta a maioria do seu acervo ser composto de documentação em papel, apesar de não se restringir a gênero nem suporte documental, “[...] desde que estes mantenham relação orgânica ou identitária explícita o conjunto documental do qual procedem” (Universidade Estadual Paulista, s.d, n.p).

Os documentos são acondicionados em caixas apropriadas, conforme gênero e suporte. Estão disponíveis ao pesquisador as informações referentes ao código de referência, sistema de arranjo, as condições de acesso e uso, conteúdo do fundo/coleção, história do fundo/coleção e do(s) produtor(es), datas, dimensões, suportes, título, procedência do acervo, idioma e instrumentos de pesquisa. Seu acervo, segundo o seu guia (2018), é formado em algumas partes por coleções definidas pelos seus suportes. As mesmas “[...] foram formadas para facilitar os modos de ordenação, acondicionamento, sinalização e armazenamento, mas sendo classificados seus documentos nas categorias do plano de classificação” (Moraes, 2018, p. 24). Ao receberem o acervo de outras instituições também buscam realizar pesquisas aprofundadas de como tal instituição ou movimento se organizava, fazendo um levantamento sobre suas atribuições, objetivos, funções e atividades, visando com isso a compreensão de sua produção documental, respeitando preceitos básicos da Arquivologia.

Figura 3 — Acervo Cedem.



Fonte: Da autora, 2022

Observou-se durante as nossas pesquisas que o Cedem realizou e frequentemente ainda realiza debates, conferências e seminários relacionados a seu acervo e a problemáticas sobre memória e história de maneira geral. Com a pandemia, eles expandiram tal ação para espaços online, o que possibilitou uma maior interação com pesquisadores e interessados fora de São Paulo ou região.

Figura 4 — *Print* página do Cedem no Youtube

Cedem Unesp
 @CedemUnesp 1,25 mil inscritos 148 vídeos
 O Centro de Documentação e Memória – CEDEM, da UNESP, é especializa... >

INÍCIO VÍDEOS AO VIVO PLAYLISTS COMUNIDADE CANAIS SOBRE >

Mais recentes Em alta

Thumbnail	Thumbnail	Thumbnail	Thumbnail
1:27:03	1:21:56	1:33:07	2:04:22
1 visualização • há 13 minutos	51 visualizações • há 3 semanas	19 visualizações • há 1 mês	96 visualizações • há 4 meses

Fonte: Youtube Cedem Unesp, 2022

5.3 Cedic

Um dos principais estudos para se entender a criação e funcionamento do Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho” (Cedic) é um produzido por Cruz e Tessitore (2010), que remonta à sua criação e ao seu funcionamento. Para as autoras, é no contexto de resistência e lutas ocorridas no fim da ditadura e na efervescência crítica e participativa dos anos posteriores que se tem um momento fecundo para discussões acadêmicas em volta da preservação da memória e do patrimônio documental. Sendo assim, o Cedic, além de responder a movimentos internos à própria PUC-SP, colocaria-se enquanto um centro surgido desse contexto intenso de debates sobre documentos históricos e sua preservação (Cruz; Tessitore, 2010). Dessa forma, o Cedic foi criado através da Resolução da Reitoria de Nº 87/1980, “[...] como resposta a essas necessidades de rastreamento, reunião, organização e divulgação de acervos e referências antes não disponíveis” (Andrade, 2010, p. 191). Ele teve como objetivo principal, portanto, “[...] dar suporte à pesquisa acadêmica, às atividades de ensino e de extensão da própria instituição” (Cavalcanti, 2014, p. 132). Sobre sua criação e atuação, Simone Fernandes, socióloga que trabalha no Cedic há mais de 25 anos, em entrevista nos concedida no ano de 2022, afirma que:

O Centro de Documentação da PUC tem pra lá dos seus 40 anos. Ele nasceu como núcleo de pesquisa temático em movimentos sociais ligado à Igreja, e ao longo de todos esses anos ele foi ampliando suas temáticas para movimentos sociais mais amplos, não só ligados à Igreja Católica, movimentos de e pela educação e também com uma linha que a gente chama de história da cultura, por meio de suas revistas de cultura e variedade da década de 20 e 30. Então o Cedic vem procurando atender as demandas de pesquisa dos programas de pós-graduação principalmente e de algumas graduações da PUC-SP. A missão dele é dar apoio a pesquisa, então temos que atender as principais temáticas desenvolvidas por determinados programas, pois não dá pra atender todas as pesquisas da universidade. Então nosso foco, nosso público alvo, são os alunos da Ciências sociais, História, Serviço Social, Ciências Políticas, enfim: Ciências Sociais como um todo. Pós-graduação e também graduação (Fernandes, 2022, n.p).

Como o Cedem, o Cedic teve como um dos principais motivos de sua criação a necessidade de disponibilização da documentação para o seu corpo acadêmico, em um momento de expansão da pós-graduação no país. Em 1986, alguns anos após sua criação, o centro passou por uma reformulação: foi nesse momento que observamos a implantação de um grupo de trabalho, destinado a avaliar os objetivos e atividades do centro. Tal grupo tinha como uma de suas pautas a necessidade de se desenvolver novas propostas de formação do

acervo, assim como de aumentar e operacionalizar a reunião e guarda de material acadêmico, científico e documental produzido pelos pesquisadores ligados à PUC-SP. Tais medidas fizeram com que, para Cruz e Tessitore, o Cedic desenvolvesse novos objetivos e atividades que fizeram com que o mesmo se aprofundasse nas particularidades da guarda documental e as de um centro de documentação (Cruz; Tessitore, 2010).

Sendo assim, com o tempo, o Cedic foi se consolidando e dedicou-se “[...] a tratar, descrever, conservar e disponibilizar para consulta conjuntos de diferentes gêneros documentais, gerados por movimentos e organizações, por projetos de pesquisa diversos, ou pelas próprias atividades acadêmicas da PUC-SP” (Cruz; Tessitore, 2010, p. 430).

Criado em 1980, a partir de iniciativas de grupos de professores, num contexto de grande vitalidade da reflexão na área das ciências humanas e de afirmação da Pós-Graduação na universidade, desde então o Cedic tem como objetivo dar suporte à pesquisa acadêmica, às atividades de ensino e extensão na PUC-SP (Cruz; Tessitore, 2010, p. 429).

Através dessa iniciativa, foram se constituindo coleções sobre movimentos urbanos e rurais, organizações negras, cultura e povos indígenas, grupos sindicais, comunidades de base e outros movimentos de leigos da Igreja Católica, grupos de bairros, vilas operárias, cortiços, favelas, loteamentos clandestinos, questões que envolvem o menor, os velhos, a mulher, organização de creches, cultura popular, práticas religiosas, etc. (Cruz; Tessitore, 2010, p. 429).

Em 2010, o Cedic já possuía mais de 700.000 mil documentos (Andrade, 2010). Seu acervo concentra-se basicamente no século XX, tendo sua documentação de maior expressão se concentrando nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Seu acervo é ricamente documentado, principalmente as coleções referentes à organização e lutas políticas e sociais da sociedade brasileira do período, assim como suas relações com a América Latina e Central. O Cedic também detém uma documentação significativa para se compreender a trajetória e história da PUC-SP e de suas pesquisas (Cavalcanti, 2014). No seu acervo, por exemplo, encontra-se a coleção CLAMOR – Arquivo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Tal acervo, em 2007, foi contemplado pelo registro nacional no Programa Memória do Mundo da UNESCO (Knauss, 2009, p. 13).

Na sua feição atual, o Cedic desenvolve suas atividades visando reunir, preservar e disponibilizar aos pesquisadores e ao público em geral documentos e referências documentais sobre diferentes tendências e expressões da memória social brasileira, com ênfase nos movimentos de leigos católicos e incluindo a memória da própria Universidade (Cruz; Tessitore, 2010, p. 438).

Assim como o Cedem, o Cedic possui uma variedade grande de suportes e tipos documentais, relacionados às temáticas de movimentos sociais brasileiros e da memória da PUC-SP, que são suas duas linhas de pesquisa. Os principais gêneros e tipos documentais encontrados são os jornais, revistas, publicações diversas, fotos, filmes, audiovisual, documental oral, entre outros mais. Vale ressaltar que parte significativa de seu acervo se constituiu pela ação de professores, o que se observou como sendo uma prática recorrente também em outros centros de documentação.

O Cedic recebe acervos arquivísticos e também biblioteconômicos; normalmente esses acervos são oriundos da prática dos professores enquanto militantes de movimentos populares, muitos aqui ainda são, ou de suas pesquisas temáticas. Isso gera para a gente dois tipos de unidades documentais: uma que chamamos de fundos arquivísticos, ou seja, eu tenho arquivos ou parcelas de arquivos de determinados movimentos sociais, cujos professores participaram na sua estrutura, gênese, enfim; e nós temos coleções temáticas, que é quando os professores da casa desenvolvem alguma pesquisa temática científica, que findada a pesquisa eles doam o material que eles coletaram ao longo dela (Fernandes, 2022, n.p).

O Cedic conta ainda com uma hemeroteca que chegava a mais de 2.000 títulos e 50.000 mil exemplares de periódicos, ligados à área de Ciências Sociais, História, Educação, Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia (Andrade, 2010). Segundo Simone Fernandes, o Cedic conta para consulta com cerca de 21 fundos e 78 coleções temáticas. Segundo nos foi informado, contudo, o acervo estava passando por um processo revisional: muitas das revistas, livros e equipamentos estão sendo doados para outras instituições. Tal processo é comum em unidades de informação e é realizado quando a documentação não atende mais aos anseios e necessidades dos usuários daquele espaço, sendo melhor aproveitados em outros centros informacionais.

Ao observarmos seu site institucional, encontramos um pequeno resumo das coleções e fundos presentes em seu acervo. Nem todos estão classificados e organizados: alguns estão parcialmente organizados ou estão em processo de arranjo e descrição. Sobre os arquivos sob sua tutela, o Cedic também já publicou instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos), em papel ou formato eletrônico (Cruz; Tessitore, 2010) visando dessa forma, o maior contato com o pesquisador.

[...] temos desde correspondência, fotografias, relatórios financeiros, circulares, textos de reflexão, temos até flâmulas, enfim tudo que é gerado por esse movimento popular ao longo de sua trajetória. Já em relação às coleções temáticas, nós temos muita fotocópia de material que o professor reuniu, e também muitos recortes jornalísticos, que também é uma fonte bastante utilizada para pesquisa. Então em termos de espécie, nós temos essa configuração. Também temos uma hemeroteca,

tendo mais ou menos 1600 títulos de publicações, sendo que metade desses títulos é de uma imprensa nanica, alternativa, produzida por movimentos populares. São boletins, suporte de papel e também de diferentes tamanhos, dimensões e formas de feitura. Nós temos desde jornais feitos em mimeógrafo, nos anos 70 e 80, ou até mesmo de imprensa mais sofisticada, feita em papel couchê (Fernandes, 2022, n.p).

Figura 5 — Acervo do Cedic.



Fonte: Da autora, 2022

Figura 6 — Print página institucional Cedic



FUNDOS

Juventude independente Católica do Brasil, JICB

Identificação:

Denominação: JUVENTUDE INDEPENDENTE CATÓLICA DO BRASIL

Sigla: JICB

Natureza do Conjunto: Fundo

Data Limite Inicial: 1950

Data Limite Final: 1950

Quantidade: 09 pastas

Galeria online: [clique](#)

Contextualização:

História Administ./Biografia: A Juventude Independente Católica (JIC) foi um dos Movimentos da Ação Católica Especializada. Seu segmento de atuação era a juventude das classes média e alta que não se enquadrava na JOC e nem na JUC.

A JIC era um Movimento diocesano de atuação nas paróquias, tendo por finalidade a cristianização do meio social burguês.

Os problemas com os quais a JIC trabalhou entre seus militantes foram: individualismo, falta de solidariedade, egoísmo e indiferença religiosa, entre outros do gênero.

O corpo de militantes da JIC normalmente era composto por moças que, ao se casarem ou ao completarem 30 anos, passavam a integrar a SAC (Senhoras da Ação Católica).

Em 1950, já existiam algumas experiências, principalmente no Nordeste, espelhadas em experiências francesas.

Fonte: Site institucional Cedic, 2022

Sobre outras funções e atividades que o Cedic exerce ou já exerceu, notamos a criação e realização de cursos e seminários de formação na área da preservação documental, abertos ao público em geral. Desde 1992 o centro oferecia cursos com esse intento e em 2010, por exemplo, já tinha participado da sua formação mais de 850 profissionais, atuantes em diversas cidades e regiões do estado de São Paulo e de outras localidades do país (Andrade, 2010). O Cedic ainda é responsável por assessorar outras instituições na implantação de outros centros de documentação, na implantação de programas de história oral e microfilmagem. O centro ofereceu, por exemplo, cursos relacionados a reprografia de preservação e pesquisa histórica (Cruz; Tessitore, 2010). Contudo, por meio da entrevista realizada, foi nos informado que após a pandemia, o centro não realizava mais seus cursos e que não tinha provisão para o retorno (Fernandes, 2022).

O acúmulo de know how em sua área de especialização possibilitou ao Cedic ampliar seu leque de atividades, com serviços de microfilmagem e reprodução de microformas em papel para professores, pesquisadores e instituições, prestação de assessoria técnica a centros afins, promoção de cursos de extensão, visitas técnicas e seminários (Cruz; Tessitore, 2010, p. 438).

O centro também disponibiliza serviços de reprodução de documentos e leitura de microfilmes, ligados principalmente à preservação e pesquisa documental de seu acervo, tendo inclusive disponível um maquinário especializado para tal. Tal função adquire capilaridade significativa na atuação do Cedic, que era bastante requisitado nesse aspecto: “[...] microfilmagem de documentos, realizada tanto nas dependências do Cedic, como fora delas; duplicação de microfilmes em diazo; extração de cópias em papel de microfilmes e microfichas; digitalização de documentos, microfilmes e microfichas, digitalização de fontes sonoras” (Cruz; Tessitore, 2010, p. 440). Alguns dos projetos já realizados pelo centro envolviam a reprodução e microfilmagem de arquivos do movimentos da ação católica brasileira e de seus Movimentos de Juventude Agrária Católica – JACB, Juventude Estudantil Católica – JECB, Juventude Independente Católica – JICB, Juventude Operária Católica – JOCB e Juventude Universitária Católica – JUCB, assim como o projeto de preservação da memória do patrono da educação nacional Paulo Freire, através da digitalização de cerca de 130 fitas de vídeo (VHS) de seu acervo pessoal.

Cavalcanti (2014) nos aponta a capilaridade que o Cedic atingiu durante sua atuação, sendo chamado inclusive a participar de discussões sobre preservação documental pela Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), assim como da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), sendo ainda

membro do Conselho Internacional de Arquivos/UNESCO, através da Seção de Arquivos Universitários e Instituições de Pesquisa, além da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) (Cavalcanti, 2014). Sua equipe também já foi responsável pela prestação de assessorias e consultorias a outras instituições semelhantes que lidam com acervos documentais (Andrade, 2010).

Por fim, outros pontos ainda relevantes que podemos elencar sobre a atuação do Cedic é o do trabalho de divulgação científica, por exemplo. O Cedic estimula a publicação de artigos referentes aos seus acervo, utilizando-se de anais de eventos e periódicos científicos, assim como palestras internas e externas, para a consecução de seus objetivos de preservação e difusão da pesquisa e de seu acervo (Cruz; Tessitore, 2010), mantendo também intercâmbio com outras instituições na produção e divulgação de saberes ligados a esse assunto (Andrade, 2010). Sobre o uso e formação de estagiários vindos dos quadros de sua universidade, o Cedic emprega, desde 1990, bolsistas alunos da PUC-Sp (Cruz; Tessitore, 2010, p. 441), contribuindo assim para a sua formação profissional.

5.4 CDHIS

O Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é um dos CDM universitários mais antigos que ainda estão atuantes e que possuem capilaridade considerável no seu meio de atuação. O mesmo foi criado, segundo Carreira (2014), em 1985, a partir de uma iniciativa advinda de professores de Ciências Sociais e História da Universidade.

Criado com o objetivo de tornar permanente o diálogo entre a pesquisa, o ensino e a extensão e, assim, contribuir para a formação do corpo discente, ao proporcionar um espaço onde é possível exercitar a relação entre a teoria e a prática, o CDHIS busca renovar-se desde sua criação, ainda que enfrente inúmeras dificuldades, tais como a falta de recursos e pessoal especializado para atender todas as demandas a ele atribuídas. Durante muito tempo, e até hoje, a pesquisa tem sido a principal ferramenta utilizada para manter o CDHIS como um centro de documentação vivo, capaz de produzir conhecimento, preservá-lo e divulgá-lo (Carreira; Carneiro; Almeida, 2011, p. 325).

Assim como os centros mencionados anteriormente, o papel dos docentes na criação e posterior implantação do CDHIS é considerável e decisivo. O objetivo inicial dos professores era o de “[...] guardar documentos construídos a partir de projetos que eram por eles desenvolvidos, como também, documentos acumulados por memorialistas e amantes da cidade de Uberlândia e da região do Triângulo Mineiro” (Carreira, 2014, p. 42), contendo

diversos tipos documentais, assim como a de “[...] criar um espaço para fomentar projetos de pesquisa nas áreas de história, arquivo, memória e patrimônio” (Carreira, 2014, p. 42). Ao longo do tempo, o centro foi recebendo mais notoriedade na comunidade, principalmente dentro da universidade.

A visibilidade que o CDHIS tinha dentro da universidade e da cidade como um lugar de memória, que abriga em seu acervo documentos históricos que constituem parte considerável da memória coletiva e individual da cidade e da região, foi aumentando à medida que as práticas realizadas ali dentro foram se desenvolvendo e promovendo um envolvimento entre discentes, docentes e técnicos, também através de eventos, cursos, exposições, mostras fotográficas, estágios remunerados e não remunerados e projetos de pesquisa que articulam o ensino a pesquisa e a extensão ao longo desse período (Carreira, 2014, p. 45).

O acervo é formado em grande parte por doações realizadas por professores ou pelos próprios moradores da cidade de Uberlândia. Velloso Carlos de Souza, técnico concursado e que trabalhou no centro há mais de 20 anos e que há pouco tempo se aposentou, ao nos dar uma entrevista sobre o funcionamento e histórico do espaço, expôs detalhes sobre um dos históricos de doação de documentos ao CDHIS.

Nosso tipo de documentação principal é o de suporte em papel: fotográfico, jornais, revistas; que vieram com as doações. Uma das primeiras doações que recebemos, que é do senhor João Quituba, era um memorialista que guardava documentos, ele doou cerca de 2500 fotografias além de cerca de documentos, documentos relacionados à revolução de 1930, e outros. A comunidade confiava nele e ia dando documentos para que ele guardasse. Quando ele já se sentiu mais idoso e não dava conta mais, decidiu doar para a universidade (Souza, 2022, n.p).

O CDHIS se especializou em história da UFU e região de Uberlândia e do Triângulo Mineiro: movimentos sociais e culturais, instituições, política, justiça, personalidades importantes da região e seus arquivos pessoais, entre outros. O CDHIS vem a reunir “[...] um acervo valioso de processos criminais do fórum local, ao lado de coleções e arquivos de inúmeras personalidades da história regional. Nesse caso, há que se destacar o valor da coleção fonográfica, com discos de diferentes épocas e gêneros, de uma das antigas rádios locais” (Knauss, 2009, p. 14). Encontramos dessa forma, em seu acervo, coleções de fotografias, jornais da cidade, da região e do país, mapoteca, objetos tridimensionais, assim como videoteca e filmoteca e discos de vinil, sendo esses últimos uma parte considerável e expressiva do acervo do CDHIS atualmente. Sobre a organização de sua documentação, Velloso Carlos de Souza comenta sobre o CDHIS:

Nosso acervo foi constituído por doações. Recebemos bastante documentos em suporte de papel, que era fotografia, jornais; durante muito tempo fomos recebendo essas coleções e fomos organizando. A partir daí tivemos que montar um laboratório de restauro, onde preservamos e dispomos ao pesquisador (Souza, 2022, n.p).

Figura 7 — Coleção de discos de vinil - CDHIS



Fonte: Da autora, 2022

Ao nos referirmos as principais atividades desenvolvidas pelo centro, observamos que o CDHIS também se aproxima em vários pontos dos outros centros aqui já estudados. O centro oferece minicursos e oficinas, é palco de projetos de extensão e visitas guiadas, estágios voluntários e utilização de bolsistas. Segundo Carreira, o CDHIS

[...] contribui com a proteção do patrimônio documental, incentiva práticas arquivísticas e museológicas entre os alunos e dentro da universidade, fomenta projetos de pesquisa em diversas áreas, incentiva a relação entre docente, discente e técnicos e atua como um complemento dos cursos de bacharelado e licenciatura em História (Carreira, 2014, p. 42).

Por se tratar de um órgão vinculado ao Instituto de História, é usado com frequência por alunos da área: são bolsistas que participam ativamente de práticas de seleção, higienização, conservação, classificação e arquivamento dos documentos, assim como pesquisam temáticas históricas da região que encontram ressonância no acervo. Contudo, o centro não se limita somente a eles. Velloso Carlos de Souza nos diz que a disciplina predominante é História, mas que “[...] também temos a Educação, Artes e Música. Como temos uma parte dos documentos da universidade que é guardado aqui, até alunos da Engenharia, do Direito; O Direito, como temos o acervo de processos, são bastante procurados para realizar o trabalho deles” (Souza, 2022, n.p).

O CDHIS guarda um acervo considerável de processos criminais, doados pelo fórum local, além de um acervo robusto de discos de vinil, doados ao centro, com registros inclusive das primeiras décadas da indústria fonográfica no Brasil, justificando dessa forma o grande interesse de pesquisadores do Direito e Música, por exemplo. Grande parte das coleções estão organizadas em inventários e também em folders impressos e publicados pela editora da universidade, estando em sua grande maioria disponibilizados para a consulta (Carreira, 2014). O CDHIS possui ainda uma revista científica, criada em 1989 e chamada “Caderno de Pesquisa do CDHIS” e que até hoje, com algumas interrupções, está sendo publicada e organizada pelo curso de História e pelo próprio centro.

[...] no início, em formato de Boletim Informativo e, a partir do ano 2000, passou a ser um periódico com o objetivo de publicar artigos relacionados às temáticas referentes à história, aos arquivos, acervos, documentos, patrimônio, conservação, memória, restauro, documentos, fontes orais, História Local e Regional, entre outros, pretendendo divulgar os resultados de pesquisas em andamento nos programas de PósGraduação em História e no campo das Ciências Sociais e Humanas de várias universidades, inclusive da Federal de Uberlândia (Carreira, 2014, p. 45).

Além de textos científicos da área de humanas, a revista ainda reserva espaço para reflexões sobre arquivos, além de transcrição de documentos, proporcionando também a divulgação e publicação de pesquisas de docentes e discentes da universidade e de fora dela. A pesquisa tem sido um dos principais pilares que mantêm não só o CDHIS mas diversos centros de documentação como relevantes e atuantes nas universidades. Além da divulgação e da preservação patrimonial, é a pesquisa que se coloca como um dos pilares da criação de muitos deles, assim como de seu funcionamento cotidiano.

O CDHIS, assim como os outros centros, se dedica a busca da melhor preservação da vida e uso de seus documentos, se utilizando para tal de técnicas de higienização preventiva,

de pequenos reparos e de correto armazenamento. Nota-se que “[...] muitos dos documentos que chegam ao Centro não se encontram em bom estado e a conservação preventiva é fundamental para que a vida útil do documento seja prolongada” (Carreira, 2014, p. 60). O Laboratório de Restauro do CDHIS é o responsável direto por essa função. Ao contrário dos centros aqui já mencionados anteriormente, o uso de bolsistas alunos da universidade é maior e mais frequente nos quadros de funcionamento do CDHIS e muitos deles participam desse processo de preservação e restauração documental. Os alunos estão diretamente envolvidos em projetos que são

[...] objeto das práticas de pesquisa, pedagógicas, de arquivo e, parte deles, prestam serviços de atendimento ao público, pequenos reparos, conservação preventiva, pesquisa, apoio técnico, consideradas atividades complementares para a formação do curso de bacharelado e licenciatura em História, apoiados pelos técnicos e pelos professores envolvidos nos projetos (Carreira, 2014, p. 60).

Nota-se que a utilização de alunos nesses espaços abre um leque de possibilidades de atuação, o que contribui na sua formação profissional enquanto historiadores, arquivistas, sociólogos, *etc.* Centros de documentação, assim como a grande maioria das unidades informacionais (aí incluindo-se bibliotecas, museus e arquivos, nas suas mais variadas esferas) necessitam para seu funcionamento a utilização de profissionais das mais diversas áreas, já que os trabalhos realizados nesses espaços são altamente interdisciplinares.

[...] A ampliação do universo documental a ser pesquisado, ao incluir arquivos, exigia serviços sofisticados de coleta de dados e de geração de “pacotes informativos” capazes de atender aos prazos cada vez mais curtos do usuário, acadêmico ou não. O fato é que esses serviços tornaram-se essenciais para instituições, pesquisadores, empresas e órgãos públicos. Por isso, adquiriram autonomia e se separaram das bibliotecas onde se costumava oferecê-los, deixando de ser executados apenas por bibliotecários e documentalistas. A esses profissionais se incorporaram outros técnicos, como arquivistas, além de historiadores e outros especialistas, vindos das áreas em torno das quais os centros se constituíam. Cada vez mais ganhou corpo o entendimento das atividades de documentação como próprias de profissionais que, independentemente de sua formação acadêmica, atuam na preservação e organização de documentos de natureza arquivística, bibliográfica ou museológica. O valor artístico, o valor cultural, histórico, informativo, e tantos outros que se costuma atribuir a esse universo de registros/ testemunhos da atividade humana, constituem o elemento aglutinador de profissionais de várias especializações em torno de uma atividade que se fez interdisciplinar pela própria natureza que os trabalhos assumiram (Camargo, 2003, p. 25).

Figura 8 — Laboratório de pequenos restauros - CDHIS



Fonte: Da autora, 2022

Já sobre os eventos, Velso Carlos de Souza, em sua entrevista, nos informa que ainda hoje o centro produz e oferece, periodicamente, minicursos, relacionados à área de restauro e preservação. Contudo, pelo que nos foi exposto, aparentemente tais cursos não estão abertos no momento ao público mas a bolsistas diretamente interessados, que venham a trabalhar no centro. Anteriormente o centro já realizou eventos, “ [...] com significativo aumento na produção de exposições e projetos de pesquisa, fato que fortalece o vínculo entre o curso de história e o Centro e entre os alunos e os professores” (Carreira, 2014, p. 67), tendo sediado palestras, cursos, encontros e exposições “[...] na perspectiva de promover e articular a pesquisa, o ensino e a extensão [...]” (Carreira; Carneiro; Almeida, 2011, p. 315).

Figura 9 — Chamada para evento sobre o acervo de fotografias - CDHIS



Fonte: Site institucional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2018

5.5 Cecom

O Centro de Conservação da Memória (Cecom) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é o centro de documentação mais novo aqui citado. Criado em 2013, ele também foi idealizado, assim como os anteriores, por iniciativa de professores da própria universidade. Segundo seu site institucional, o Cecom “[...] é uma instituição destinada à preservação e à valorização da memória da UFJF e região. Para isso, são feitos estudos e pesquisas sobre conservação de acervos históricos, além da realização de eventos acadêmicos e culturais sobre preservação da memória e divulgação de acervos” (Universidade Federal de Juiz de Fora, s.d, n.p).

No caso do Cecom, sua idealização e posterior criação se deve a duas ideias que estavam sendo geridas no interior da própria UFJF: uma delas era a de criação de um centro de conservação e práticas de restauração patrimonial, ligado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da própria universidade. Surgiu-se a ideia de se criar um laboratório de práticas que envolvesse a pós-graduação e especialização de alunos em práticas de restauração de prédios e documentos históricos, ligados principalmente aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da universidade. Tal demanda é ainda relativamente pouco atendida pelas universidades no Brasil, sendo apenas algumas as que possuem laboratórios-escola destinados à formação profissional em restauração de móveis, imóveis e objetos patrimoniais. Já a outra demanda era a da criação de um centro de documentação que reunisse documentações referentes à história de Juiz de Fora e do movimento estudantil da universidade, que já possuía uma documentação considerável guardada junto ao próprio movimento estudantil.

Dessa forma, incorporando essas duas propostas e após debates e discussões internas, o Cecom surgiu em 2013 e, a partir daí, começou a dar seus primeiros passos. Atualmente, as ideias iniciais ligadas ao centro técnico e de pós-graduação estão ainda em processo de implementação, ao contrário das atribuições do centro de documentação e memória, que se colocam como uma parte consolidada do Cecom atualmente.

O Cecom vem a concentrar parte de sua documentação na história do movimento estudantil da UFJF. Este fundo contém diversos tipos de documentos, como jornais, boletins da reitoria da UFJF, pôsteres de eventos do período, fotos, notas fiscais e recibos, ofícios e cartas, se concentrando basicamente entre os anos 1970 a 2010. Um deles é a documentação referente ao antigo Diretório Acadêmico da da Escola de Engenharia de Juiz de Fora (D. A. E. E. J. F).

A Escola da Engenharia foi precursora da Faculdade de Engenharia da UFJF. Durante o levantamento dos documentos pode-se observar que neste acervo constam documentos administrativos como cartas, ofícios, circulares, Atas de sessão e relatórios, que demonstram alguns meios de registros das atividades e da organização do D.A. Dentre os documentos encontra-se a cópia do estatuto do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia que mostra a data de fundação da instituição, 30/06/1934 (Costa; Faria; Saporetti, *no prelo*).

Figura 10 — Acervo Cecom - Eleições do DCE/UFJF em 1983



Fonte: Site institucional do Cecom, 1983

O Cecom também detém a documentação referente ao acervo de Dornevilly Nóbrega, poeta, ensaísta, geógrafo e jornalista, importante personalidade da cidade de Juiz de Fora. Ele previamente fora doado ao Museu Murilo Mendes, outra importante instância de preservação documental da UFJF e da cidade de Juiz de Fora, sendo posteriormente repassado para o CECOM. A sua biblioteca, doada ao CECOM, possui mais de 2600 exemplares. Além dela, encontram-se também documentos relacionados a sua produção intelectual, entre poemas, textos jornalísticos, ensaios, desenhos e fotografias (Saporetti, Rodrigues, p. 10, 2020)

O centro está aberto para mais doações documentais, de acordo com a concretização da prevista ampliação do centro. Como afirma Marcos Olender, atual diretor e um dos fundadores do Cecom, “[...] Se tivermos mais espaço, estamos dispostos a receber mais documentação. Temos corpo técnico para isso e iríamos ampliá-lo” (Olender, 2022, n.p). Ou seja: assim como qualquer outro centro de documentação em atuação, o recebimento e condicionamento de doações documentais ainda é uma constante em sua atuação e o Cecom ainda recebe ofertas para tal, mesmo não tendo ainda capacidade espacial para que seu acervo se expanda para além do que hoje se acondiciona.

Observamos em sua resolução de criação o compromisso que o centro busca assumir com sua atuação na preservação e divulgação do patrimônio histórico de Juiz de Fora

Art. 2º. O CECOM tem por objetivos:

- I. promover, a partir de ações de caráter multidisciplinar, a preservação da memória social (traduzida em bens possuídos de valor histórico-cultural) através da realização de oficinas, canteiros-escola e cursos de extensão que auxiliem na formação e capacitação de mão-de-obra e que possa, nesse sentido, atuar tanto em Juiz de Fora quanto em qualquer outra cidade do Brasil e, mesmo, do exterior;
- II. promover estudos e pesquisas sobre conservação da memória;
- III. promover eventos acadêmicos na área de conservação da memória;
- IV. coletar e custodiar documentos de qualquer natureza que possam contribuir para a preservação da memória da sociedade local, regional ou nacional;
- V. promover a organização, conservação e divulgação de seu acervo;
- VI. colaborar com outros órgãos da UFJF em atividades ligadas à conservação da memória;
- VII. colaborar nos programas de pesquisa e extensão da UFJF afins ou nas áreas de seus objetivos;
- VIII. prestar consultoria ou assessoria a projetos ligados à conservação da memória e do patrimônio sócio-cultural;
- IX. ofertar espaço-físico e infra-estrutura qualificados para atendimento de demandas da comunidade juizforana, bem como de outras cidades brasileiras (especialmente do estado de Minas Gerais), através da atuação de docentes (orientadores) e de discentes (bolsistas e voluntários) em projetos de pesquisa e, principalmente, extensão, voltados para a preservação da memória traduzida em bens histórico-culturais materiais e imateriais;
- X. desenvolver programas de publicações de caráter científico, bem como de resultados dos projetos desenvolvidos pelo CECOM;
- XI. estabelecer intercâmbio com entidades similares ou congêneres;
- XII. definir e desenvolver uma política de recolhimento de acervos de interesse para a memória da sociedade, gerados fora do contexto institucional da UFJF;
- XIII. coletar e custodiar documentos de qualquer natureza que possam contribuir para a preservação da memória da sociedade local, regional ou nacional;
- XIV. promover a organização, conservação e divulgação de seu acervo (Resolução Nº 12/2014, n.p).

Sobre sua missão enquanto centro de documentação, Marcos Olender nos informa o que, na sua visão, diferenciaria o Cecom dos outros centros aqui já citados.

A missão do Cecom é algo ambicioso. É original na forma que incorpora outras iniciativas. O Cecom é também um centro de estudos e de formação na área da

memória e do patrimônio. Trabalhar e discutir estudos e ações que preservem as memórias. O Cecom abrange o patrimônio. É um centro de estudos do patrimônio, de maneira geral. O patrimônio documental é um braço do Cecom. Ele contém um Centro de Documentação e também, na minha visão, é mais do que um Centro de Documentação. Estamos gerindo um centro de memória. A sede dele é no antigo DCE. O que está incorporado nele? A memória estudantil. Ele tem o acervo estudantil; a exposição do movimento estudantil; eventos ligados à memória estudantil. Não só a documentação, mas outras coisas ligadas à memória estudantil. A missão do Cecom seria então estudar, conservar e contribuir no desenvolvimento, de ações e políticas, de conservação da memória, a partir do seu lugar, que é um órgão da Universidade Federal de Juiz de Fora, lidando com documentação ligada à Universidade Federal de Juiz de Fora; assessorar outras instituições da universidade para que eles também pensem seus acervos (Olender, 2022, n.p).

Como informado, o Cecom surgiu de duas ideias, uma delas relacionada a criação de uma pós-graduação e cursos de especialização em restauração. Devido a questões práticas, somente o planejamento referente à construção de um centro de documentação foi concretizado, sendo que a proposta de construir um curso de longa duração, especializado em restaurações patrimoniais, ainda se encontra como um dos horizontes de expectativa de realizações futuras do centro. Tal iniciativa não foi vista ainda na criação e configuração de outros centros aqui citados, o que diferenciaria o Cecom dos demais.

[...] o Cecom se inicia, com o acervo do DCE, trabalhando esse acervo. Sempre pensamos: “Tá, essa é a sede do Cecom. Não só o Cecom como movimento estudantil”. Mas boa parte do espaço é destinada à memória estudantil. E o mezanino é a sede do Cecom atualmente, até que a gente possa ter a outra sede do Cecom, onde funcionaria a futura sede central, onde iríamos realizar todos os outros atributos do Cecom, inclusive as oficinas-escola, a salvaguarda de outras documentações, se necessário, os cursos; entendendo que o nosso espaço hoje, seria o espaço destinado mais ao movimento estudantil. A falta de recursos faz com que a sede principal do Cecom continue sendo onde pensamos em ser o memorial estudantil, sendo inclusive, atualmente, a sede e o único braço do Cecom. A ideia é de que o laboratório de técnicas construtivas, que tem haver com a parte de restauro, da parte do patrimônio arquitetônico, sempre pensamos ele na Fazenda da Tapera. Isso é um braço faltando. Se pensarmos na ideia do Cecom, o que tem-se implantado hoje, é um terço da ideia [...] (Olender, 2022, n.p).

Atualmente, o Cecom encontra-se situado no antigo prédio do Diretório Central do Estudantes da UFJF, onde guarda sua documentação. A proposta em curso é de que esse braço do Cecom seja o primeiro de três outros em deliberação. Nesse espaço estaria presente o memorial estudantil, onde ficariam exposições e documentação referente ao movimento estudantil da universidade. Contudo, já que as outras propostas ainda não se desenvolveram completamente, o antigo DCE hoje é a principal e única sede do Cecom, onde guarda sua documentação e realiza os outros eventos e exposições.

Além da guarda da documentação, o Cecom busca a realização de minicursos de conservação e preservação documental preventiva e de pequenos reparos, oficinas, exposições temáticas relacionadas ao seu acervo, assessoria a outros órgãos da universidade e visitas técnicas de acadêmicos, principalmente do curso de História, assim como em eventos acadêmicos e culturais, visando com isso a participação da comunidade juiz forana. Em 2018, durante a gestão de Rodrigo Christofoletti⁹, o órgão realizou oficinas, mini-cursos (como o “Introdução À Metodologia de Tratamento de Arquivos”, com a participação de cerca de 50 pessoas, entre alunos, funcionários, servidores e demais interessados), lançamento de livros e realização de eventos.

Além de cursos e eventos, o Cecom se dedicou aos seus projetos contínuos: voltado para a preservação da memória da instituição e à organização e preservação da memória do DCE, o projeto História da UFJF, por exemplo, concluiu este ano a catalogação dessa documentação, possibilitando sua abertura para pesquisa. Para 2020, o Cecom prevê a realização de novas edições do MemoriArte, além da construção do Memorial do Movimento Estudantil, com uma exposição permanente, visto que o Cecom ocupa um lugar de memória deste movimento (o antigo prédio do DCE). Outra proposta é a realização de cursos de extensão, oficinas e minicursos relacionados à memória, patrimônio, história e áreas afins, ressaltando o caráter multidisciplinar do setor, além de eventos acadêmicos na área de conservação da memória (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019, n.p).

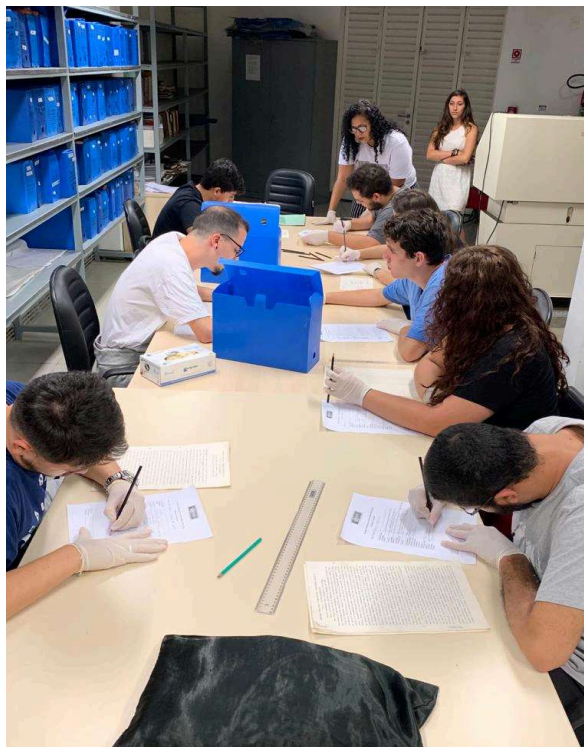
Figura 11 — Chamamento evento Cecom UFJF



Fonte: Site institucional do Cecom, 2022

⁹ Professor do departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Foi diretor do Cecom durante o ano de 2018.

Figura 12 — Oficina da disciplina Patrimônio Histórico III, do curso de História da UFJF, realizada em 2019 na sede e em parceria com o Cecom



Fonte: Site institucional do Cecom, 2019

Percebe-se que o centro detém como preocupação constante a questão da formação e divulgação de sua documentação, levando em conta a importância que tais práticas adquirem na educação patrimonial: é uma constante a sua busca pela divulgação online, por meio de publicações em redes sociais, podcasts e palestras sobre seu acervo. Sua presença se dá ainda em grande parte nas redes sociais, procurando disponibilizar conhecimentos referentes ao seu acervo e sobre o patrimônio como um todo de Juiz de Fora e de sua região. Sendo assim, realiza não só ações presenciais que visam a preservação patrimonial e sua divulgação, mas também realiza para um público mais amplo e diversificado, de Juiz de Fora e de outras localidades. Tal forma de educação, por sua vez, como afirma Dilly e Gevehr (2015), se dá de forma mais efetiva “[...] na esfera regional, na qual se produzem significados diretamente relacionados e articulados com as singularidades do lugar, no qual o patrimônio e os sujeitos habitam” (2015, p.12). Dessa forma, a documentação e o patrimônio referente a história e cultura da região os “[...] constituem o patrimônio dessas comunidades, passam a ser compreendidos como expressões culturais, portadoras de historicidade, que por sua vez, as representam e dão certo significado ao grupo presente nessa esfera local/regional” (Dilly;Gevehr, 2015, p.12).

5.6 Semelhanças e diferenças

5.6.1 O que os aproximam

Primeiramente, notamos que os quatro centros aqui selecionados possuem alguma relação temática do seu acervo com o período da ditadura civil-militar. Em sua grande maioria, tal documentação refere-se a ação universitária e estudantil no período, demonstrando não só questões cotidianas, administrativas e culturais relacionadas ao funcionamento da universidade, mas também ações e movimentos contestatórios não só aos militares mas também para com qualquer um dos governos posteriores. Como afirma Nascimento (2017), uma das facetas da ditadura para com a universidade, seus alunos, pesquisadores e professores, foi a perseguição, expurgo, tortura e até assassinato. Afastamentos e demissões de funcionários e professores, principalmente os vinculados a alguma associação política, eram práticas comuns. Mesmo assim, “[...] foi entre seus muros que se forjou um dos seus maiores redutos de contestação e resistência ao governo ditatorial [...]” (Nascimento, 2017, p. 81).

Figura 13 — Cartaz da coleção do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP)

- Cedem



Fonte: Guia do Acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp (3ª ed.), 2022

Contudo, seus acervos não apresentam tal documentação de protesto somente proveniente do período ditatorial. Tanto em arquivos de anos anteriores quanto de anos posteriores, notamos também a presença de documentação de forte teor contestatório: tal documentação está intimamente ligada a diversos movimentos sociais, políticos e culturais que possuem parte de seus fundos e coleções preservados nesses espaços e que, por sua vez, além de demonstrarem sua atuação e peculiaridades, também demonstram as críticas constantes feitas por eles às já conhecidas contradições e desigualdades tão constitutivas do contexto social brasileiro. Como afirma Neves,

Com objetivos iniciais de se estabelecerem centros de documentação como órgãos especializados, de apoio à pesquisa social e científica, bem como de produção de estudos envolvidos por questões educacionais ou interdisciplinares, a criação de centros de documentação e memória no país, também, teve uma conotação política de resistência e de questionamento acerca das relações entre o passado, o presente e o futuro, trazendo à tona discussões referentes ao papel da memória histórica e da resistência dos movimentos sociais (Neves, 2005, p. 76).

O Cedem possui quase que a totalidade de seu acervo ligado a movimentos sociais e políticos, em sua grande maioria de caráter fortemente contestador; o Cedec se concentra na história da PUC-SP e dos movimentos sociais da região e que de alguma forma estão em contato com a universidade, principalmente os de cunho católico e assistencialista que por sua vez também criticavam o regime militar; o CDHIS está intimamente ligado à história da região de Uberlândia como um todo, tendo um amplo acervo de diversas questões que envolvem a história e cultura da cidade, incluindo aí seus movimentos sociais e culturais. Por fim, o Cecom possui a parte mais considerável e significativa de seu acervo centrado no movimento estudantil da universidade, remetendo a sua atuação logo na década de 1980 em diante. Os centros paulistas possuem de maneira mais direta seu acervo ligado a movimentos sociais e políticos contestatórios. Contudo, tal assunto também se faz presente, mesmo que em menor grau, nos outros dois centros mineiros.

Figura 14 — Capa do Informativo “Solo Urbano” - Fundo da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur) (1997)



Fonte: Site institucional do Cedec, 1997

Outro ponto que podemos remeter à bibliografia sobre o assunto e também à observação direta dos centros aqui estudados é a preeminência do suporte em papel sobre os demais tipos de suportes documentais. Apesar disso, todos os centros aqui elencados ainda possuem uma quantidade considerável de documentos em suportes diversos: encontramos muitas fotos, fitas cassete, dvds, objetos tridimensionais, etc; Mas o suporte mais usado, indiscutivelmente, ainda é o papel: livros, jornais, documentos avulsos, cartazes, entre outros tantos mais.

Figura 15 - Estante com documentos fonográficos - Acervo Cedec



Fonte: Da autora, 2022

Figura 16 — Acervo Dormevilly Nóbrega - Cecom



Fonte: Da autora, 2022

Em seguida, podemos citar o uso de bolsistas como mão de obra em seu funcionamento. Tal ação busca não só contribuir para o funcionamento de um centro de documentação (que frequentemente não possui mão de obra contratada e qualificada suficiente), mas também ser parte constituinte da formação acadêmica e profissional desses estudantes. Percebe-se que todos os centros mencionados neste capítulo já se utilizaram de bolsistas em algum ponto de seu funcionamento, variando a intensidade e a quantidade. Hoje em dia, o CDHIS e o Cecom são os que mais se utilizam dessa mão de obra no seu cotidiano, constituindo-se enquanto parte importante de seus funcionamento. Os outros dois, até o momento dessa dissertação, possuíam pouquíssimos ou nenhum bolsista atuando nas suas dependências. O Cedem possuía uma quantidade razoável de colaboradores já formados e contratados, o que fazia com que os bolsistas não fossem necessariamente e diretamente necessários; já o Cedic, contudo, funcionava a poucas mãos. Dessa forma, este último poderia se beneficiar fortemente do uso de bolsistas já que, segundo Simone Fernandes, que trabalha na condução do Cedic, o mesmo trabalha atualmente por “demandas emergenciais”

Atualmente, uma das dificuldades é a reposição da equipe técnica. Nós tivemos algumas perdas, ora por desabastecimento ora por demissão e reestruturação da unidade. Não só da unidade mas da universidade como um todo. Só tem eu como formada ou pelo menos instruída na área de arquivologia. Os outros dois funcionários não têm formação nenhuma. Como antes, nós éramos três e cada um cuidava da sua parte do acervo, e cada um tinha seus subordinados. Nós não funcionamos mais assim (Fernandes, 2022, n.p).

Todos os centros realizaram ou ainda realizam eventos relacionados a divulgação patrimonial e científica, assim como palestras, rodas de conversa, apresentação de trabalhos em eventos, contribuindo para a formação acadêmica e profissional de estudantes e de outros profissionais, por meio da realização de minicursos e palestras. O Cedec, como mencionado, apesar de hoje em dia não mais realizar cursos de formação, já participou ativamente da formação de vários profissionais que lidam com arquivos no estado de São Paulo. O Cecom também realiza cursos periódicos de higiene básica e métodos de conservação com o acervo, abertos aos estudantes e, às vezes, ao público em geral. O CDHIS, como também já pontuado anteriormente, realiza cursos e minicursos de formação em conservação documental; tais cursos estão mais ligados, contudo, à formação preliminar de seus próprios bolsistas, para atuarem no funcionamento do centro.

Ademais, consideramos importante ainda citar algumas das formas e ações de divulgação (para o público acadêmico e geral) de seu acervo que os centros aqui mencionados buscam realizar, visando ampliar o contato com pesquisadores, alunos e com sua comunidade em geral. O CDHIS e o Cecom mantêm, por exemplo, exposições temporárias e permanentes, utilizando-se de seu acervo em exibição para divulgá-lo. Em contrapartida, encontramos registros de que todos os quatro centros aqui trabalhados frequentemente realizam algum tipo de divulgação de seu trabalho e de seu acervo, por vias presenciais ou de maneira online, sendo que essa última forma de divulgação se amplificou após a pandemia de COVID-19 entre os anos de 2020 e 2022.

Figuras 17 e 18 — Exposição CDHIS



Fonte: Da autora, 2022

Figura 19 — Exposição Cecom



Fonte: Da autora, 2022

Sendo assim, é importante frisar que todos os centros aqui citados possuem algum tipo de divulgação online de seus acervos e de seu trabalho como um todo. Cada vez mais se mostra importante que instituições de memória, arquivos e demais centros de informação e cultura divulguem e busquem trazer para seu interior um número qualitativo de pesquisadores, interessados na temática e pessoas em geral, já que o patrimônio é feito para ser desfrutado e pesquisado e não somente para ser guardado como um fim em si mesmo. Dessa forma, se mostra imprescindível o trabalho educacional nesses espaços: “É preciso considerar os lugares de guarda de documentação e apoio aos pesquisadores, como lugares comprometidos com a

organização do patrimônio cultural, e também no trabalho educacional uma via de acesso ao conhecimento pelo comprometimento que assume perante a sociedade” (Neves, 2005, p. 122)

O Cedem, por exemplo, é um centro que possui considerável fazer online. O mesmo possui um site institucional onde divulga descrições completas sobre seus acervos, eventos e palestras sobre temáticas relacionadas à História e a Memória. Além disso, notamos a existência de webinários online, realizados com certa frequência, publicações e textos sobre seu acervo. Seu site é uma grande fonte de ajuda aos pesquisadores interessados. O Cedic, por sua vez, possui um site institucional bastante atualizado, com descrições de seu acervo e instruções para o pesquisador, ainda mais detalhadas, assim como formas de contato com o centro, atividades, projetos realizados, exposições, *etc.* Por sua vez, os outros dois centros, CDHIS e Cecom, se sobressaem na divulgação de seu acervo em redes sociais: observamos os dois com presença constante no *Instagram* e *Facebook*, por exemplo. Tais plataformas são quase que diariamente atualizadas, contendo projetos, ações, debates e informações sobre seu acervo, patrimônio de maneira geral e sobre as demais funções e ações realizadas pelo e no centro.

Por fim, citaremos ainda outro ponto que foi amplamente debatido nas entrevistas concedidas e que faz parte das constantes preocupações desses espaços, assim como dos espaços de memória de maneira geral. Durante a realização das entrevistas, perguntamos quais as situações, ações ou problemas que os envolvidos no funcionamento desses centros destacam como necessários de melhorias ou que de certa forma atrapalham o completo funcionamento do centro. As respostas que recebemos foram uníssonas: a necessidade de recursos é sempre algo considerado um empecilho para o completo funcionamento desses espaços. É por meio da quantidade de recursos que há possibilidade ou não de contratação de um corpo maior de funcionários, uma preocupação decorrente da falta desses recursos.

O que falta realmente é investimento, tanto de pessoal quanto de financeiro (Souza, 2022, n.p).

Dinheiro. Se tivéssemos, não teríamos demitido funcionários nem estaríamos preocupados com a continuidade de outros. Pagar melhor também, para manter e atrair mais funcionários. Pagar mais bolsistas. Ter recursos para montar a exposição permanente, por falta de material. Temos o incentivo da universidade mas há falta de dinheiro (Olender, 2022, n.p).

Atualmente, uma das dificuldades é a reposição da equipe técnica (Fernandes, 2022, n.p).

Sempre teve dificuldade em duas coisas: financiamento e equipe técnica (Barletta, 2022, n.p).

Uma realidade muito comum a qualquer unidade de informação/memória brasileiro é a falta de recursos. A grande maioria desses espaços funciona com capacidade cheia mas com mão de obra e equipamentos básicos reduzidos e/ou inexistentes. Dessa forma, não é incomum que CDM universitários também apresentem suas queixas relacionadas a tal matéria. Dessa forma, o funcionamento desses espaços depende ainda em muita das vezes “[...] da vontade política do Reitor e da direção da universidade. Portanto, se eles têm uma visão do papel, melhor, da função dessas instituições, elas trilharam caminhos menos pedregosos” (Morais, 2012, p. 32). Dessa forma, não é de se estranhar que tanto a falta de recursos para o prosseguimento das atividades quanto a falta de pessoal são reclamações que foram apresentadas durante as nossas entrevistas. Sobre tal situação no Cedem, Jacy Machado Barletta, atual historiadora do centro e que esteve presente no funcionamento do centro desde seu início, comenta:

O Cedem foi criado em 1988 e na década de 1990 viemos para esse prédio, que era um prédio comercial. É da década de 1920. Fomos reconhecidos somente em 2003. Tínhamos poucos adiantamentos, sempre para a sobrevivência, pagando o salário. Nunca tivemos concurso, eu acho, para selecionar outros técnicos. É mais administrativo que eles fazem. Foi então difícil, por isso vivíamos assim de projetos, de editais. É difícil uma universidade, principalmente quando o primeiro, segundo e terceiro escalão não consegue ver a importância de você ter pedaços da história de seu país na mão, e guardado por eles. É difícil convencer; parece que dentro de uma universidade, as coisas irão ser mais fáceis, mas não é. É difícil convencê-los (Barletta, 2022, n.p).

Acreditamos que tais preocupações também sejam constantes em outros espaços similares: a própria escassa e mitigada divulgação desses espaços, em sua maioria, para o público em geral, pode demonstrar falta de equipamentos, profissionais e de uma estrutura bem organizada e delimitada de ação.

No Brasil, apesar dos inúmeros avanços na preservação do patrimônio cultural, incluindo aí o patrimônio documental, verifica-se que ainda há muito a ser feito, porque a despeito de existirem diversos instrumentos legais que garantem a guarda e a preservação dos documentos históricos, nitidamente há um descompasso entre a realidade e aquilo que está previsto em lei. Se, por um lado, há uma busca por tudo preservar, seja por meio da fundação de museus, centros de documentação e arquivos, públicos ou privados, por outro lado, vê-se um descaso, por parte tanto de instituições públicas quanto particulares, com a guarda e preservação do patrimônio documental (Tanno, 2018, p. 90).

5.6.2 Particularidades

Decidimos selecionar dois centros que de alguma forma possuem atividades que os diferencia dos demais e que, para nós, os destacam frente aos outros aqui pesquisados. Como mencionado anteriormente, acreditamos que tais centros, além de assumirem características em comum entre si, como a questão da preservação documental e seu uso para pesquisas acadêmicas, também se diferenciam, assumindo funções e características que suas universidades e contextos de atuação exigem. Apesar de todos os centros aqui citados se diferenciarem de alguma forma uns dos outros, com suas peculiaridades e características próprias, decidimos nos aprofundar nesse segmento somente em dois centros, que por sua vez apresentam duas características que os destacam com maior evidência.

O primeiro deles é o CDHIS, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O CDHIS é um dos poucos centros aqui mencionados que publica, há anos, uma revista científica com textos que remetem não somente à sua temática de acervo mas também aos estudos que envolvem História, Ciências Humanas, proteção patrimonial e memória de maneira geral. Apesar do Cedem também já ter publicado alguns volumes de sua própria revista, o “Cadernos Cedem”, pelo que podemos constatar pelas pesquisas realizadas durante essa dissertação, tiveram pouquíssimos exemplares publicados e pararam definitivamente sua publicação com poucos volumes. Com o CDHIS, por outro lado, encontramos mais de 35 volumes publicados, onde estão presentes trabalhos dos mais variados autores, estudantes e professores da UFU e também de fora dela. A revista é publicada de forma online, tendo algumas das revistas sido publicadas em formato também impresso. Além de artigos, alguns volumes e edições ainda trazem resenhas de livros, transcrições de documentos, tradução de textos e relatos de experiência.

Tais publicações demonstram a preocupação do centro com a questão da produção e divulgação científica, o que inclui pesquisas sobre seu acervo, com a consequente divulgação do próprio. Como o CDHIS é ligado ao Instituto de História da UFU, as publicações são lançadas em parceria com o mesmo. O CDHIS, assim como os outros centros aqui citados, se utiliza principalmente (mas não exclusivamente) de bolsistas da área de História, o que contribui com o constante intercâmbio entre o CDHIS e o Instituto de História da UFU, com as publicações (feitas por discentes e docentes do Instituto), assim como por meio do treinamento profissional dos historiadores em formação, que cuidam e preservam o acervo.

Já o Cecom da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) possui outra peculiaridade frente aos centros aqui estudados: surgiu a partir de discussões que envolviam a criação de um Centro de Memória e de um laboratório de práticas preservacionistas. Segundo nos foi informado, a construção e consolidação desse laboratório, visando formar

profissionais especializados na restauração de edificações históricas, sempre foi uma discussão que correu em paralelo com a da consolidação de um Centro de Memória. Como já detalhamos nesta dissertação, atualmente, além de condicionar o acervo do movimento estudantil da UFJF, o Cecom guarda outros acervos ligados à história da região, desenvolvendo ainda outras ações que o posicionam igualmente frente a outros centros aqui já estudados. Ainda assim, o funcionamento de um laboratório de formação em práticas de preservação patrimonial, em conjunto com um centro de documentação, não foi algo comum de se observar em outros centros e, durante nossa pesquisa, o Cecom se apresentou como único centro com essa proposta.

Como o diretor do Cecom nos apontou em sua entrevista, a proposta central do Cecom é ter como eixo central a questão da gestão do patrimônio cultural, o que faz com que o centro de documentação seja apenas uma parte da estrutura geral originalmente programada. O laboratório de práticas de preservação seria parte essencial desse todo. Tal instância, por sua vez, assim como um centro de documentação, se caracteriza por contribuir na qualificação de profissionais de nível superior para atuarem na área de conservação e restauração. O laboratório aqui pensado estaria ligado intimamente com a restauração de edificações históricas, assim como outras práticas diversas de preservação patrimonial, como os cursos e minicursos que o Cecom atualmente já realiza de preservação documental, posicionando tais ações como recorrentes e centrais o fazer cotidiano do centro, contribuindo assim de maneira mais aprofundada com o ensino e formação de profissionais qualificados para lidarem com diversas necessidades da preservação e restauração patrimonial.

Sendo assim, além de lidar com a preservação documental, o Cecom também tem a pretensão de lidar com a questão da gestão patrimonial de maneira mais ampla, o que abrangeria também a formação profissional mais profunda em restauração patrimonial. Outras universidades, como a UFMG possuem laboratórios de restauração e preservação patrimonial diretamente ligados aos seus cursos e departamentos. Temos o exemplo do CECOR (Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais), ligado a Escola de Belas Artes da UFMG e ao curso de graduação em Restauração e Conservação, tendo como proposta servir de espaço para a formação, desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão na área de conservação e restauração de obras artísticas e culturais da universidade.

Atualmente tal fase de desenvolvimento do Cecom ainda se apresenta em seus primeiros passos mas se constitui ainda como uma discussão constante e em evolução entre a universidade e os idealizadores do centro.

6 DEBATES E DISCUSSÕES FINAIS

Após as discussões apresentadas nesta dissertação, pretendemos concluir a mesma com alguns questionamentos e debates que nos foram suscitados durante os dois anos de pesquisas e escrita que culminaram neste trabalho. Observou-se que tais questionamentos foram suscitados quase que de forma encadeada: a elaboração de um questionamento levou inevitavelmente à criação de outros, já que tais indagações relacionam-se diretamente entre si. Tais questionamentos, por sua vez, estão diretamente ligados a problemas constantemente observados durante nossa pesquisa e podem suscitar debates futuramente.

O primeiro questionamento foi, para nós, sem dúvida o mais imediato: por quais motivos não encontramos pesquisas brasileiras mais aprofundadas sobre a atuação de centros de documentação universitários pelo país? Como foi apresentado no capítulo II desta dissertação, usamos algumas das autoras mais citadas como Célia Camargo (1999; 2003) e Viviane Tessitore (2002; 2003; 2011) para podermos conceituar o que é um CDM e como ele atua. Ambas se configuram enquanto a bibliografia mais trabalhada por autores que estudam o assunto, aparecendo em praticamente todos os trabalhos sobre a temática. Não encontramos, porém, outros grandes estudos de importância similar ao delas. Alguns dos outros trabalhos que encontramos e que se mostram de alguma relevância para com a temática (apesar de não serem amplamente tão referenciados quanto às primeiras autoras aqui citadas) são os de Santos (2018), Tanno (2018), Molina (2018), Knauss (2019) e Carreira (2014). Desses, a grande maioria são artigos científicos e não trabalhos mais aprofundados e detalhados sobre um centro de documentação em específico ou o sobre que ao certo se constituiria enquanto um Centro de Documentação e Memória universitário.

Vale ressaltar ainda que estudos sobre a atuação e criação de centros específicos (sejam eles artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações ou teses) são mais raros ainda. Ao realizarmos nossas pesquisas para a construção do capítulo IV, destinado a apresentar um pequeno panorama de atuação de alguns desses centros de documentação universitários, dependemos em grande parte de textos institucionais ou citações passageiras sobre os mesmos em outros trabalhos, não encontrando diretamente, em muito dos casos, algum tipo de trabalho que discorre sobre a sua atuação em específico. Sobre isso, acreditamos que tal fato pode se dever a uma gama de fatores. O primeiro deles pode estar relacionado ao pouco conhecimento que essa categoria de proteção e divulgação patrimonial possui em terras brasileiras: centros de documentação universitários se aproximam, em muito dos casos, em função e em propósito, de atividades desenvolvidas em arquivos históricos,

bibliotecas e museus, sendo contudo muito menos reconhecidos do que esses e, em muito dos casos, confundido com eles. Sendo assim, não é incomum encontrar um CDM com um nome que remeta a museus ou arquivos, por exemplo.

Uma segunda explicação para isso é que, por mais que tenham relativa capilaridade em diversas universidades, o trabalho desses espaços ainda é pouco divulgado e conhecido pela população acadêmica e pela sociedade em geral. Apesar dos esforços para uma maior divulgação de seu acervo e de seus serviços (como mencionado e explicitado ao longo dos capítulos deste trabalho) tais ações nem sempre são realizadas e assumidas por todos os centros de documentação. Vale lembrar que, como apontamos no histórico de criação desses centros nas universidades, muitos deles surgiram como última forma de preservar ou guardar uma documentação que seria descartada, seja por falta de verbas ou interesse do poder público ou de seus detentores particulares. Sendo assim, não é equivocado concluir que pode haver centros de documentação que somente servem de depósitos de documentos, sem nenhum tratamento ou uso mais aprofundado do que a guarda pura e simples da documentação histórica e científica em seu interior. Há ainda a possibilidade de, caso tenha-se algum tipo de uso e cuidado mais direto para com a documentação, que a divulgação e publicização do trabalho desse centro seja escasso ou diminuto, o que muitas das vezes impossibilita que pesquisadores externos ou até mesmo internos, além de toda a comunidade acadêmica, se utilizem do espaço e de suas funções.

Tal discussão, por sua vez, nos levou ainda a outros dois apontamentos. O primeiro deles está relacionado à realização de divulgação desses espaços e de seus acervos: será que as direções dos CDM espalhados pelo país estão divulgando todas as atividades realizadas por esses espaços para o uso de mais pessoas ou se contentam apenas com a guarda e uso da documentação por poucos pesquisadores? O que tais instâncias estão fazendo para que os seus CDM sejam reconhecidos como espaços que trabalham e divulgam a história, memória e o pensamento patrimonial? Apesar de serem espaços por excelência de pesquisa e extensão, qual é a capilaridade que esses espaços possuem com o grupo de estudantes, professores e pesquisadores de sua própria universidade e de outras universidades, além de para com a sociedade como um todo? Qual a importância de realizarem projetos e ações que visem a educação patrimonial?

O centro de documentação será, em algumas instâncias, um instrumento de orientação para pesquisa individual ou coletiva. Porém, a direção desses centros não deverá deixar de preocupar-se com as necessidades educacionais de sua comunidade, dos aspectos ligados à instituição em que está vinculada, seja a escola,

os centros de pesquisa, as universidades etc. É preciso considerar os lugares de guarda de documentação e apoio aos pesquisadores, como lugares compromissados com a organização do patrimônio cultural, e também no trabalho educacional uma via de acesso ao conhecimento pelo comprometimento que assume perante a sociedade (Neves, 2005, p. 122).

Ao observarmos os centros aqui trabalhados em mais profundidade no capítulo “Centros selecionados”, por exemplo, observamos a diferença de uso e divulgação que fazem de seus acervos: alguns se concentram mais no público acadêmico e em canais oficiais de comunicação, como o Cedec e o Cedem. Observa-se o cuidado que ambos os centros possuem com a divulgação e disponibilização de seu acervo, com a criação de inventários e outros instrumentos de pesquisa, visando o uso de seu acervo por pesquisadores. Contudo, O CDHIS e o Cecom por sua vez realizam um maior trabalho de divulgação de seu acervo para a comunidade não só acadêmica como a de sua região, constantemente trabalhando a questão da educação patrimonial, com eventos que abordam a memória e a história da sua região e de seu acervo, além de buscarem um público mais amplo com publicações em redes sociais, visitas técnicas e realização de minicursos. Apesar de divulgarem e trabalharem seus acervos de formas distintas, todos os quatro centros aqui citados buscam uma maior aproximação do público com seu acervo e das possibilidades advindas dos mesmos.

Outro questionamento suscitado e que está relacionado a nossa primeira pergunta é o seguinte: qual é o uso que tais espaços fazem de seus acervos? Como foi apontado nesta dissertação previamente, a imensa maioria dos acervos dos centros de documentação presentes nas universidades e que encontramos ao longo dessa pesquisa, são formados prioritariamente por doações, sejam elas realizadas por professores e alunos ou por pessoas públicas ou privadas. Tais doações são fruto em grande parte na visão que muitos possuem desses espaços: a de lugares que preservam esses acervos, impedindo a sua destruição. Apesar disso, a simples guarda de um acervo, em um ambiente como esse não garante o seu uso social, acadêmico e histórico enquanto patrimônio, já que suas potencialidades não são exploradas em profundidade. É necessário que se realizem ações diretas sobre eles, buscando elencar e aproveitar suas potencialidades enquanto patrimônio histórico. O que se observa na atuação de vários centros aqui citados é a sua tentativa de apresentarem e trabalharem a sua documentação de forma relevante e que converse com o público, seja ele acadêmico ou não: realização de minicursos, eventos culturais, eventos acadêmicos, lançamentos de livros, divulgações online de seus acervos e visitas guiadas são alguns exemplos. Tais ações fazem com que os centros fiquem conhecidos e exerçam suas potencialidades enquanto espaços de informação, memória e História. Mais do que depósitos, um Centro de Documentação é um

centro formador e referenciador. Como indica Márcia Chuva (2017,p.101), as políticas patrimoniais não visam e não devem visar somente “evitar a destruição do passado”: elas estão ligadas ao tempo presente e como o patrimônio deve ser usado e trabalhado para e com a sociedade.

Outro ponto importante e necessário de ser destacado é sobre a necessidade desses espaços terem políticas de preservação e de organização de seus acervos. Como questiona Silveira (2013, p. 16) “[...] Os Centros de Memória em Instituições de Ensino Superior (IES) estão em consonância com as Políticas de Preservação do Patrimônio Documental no Brasil?” Sobre isso, Tanno (2018) expõe algumas das problemáticas encontradas em alguns CDM espalhados pelo país, mais precisamente aqueles que não seguem uma política bem definida de linha de acervo: seja pelo seu conjunto de documentos “inexpressivos”, seja pelo seu “número reduzido ou pelo conteúdo pouco revelador”, um CDM “[...] sem linhas de acervo bem definidas não consegue construir uma identidade que revele sua importância para a sociedade e para os pesquisadores” (Tanno, 2018, p. 96).

Os centros de documentação atuantes nas universidades brasileiras possuem linhas de acervo e políticas de aquisição de doações bem definidas? Ou simplesmente recebem doações sem nenhum tipo de curadoria, no afã de tudo preservar? Observou-se que muitos centros constituem suas temáticas em torno de algo mais amplo: a história de sua região. Isso pode incluir a história da sua universidade e dos movimentos ligados à ela, de grupos e movimentos sociais e políticos históricos de sua região, acervos advindos de personalidades de destaque, como um escritor ou jornalista, por exemplo. Observou-se que tais centros constituem-se na maioria dos centros observados durante essa pesquisa, o que faz com que seu leque de guarda seja maior e mais amplo do que um tema em específico. Contudo, é necessário frisar a importância de uma curadoria sobre a pertinência frente às possibilidades e ofertas de doações que esses espaços recebem, buscando observar se aquele acervo ou massa documental é de alguma forma relevante para as discussões elencadas pelo centro e se chegam a interessar diretamente o público alvo que o frequenta, seja o acadêmico, seja o da sociedade em geral.

Outro questionamento que gostaríamos de destacar é um relacionado ao acondicionamento da documentação: como observado durante a pesquisa, a grande maioria dos centros de documentação que atuam nas universidades são centros que preservam documentação histórica ou antiga, seja ela em suporte de papel (o que constitui a maioria dos acervos) ou não. Vale dessa forma se questionar sobre a constituição física do espaço de guarda desses acervos: são bem e corretamente acondicionados os documentos? Ao observarmos os quatro centro aqui destacados, por exemplo, notamos algumas problemáticas:

o Cecom, por exemplo, fica em um edifício que se encontra muito próximo de uma das avenidas mais movimentadas da cidade, o que ocasiona no maior acúmulo de sujidades em contato com o seu acervo, que pode acarretar na degradação acelerada do mesmo. Além disso, todos os outros centros aqui estudados de forma mais aprofundada também não possuem um espaço com temperatura totalmente adequada, principalmente aqueles que possuem fotografias, que necessitam de baixíssimas temperaturas de guarda.

Contudo, devemos levar em conta que exigir espaços totalmente adequados a instituições que funcionam com pouquíssimos recursos é muita das vezes e infelizmente, uma preciosidade. Para Campos (2014), é a falta de investimento sistemático que tem causado “[...] a manutenção de espaços físicos inadequados e a composição de quadros funcionais não especializados, o que se reflete nos procedimentos adotados para a conservação, descrição e difusão dos acervos” (Campos, 2014, p. 134).

Sobre isso, é importante ressaltar que os centros aqui trabalhados são órgãos vinculados a universidades e por isso dependem diretamente de recursos delas no seu funcionamento: contratação de funcionários e uso de bolsistas, manutenção predial e compra de materiais, por exemplo, são os principais gastos desses espaços, além de eventos e cursos eventuais que venham a necessitar de recursos. Dessa forma, é importante ressaltar e perguntar-se qual é realmente a capilaridade e influência que esses espaços possuem sobre suas universidades. Em ambientes privados, seus recursos advém diretamente dos donos das empresas e instituições nos quais estão situados. Já os universitários, por sua vez, chegam a depender diretamente “[...] da vontade política do Reitor e da direção da universidade” (Morais, 2012, p. 32). Dito isso, é uma constante nesses espaços observar-se o pouco interesse por parte das gestões da universidade para com o seu centro, seja por meio da constante falta de pessoal (em número e em especialidade) ou da deficitária estrutura (que não comporta toda documentação e/ou com condições consideradas inadequadas de guarda). Dessa forma, um dos maiores desafios é fazer com que as universidades compreendam a sua importância, viabilizando seus recursos materiais e humanos. Para Knauss (2009, p. 15), uma das formas que tal reconhecimento “[...] decorre da capacidade de aprofundar estes vínculos com a sociedade que abriga a universidade, mas igualmente com a comunidade acadêmica, a partir da pesquisa e do ensino [...]”

Há que se perguntar o porquê de muitas vezes os centros de documentação universitários ocuparem um pequeno espaço dentro das universidades e, particularmente, interrogar porque as políticas universitárias acabam deixando estes centros de fora, com dificuldades em conseguir verbas para as atividades a serem

realizadas, investimentos baixos em mão de obra especializada, em divulgação, em eventos, cursos, palestras, dentre outros eventos que são realizados dentro destes lugares. Faz-se necessário que os professores, não só da História, mas de outras áreas, e a comunidade acadêmica reconheçam a importância destes lugares que se apresentam como uma forma de complementar o curso de história, aliando ensino, pesquisa e extensão, além de ser um dos principais lugares onde as memórias e identidades estão guardadas e preservadas, em memórias que podem ser questionadas, historicizadas ou reconstruídas (Carreira, 2014, p. 67).

Por fim, vale ainda um outro questionamento: como esses espaços estão cuidando e conservando seu acervo? Estão aplicando as técnicas adequadas e compatíveis com a classificação arquivística? Notou-se ao longo de nossa pesquisa que raramente encontramos algum profissional formado com graduação em áreas como Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Apesar de muitos dos profissionais atuantes nesses espaços possuírem especializações e formações constantes na área, isso não significa uma constante em todos os centros de documentação e ainda é raro ter um profissional de formação que trabalhe nesses espaços. Em certas ocasiões, isso pode acarretar a má organização e acondicionamento do acervo, pela falta de técnica e de saber sobre o assunto: separar arquivos de uma mesma instituição, organizando juntos documentos de pessoas/instituições distintas de acordo com o assunto e não de acordo com sua precedência, acondicionar documentos de suportes diversos em espaços com as mesmas condições físicas; usar recursos não indicados para tratamento de certos tipos de acervo; falta de técnicas adequadas de restauro, entre outras que a área da Arquivologia, restauro e Biblioteconomia, por exemplo, se aprofundam e lidam diretamente. É importante se questionar se esses espaços realmente seguem as diretrizes adequadas para melhor conservação e ordenação de seu acervo (Silveira, 2013), visando a melhor gestão, arranjo e conseqüente disponibilização da sua documentação para o público em geral.

Compreende-se que não pode ocorrer, como é uma realidade nos centros de memória e documentação da Universidade, os diferentes processos de tratamento de acervo. Nota-se que, em sua maioria, os centros não possuem procedimentos e acabam por misturar, na hora do tratamento, os acervos de diferentes proveniências. Isso se deve, também, à ausência de profissionais formados nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia atuando nesses espaços (Oliveira, 2016, p. 162).

Apesar disso (e talvez também exatamente por esse motivo) um Centro de Documentação é um espaço rico de interdisciplinaridades, onde são suscitadas (apesar de com ressalvas e das problemáticas elencadas pela falta de mão de obra mais especializada) discussões e ações que envolvem os saberes de diversas ciências. Temos o exemplo de historiadores que se colocam como figura constante não só nos quatro centros aqui

trabalhados como também em outros centros de documentação universitários. Por se constituírem em sua maioria, como já mencionado, de espaços que guardam uma documentação de cunho histórico, a Arquivologia e a guarda de arquivos permanentes sempre deteve, principalmente na tradição europeia (que influencia diretamente a Arquivologia brasileira), relações visíveis com outras disciplinas como a História (Santos, 2018), o que faz com que em muitos centros de documentação, assim como em outras instituições de memória e informação, como museus e bibliotecas, a figura proeminente de gestão é a do historiador.

Por mais que seja restrito o contato entre esses profissionais – no espaço dos centros de documentação –, em vista das dificuldades financeiras e burocráticas em contratar arquivista, um profissional ainda raro, e por mais que às vezes a organização do acervo pareça um voluntarismo dos historiadores, é aí que se produz de fato uma unidade teórica e de ação das duas áreas (Oliveira, 2013, p. 07).

Observou-se que muitos dos profissionais que atuam em CDM universitários, apesar de não possuírem uma graduação em alguma área relacionada a gestão da informação (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), procuram realizar, ao longo da carreira, outros cursos de especialização que visam capacitá-los para atuar nesses espaços de guarda de documentação histórica, como pós-graduações, cursos de extensão ou até segundas graduações. Contudo, tal prática não é realizada por todos, o que pode comprometer toda a dinâmica da guarda e conservação do acervo, que dependem de técnicas e conhecimentos das áreas das ciências da informação para melhor funcionamento como um todo. É precisamente para que “[...] os documentos possam cumprir sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística ou histórica, é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis” (Vogt, 2008, p. 10). Dessa forma, apesar de próximos, a formação em História ou em outra ciência social qualquer muita das vezes não qualifica o profissional para atuar diretamente nesses espaços, que necessitam de saberes próprios de como preservar e classificar a documentação, visando prioritariamente proporcionar seu melhor uso social, histórico e educacional.

Sendo assim, esta dissertação buscou debater questões referentes à conceituação, formação e atuação da categoria de Centro de Documentação e Memória universitário, visando com isso contribuir com uma discussão atualizada, levando em conta a ainda pouco significativa bibliografia mais recente acerca da temática. Sendo assim, espera-se que esse trabalho colabore com a construção de outros estudos que tenham Centro de Documentação como seu objeto principal de análise.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Miriam Fábria; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais**. RBPAAE, [s. l.], v. 30, ed. 2, p. 351-376, Maio/Agosto 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/53680/33095Acesso/0>>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ANASTASSAKIS, Zoy. **A cultura como projeto: Aloísio Magalhães e suas ideias para o iphan**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN: 1937-2017, n. 35, p. 65-77, jan. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. **O mundo dos trabalhadores no acervo do Cedec/PUC-SP**. In: MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inês Terezinha (org.). O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; CUT, 2010. cap. X, p. 191-200.

ARAÚJO, Fernanda da Costa Monteiro. **A relação conceitual entre Arquivos e Centros de Memória**. ÁGORA, Florianópolis, v. 25, n. 50, p. 5-18, jan/jun 2015. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/48241>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. [S. l.]: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. ISBN 85-7009-075-7. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2023.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy Machado. **O Cedem e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP)**. Cadernos Cedem (Cessada), [S.L.], v. 2, n. 2, p. 133-146, 1 nov. 2011. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/2236-0247.2011.v2n2.p133-146>. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/1647>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BARBANTI, Cristina Hilsdorf. **Representação e recuperação da informação em centros de memória**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.27.2016.tde-13012016-103551. Acesso em: 21 jan. 2021.

BARLETTA, Jacy Machado. Entrevista Cedem. [Entrevista concedida a] Julia de Souza Bermond. Acervo pessoal. 4p. 2022.

BARROS, José D'assunção. **História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço**. Mouseion, [s. l.], v. 3, n. 5, p. 35-67, jan-jul. 2009. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BASQUES, Cristiane. **O patrimônio arquivístico brasileiro diante dos riscos de destruição: estudo sobre a vulnerabilidade dos acervos, as ações estatais de proteção e os seus limites**. 2014. 222 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/16887>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BERTOLETTI, Esther Caldas. **Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, 7). Disponível em: <<http://www.saesp.sp.gov.br/cf7.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BERTOTTI, Valéria Raquel. **Rio Grande e seus espaços de memória: a construção do Guia de Acervos da Cidade do Rio Grande**. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/11017>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BICALHO, Lucinéia Maria. **Centros de Memória em espaços acadêmicos**. Trabalho de conclusão de curso. 21f. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG. Belo Horizonte, 2011.

BICCAS, Maurilane de Souza; SALVADORI, Maria Ângela Borges. **Centros de documentação e memória da educação**: perspectivas de pesquisa para história da educação. Horizontes, LII, v. 23, n. 2, p. 147-155, jul/dez 2005. Disponível em: <https://lyceumononline.usf.edu.br/webp/portalUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_02/uploadAddress/horiz-5%5B6184%5D.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**: Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.. Brasília, Disponível em: <[BRASIL. \[Constituição \(1946\)\]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** \(DE 18 de Setembro de 1946\). Disponível em: <\[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm\]\(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm\)>. Acesso em: 9 set. 2021.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.&text=Art.,de%20profissionais%20de%20n%C3%ADvel%20universit%C3%A1rio.>>. Acesso em: 08 ago. 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

_____. Ministério da Educação e Cultura. (1975). **Política Nacional de Cultura**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima; MICHELON, Francisca Ferreira; BEVILACQUA, Cleci. **Os termos preservação, restauração, conservação e conservação preventiva de bens culturais**: uma abordagem terminológica. Calidoscópico, 15(3), 443-454, 2017. Acesso em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.153.04>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

BORGES, A. S. ;BARRETO, R. C. **Ditadura, controle e repressão**: revisitando teses sobre os governos militares no Brasil . Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 107-129, 2016. DOI: 10.35699/2525-8036.2016.5010. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e5010>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. **O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH)**. Horizontes, LII, v. 23, n. 2, p. 121-126, jul/dez 2005. Disponível em: <https://lyceumononline.usf.edu.br/webp/portalUSF/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_02/uploadAddress/horiz-5%5B6184%5D.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

CASTRO, Renata Brião de; GASTAUD, Carla Rodrigues. **O que são centros de documentação?** O caso do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 263-282, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1984723818372017263/pdf>> . Acesso em: 17 jun. 2020.

CAMARGO, Célia Reis. **Os centros de documentação das universidades**: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. **Centros de documentação e pesquisa histórica**: uma trajetória de três décadas. In: CAMARGO, Célia et al. CPDOC 30 anos. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003. p. 21-44. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1350.pdf> . Acesso em: 17 jun. 2020.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira**: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.8.2014.tde-11122014-190123. Acesso em: 23 mar. 2021.

CARREIRA, A. S. CARNEIRO, M. E. R. ALMEIDA, S. O. de. **Pensar, pesquisar, intervir**: políticas, planejamento e práticas historiográficas no CDHIS. Cadernos do CDHIS, vol. 24, nº 2, dez. 2011.

CARREIRA, Annelise Simari. **História, memória, arquivos, documentos**: uma reflexão sobre os centros de documentação e pesquisa universitários e o CDHIS/UFU (Uberlândia/MG, 1985-2013). 2014. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18032>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

CASTRO, R. B. de; GASTAUD, C. R. **O que são centros de documentação?** O caso do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. Revista Linhas, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 263 - 282, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017263>>. Acesso em: 02 set. 2021.

CAVALCANTI, Márcia Teixeira. **Os centros de Documentação universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias**. 2014. 190 f. Tese (UFRJ - Escola de Comunicação) - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/842/1/TESE%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CEDEM UNESP. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@CedemUnesp>. Acesso em: 10 out. 2022.

CESARINO, M. A. N. **Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centro de análise da informação**: apenas uma questão de terminologia ?. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, v. 7, n. 2, 1978. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77414>>. Acesso em: 20 set. 2021.

CHUVA, Márcia. **Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio**: de 1982 a 2002. Revista do Patrimônio: Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, ed. 35, p. 79-104, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf>. Acesso em: 6 set. 2020.

CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. **Documentação, memória e pesquisa**: o Cedic faz 30 anos. Projeto História, São Paulo, n.40, jun. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6139>> . Acesso em: 20 jan. 2020.

CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (Juiz de Fora). UFJF. **Resolução Nº 12/2014. Cria o Centro de Conservação da Memória - CECOM**, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-12.2014.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

COSTA, Fernanda Maria Matos da; FARIA, Mariana Cunha de; SAPORETTI, Carolina Martins. **O Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora e sua atuação na preservação e difusão do Patrimônio Cultural**. No prelo.

DAHLBERG, I. **Teoria do conceito**. Ciência Da Informação, v. 7, n.2, 1978. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DODEBEI, V. L. D. **O Sentido e o Significado de Documento para Memória social**. 185f. Tese (Doutorado em Comunicação) Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DOURADO, Nileide Souza. **Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR**: patrimônio cultural da memória histórica de Mato Grosso. Disponível em: <<https://www.ufmt.br/ndihr/publicacoes/pub-1.pdf>>. Acesso em: 31 Ago. 2022.

FERNANDES, Simone. Entrevista Cedic. [Entrevista concedida a] Julia de Souza Bermond. Acervo pessoal. 7p. 2022.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação**: uma interação necessária. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2005. São Paulo: ECA/USP, 2005. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>>. Acesso em: 31 Ago. 2022.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950- 1985)**. BIB, Rio de Janeiro, n. 28, p. 71-99, 1989. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/100>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

GEVEHR, D. L.; DILLY, G. **A educação patrimonial no contexto regional: reflexões sobre o patrimônio na perspectiva contemporânea**. *Ágora*, v. 17, n. 2, p. 10-23, 16 maio 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/6674>>. Acesso em 01 fev. 2023.

GOMES, Clausi Maria do Porto. **Centros de Memória Acadêmicos: um estudo de multicasos na UFMG**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola de Ciências da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A8SHXF/1/ppgcieninformacao_clausimariaportogomes_dissertacaomestrado.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

GONÇALVES, R. C.; LISBOA, T. K. **Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida**. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 83-92, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/VzGmzYXDPdxPgthrfPL4tVP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003. 224p.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. 69p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

ITAÚ CULTURAL, Centro de Memória Documentação e Referência. **Centros de Memória: manual básico para implementação**. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. 80 p.

JESUS, W.; RODRIGUEZ, S. M. T.; RODRIGUEZ, S. M. T. **Ao alcance da sociedade: análise das ações de difusão do centro de documentação e memória da unesp (2015-2018)**. *Informação@Profissões*, v. 9, n. 2, p. 176-196, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2020v9n2p176>. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/42104>>. Acesso em: 01 set. 2021.

KNAUSS, Paulo. **Usos do passado, arquivos e universidade**. *Cadernos de pesquisa do CDHIS*, n. 40, ano. 22, p. 9-16, 2009. Disponível em: <<http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/1518>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LIMA, Enezila de; MAESIMA, Cacilda. **Integrando os moradores do bairro e os alunos da escola por meio da História: preservação da memória da Escola Municipal Norman Prochet e do Parque Guanabara do Município de Londrina - PR**. ANPUH - SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII., 2005, Londrina. *Anais Simpósio Nacional de História*. [S. l.: s. n.], 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548206372_bfc9bb9272cfe8c0d676bf0d2f55095c.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, XV., 2012, São Gonçalo. ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LOSE, Maria de Lourdes. **Literacia e gênero: a mulher no ensino de história**. 2014. 95 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/handle/1/6322?show=full>>. Acesso em 15 nov. 2023.

LOURENÇO, Marta C. **Between two worlds: The distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe**. 2005. 406 p. Tese (Doutorado). *Epistemology & History of Technology*, Conservatoire National des Arts et Métiers, 2005.

LUNA, Verônica Xavier; PATRÍCIO, Larissa de Albuquerque. **CEMEDARQ**: Proposta de Implantação do Arquivo do Estado do Amapá. *Anais Eletrônicos - Revista Analisando em Ciência da Informação*, [S. l.], v. 6, Especial. ed. p. 1056-1071, out. 2018. VIII, Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 2018, João Pessoa. Disponível em: <http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_RE_GT07_1056-1071.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

MACEDO, C. G.; GOELLNER, S. V. **Guardar para não perder**: a constituição dos acervos dos Centros de Memória da Educação Física nas universidades federais brasileiras. *RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 20-37, 2018. DOI: 10.20888/ridphe_r.v4i1.7852. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9307>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MALHEIRO, Armando Barreiros. **Arquivística, biblioteconomia e museologia**: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. In: **INTEGRAR: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS: textos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 573-607.

MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inês Terezinha. **Apresentação**. In: MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inês Terezinha (org.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; CUT, 2010, p. 11-16

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação Histórica**: recuperação e divulgação da memória no poder judiciário brasileiro. Dissertação. CID. Unb. Brasília. 2007.133fl.

MILLAR, Laura. **Touchstones**: Considering the Relationship Between Memory and Archives. *Archivaria* 61, 105-126, Set 2006. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12537>>. Acesso: 07 jan. 2021.

MOLINA, Talita dos Santos. **Arquivos privados e patrimônio documental**: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – pró-documento (1984-1988). 2018. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. <<https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/21251>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

MORAES, Sandra (org.). **Guia do Acervo**: centro de documentação e memória da Unesp. 2. ed revisada. São Paulo: Cedem Unesp, 2018. 148 p. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/Modulos/Noticias/312/guia_cedem_2018-1.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MORAIS, Laudereida Eliana Marques. **Memória arquivada**: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional NDIHR (1976-1990). 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3930?locale=pt_BR>. Acesso em: 05 jan. 2020.

MOREIRA, Regina da Luz. **Brasilianistas, Historiografia e Centro de Documentação**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, ed. 5, p. 66-74, 1990. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2294/1433/0>>. Acesso em: 9 fev. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Os olhos do regime militar brasileiro nos campi**. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi* (Rio de Janeiro), [S.L.], v. 9, n. 16, p. 30-67, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x009016002>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/zMNpct3W9cyjRNbQdVWbZTs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2022.

A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. *Ciência e Cultura*, [S.L.], v. 66, n. 4, p. 21-26, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.21800/s0009-67252014000400010>. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400010>. Acesso em: 12 out. 2022.

NASCIMENTO, Maiara de Arruda. **Arranjo e descrição do acervo documental memória acadêmica: vestígios da ditadura civil-militar na UFSM**. 2017. 194 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14399/DIS_PPGPC_2017_NASCIMENTO_MAIARA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mar. 2022.

NEVES, Rogério Xavier. **As possibilidades educacionais em centros de documentação e memória**. 2005. 206 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/12322?mode=full>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLENDER, Marcos. Entrevista Cecom. [Entrevista concedida a] Julia de Souza Bermond. Acervo pessoal. 7p. 2022.

OLIVEIRA, Thaís Nodare de. **Centros de memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais: perfis institucionais e políticas de acervo**. 2016. 176 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AE3LQT>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. **Entre a História e a Arquivologia: diálogos a partir de um Centro de Documentação**. Anais do Simpósio Nacional de História (XXVII): Conhecimento Histórico e Diálogo Social, Natal, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364523361_ARQUIVO_ANPUH_2013_VITOR_OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021.

OTT, Fernanda. **Os centros de documentação e memória criados por empresas privadas no Brasil das décadas de 1990 e 2000 e o caso Gerdau: a construção do patrimônio, memórias e identidades**. 2013. 159 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78140/000895712.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PARRELA, Ivana; NASCIMENTO, Adalson. **Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica**. Perspectivas em Ciência da Informação, [S.L.], v. 24, n. , p. 176-188, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3901>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/DtrMjmHgfhBy6vSbqYNtMLm/?lang=pt>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **O Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD**. In: SEMINÁRIO FRONTEIRA OESTE: PODER, ECONOMIA E SOCIEDADE, 5., 2019, p. 1-7. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/CDR/5%C2%BA%20Semin%C3%A1rio%20Fronteira%20Oeste%20-%20CDR.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. **Documentação, histórias e memórias dos trabalhadores no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro**. 2012. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/2342>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

ROMERO, Adriana Forero. **Panorama histórico de los centros de documentación especializados en el área de ciencias sociales en la ciudad de Bogotá: Conceptualización y caracterización entre los años 2000 a 2011**. (Título Profissional) Universidad de La Salle. Escuela de Humanidades y Estudios Sociales. Sistemas de Información, Bibliotecología y Archivística, 2012, 191f. Disponível em: <https://ciencia.lasalle.edu.co/sistemas_informacion_documentacion/27/> . Acesso em: 09 jan. 2021.

ROUSSO, H. **A Memória Não é Mais o que Era**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). Usos & abusos da história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.94-101.

SANTARÉM, Luciano Alves. **Digitalização dos acervos documentais: novas perspectivas para a memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** 2007. 108 f. Tese (Doutorado). Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/171712/001056935.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

SANTOS, A. C. **Perspectivas arquivísticas em centros de memória.** Archeion Online, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 80-95, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/39736>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

SANTOS, Márcia Pereira dos. **História e Memória: desafios de uma relação teórica.** Opsi, [S.L.], v. 7, n. 9, p. 81-97, 27 mar. 2010. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/o.v7i9.9331>. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsi/article/view/9331>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SAPORETTI, Carolina Martins. **A trajetória da Arquivologia e dos centros de documentação e memória no Brasil: um estudo de campo do centro de conservação da memória da Universidade Federal de Juiz de Fora.** 17 f. Monografia (Especialização) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquivologia, Faveni, Venda Nova do Imigrante, 2020.

_____; RODRIGUES, A. F. **O arquivo e o Centro de Documentação e Memória enquanto ferramentas para a preservação do patrimônio cultural: o Arquivo Central e o Centro de Conservação da Memória da UFJF e a cidade de Juiz de Fora.** In: In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. Anais...Sao Paulo(SP) Eventus, 8, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/290449-O-ARQUIVO-E-O-CENTRO-DE-D-OCUMENTACAO-E-MEMORIA-ENQUANTO-FERRAMENTAS-PARA-A-PRESERVACAO-DO-PATRIMONIO-CULTURAL--O->>>. Acesso em: 31 Ago. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do regime militar.** Cadernos Cedes, [S.L.], v. 28, n. 76, p. 291-312, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/>>. Acesso em: 31 Ago. 2022

SCHIAVON, Carmen. G.B. **Histórico Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves.** [S. l.], s/d. Disponível em: <<https://cdh.furg.br/historico>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; NASCIMENTO, Adalson. **Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação.** 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museu: Imprensa Oficial : Estado de São Paulo, São Paulo, n. , p. 573-608, jan. 2002.

SILVA, Gustavo Bianch. **Os convênios internacionais para a educação superior e o regime militar: um estudo de caso.** 2016 In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII., 2015, Florianópolis. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios [...]. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/34-snh28>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. **Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos.** 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/CATARINA%20HERALDA%20RIBEIRO%20DA%20SILVIERA.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2021.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. **Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade.** Perspectivas em Ciência da Informação, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 52-66, set. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/JLDst4yxd9zVJvCTvmzS4wv/?format=pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

_____. **A classificação nos domínios das três Marias.** Informação e Informação, Londrina, v. 16, n. 1, p. 36-51, jan./jun 2011. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/informacao-informacao/a-classificacao-nos-dominios-das-tres-marias/#&gid=taina-can-item-document_id-172216&pid=1>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SMIT, Johanna W. **Arquivologia/Biblioteconomia**: Interfaces da Ciências da Informação. Informação e Informação, Londrina, v. 8, n. 1, jul. / dez. 2003. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_2_SMIT.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SOUZA, Francisco Weliton. **Arquivo e centro de documentação**: semelhanças e diferenças, teoria e prática. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, 26(52), 30-48, 2016. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/569>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SOUZA, Velso Carlos de. Entrevista CDHIS. [Entrevista concedida a] Julia de Souza Bermond. Acervo pessoal. 3p. 2022.

TANNO, Janete Leiko. **Centros de documentação e patrimônio documental**: direito à informação, à memória e à cidadania. **ACERVO**, Rio de Janeiro, v. 31, ed. 3, p. 88-101, 2018. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/107207>>. Acesso em: 1 maio 2020.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2003.

_____. **Os arquivos fora dos arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002

_____. **Arquivos e centros de documentação**: Um perfil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). Introdução à história pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.161-175.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **PRÓ-REITORIA DE CULTURA RELATÓRIO DE ATIVIDADES – ANO 2019**. Juiz de Fora, 2019. 16p. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/procult/wp-content/uploads/sites/159/2023/10/Relat%C3%B3rio-de-atividades-PROCUR-T-exerc%C3%ADcio-2019.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas - Centro de Memória, Documentação, História e Arquivo. **Memorando nº 002/2020 - CEMEDHARQ**. Macapá, 2020. Disponível em: <https://docplayer.com.br/235708939-Universidade-federal-do-amapa-departamento-de-filosofia-e-ciencias-humanas-centrode-memoria-documentacao-historia-e-arquivo.html#google_vignette>. Acesso em: 10 set. 2023.

VILLAS BÔAS, Lúcia. **História, memória e representações sociais**: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 45, n. 156, p. 244-258, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053143290>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/N48GkzwvvcKTVBYC64M6Bcx/?lang=pt>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

VOGT, O. P. **O acervo do Centro de Documentação da UNISC**. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre. **Vestígios do passado: a história e suas fontes**. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. p. 1-12. Disponível em: <https://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212543612_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2021.

ZANIRATO, Sílvia Helena et al. **Patrimônio cultural**: saberes e fazeres no discurso cultural-epistemológico. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 35, n. 103, p. 255-270, dez. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35103.014>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/192440/177396#toc>>. Acesso em: 12 set. 2021.

SITES INSTITUCIONAIS CONSULTADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. **Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro (NDH)**. Três Lagoas, n.p, s.d. Disponível em: <<https://ndh-cptl.ufms.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GRANDE DOURADOS. **Centro de Documentação Regional (CDR)**. Dourados, n.p, s.d. Disponível em: <<https://portal.ufgd.edu.br/setor/cdr/index>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Centro de Memória da Amazônia (CMA)**. Belém, n.p, s.d. Disponível em: <<https://www.cma.ufpa.br/>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (Ceihe)**. Pelotas, n.p, s.d. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ceihe/historia/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CDHUM)**. Marília, n.p, s.d. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/#!/extensao/cedhum/>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

_____. **Centro de Documentação e Memória**. São Paulo, n.p, s.d. Disponível em: <<https://www.cedem.unesp.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef)**. Belo Horizonte, n.p, s.d. Disponível em: <<http://projetos2.eeffto.ufmg.br/cemef/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - **Centro de Documentação e Memória Regional (Cedoc)**. Ilhéus, n.p, s.d. Disponível em: <<http://www.uesc.br/centros/cedoc/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (Nudoph)**. Açu, n.p, s.d. Disponível em: <<https://fafic.uern.br/dhi/default.asp?item=depto-historia-nudoph>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

_____. **“Núcleo da Uern trabalha pela preservação da história”**. AGEKOM, n.p, 22 ago. 2021. Disponível em: <<https://portal.uern.br/blog/nucleo-da-uern-trabalha-pela-preservacao-da-historia/>>. Acesso em: 15 ago. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO. **Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)**. Cuiabá, n.p, s.d. Disponível em: <<https://www.ufmt.br/ndihr/pesquisa.html>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH)**. Uvaranas, n.p, s.d. Disponível em: <<https://pitangui.uepg.br/cdph/>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (Nudoc)**. Fortaleza, n.p, s.d. Disponível em: <<https://nudoehistoria.ufc.br/pt/servicos/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Centro de Conservação da Memória (Cecom)**. Juiz de Fora, n.p, s.d. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/cecom/acervos/>> . Acesso em: 25 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA)**. Santarém, n.p, s.d. Disponível em: <<https://cdhba.hypotheses.org/>> . Acesso em: 25 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves (CDH)**. Rio Grande, n.p, s.d. Disponível em: < <https://cdh.furg.br/> >. Acesso em: 25 nov. 2023.

ANEXO A - Entrevista Jacy Machado Barletta (Cedem)

BARLETTA, Jacy Machado. Entrevista Cedem. [Entrevista concedida a] Julia de Souza Bermond. Acervo pessoal. n.p. 2022

Nome: Jacy Machado Barletta.

Historiadora do Cedem-Unesp.

1) O que é o Cedem? Qual é a sua missão enquanto centro de documentação?

A missão do Cedem a princípio foi de preservar a memória da universidade, tendo dois eixos: o primeiro era fazer um banco de depoimentos orais, desde a criação dos institutos isolados até a criação da Unesp, que foi um projeto que até hoje tentamos tocar, porque sempre foi da professora Ana Maria Martinez Corrêa¹⁰, e conseguimos mais de 200 gravações de professores, ex-diretores, ex-alunos, e também, por outro lado, também tínhamos um projeto de preservação da documentação produzida pela universidade, principalmente dos três eixos, de ensino, pesquisa e extensão.

1.1) Hoje em dia vocês também estão ligados à preservação documental e histórica, além dessas?

A questão da gestão documental passou para a reitoria, com a criação da CADA¹¹, a comissão de avaliação documental. Por lei, a lei da preservação dos documentos do estado de São Paulo, todas as instâncias estaduais têm obrigação de ter essa comissão, que avalia. E a cabeça, nós chamamos de cabeça do projeto, é o arquivo do estado de São Paulo. Depois de algum tempo, além dessa parte da preservação da história da Unesp, recebemos em 1994, 1995, acervos históricos, principalmente dos movimentos sociais, políticos, associações, da história contemporânea do Brasil e memória das esquerdas.

2) Descreva um pouco do trabalho cotidiano do centro.

¹⁰ 1933-2023 - Foi docente da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Unesp e uma das idealizadoras do Cedem.

¹¹ Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso.

Nós sempre tivemos poucos funcionários. Todos os documentos que o Cedem guarda, nós aceitamos somente se tiver acesso total a comunidade. Aqui não é um depósito, mas sim uma instituição de pesquisa. Então o trabalho cotidiano é a preservação, conservação, organização dos documentos que recebemos, por doação ou custódia e atendimento ao pesquisador. É o cotidiano de um centro. Tem todo um trabalho manual. Nós temos que limpar, preservar, com todo material especial, de conservação. É isso que fazemos, pois o acervo é grande. Como é universidade pública, nós também fazemos projetos para instituições financeiras, como Fapesp¹² e outras que existem, ou estadual ou federal, ou até municipal, para angariar fundos, financiamento de projetos, como digitalização e acesso; nós temos muita coisa, não dá conta o dinheiro da universidade. É um trabalho cotidiano, ir atrás de editais.

2.1) O acervo aqui é aberto? Recebem doações?

Sim. Recebemos. Sábado que vem eu estarei aqui recebendo um de movimentos estudantis de Guarulhos. As duas maneiras que temos é doação e convênio.

3) Que tipo de documentação vocês fazem custódia? Qual é a sua temática?

Com a chegada da documentação, do Asmob¹³, criado na Itália, pelos exilados brasileiros. Formou-se um grupo muito grande e começou-se a receber documentos de exilados como Astrogildo Pereira¹⁴, que tinha falecido, que foi um dos fundadores do Partido Comunista; tudo isso foi para a Itália e na década de 1990 retornou. Como continuamos recebendo outros documentos, coleções e fundos, percebemos que nossa linha de pesquisa e acervo são documentos de história contemporânea e memória das esquerdas brasileiras. Temos documentos dos anarquistas do fim do XIX começo do XX, até MST¹⁵.

3.1) Vocês também cuidam de fotografias, filmes, documentação em papel...toda uma variedade.

Sim. Toda essa documentação que recebemos têm vários tipos de suporte. Tem documentos textuais, fotografias, filmes, dvd 's, é muito diverso; cartazes, temos uma coleção de cartazes

¹² Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

¹³ Sigla para “Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano”.

¹⁴ 1890-1965 - Escritor, jornalista e político brasileiro.

¹⁵ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

magnífica, muitos desses cartazes, quase todo o acervo, é inédito. Como temos essa linha, ficamos com um público muito selecionado de pesquisa.

4) Como se dá a relação com a comunidade acadêmica que o cerca?

A Unesp é uma universidade multicampi. Na cidade de São Paulo tem a reitoria, o instituto de artes de física teórica. Os outros campos estão no interior de São Paulo. A comunidade acadêmica da Unesp não se serve praticamente do nosso acervo. Mas recebemos pesquisadores do Brasil, de outros estados, como estrangeiros. Com a pandemia, percebemos a necessidade dos documentos estarem online para pesquisa. Sentimos e vimos pesquisadores desesperados e não podíamos vir para cá, pois os prédios estavam todos fechados. É um público então acadêmico, jornalista e cineasta também, mas a maioria acadêmico.

5) E com a universidade?

Como estamos em São Paulo e o resto da comunidade está fora, por meio de eventos, sempre tematizado com algo sobre nosso acervo. Cerca de duas vezes no mês. Ficam no *Youtube* e também é ao vivo. Nós sempre fizemos esses eventos. Temos muita produção para postar sobre o Cedem, na nossa página ou no *Facebook*; é por meio dessa divulgação que há um maior trabalho para essa questão de ficar conhecido e se colocar à disposição. Nós já temos muita coisa digitalizada.

5.1) Mas a universidade, a reitoria, apoia o Cedem?

O Cedem foi criado em 1988 e na década de 1990 viemos para esse prédio, que era um prédio comercial. É da década de 1920. Fomos reconhecidos somente em 2003. Tínhamos poucos adiantamentos, sempre para a sobrevivência, pagando o salário. Nunca tivemos concurso, eu acho, para selecionar outros técnicos. É mais administrativo que eles fazem. Foi então difícil, por isso vivíamos assim de projetos, de editais. É difícil uma universidade, principalmente quando o primeiro, segundo e terceiro escalão não consegue ver a importância de você ter pedaços da história de seu país na mão, e guardado por eles. É difícil convencer; parece que dentro de uma universidade, as coisas irão ser mais fáceis, mas não é. É difícil convencê-los. Essa gestão acredito que seja a melhor que tivemos. Nós somos ligados à vice-reitoria, então agora estamos tendo o reconhecimento e um respaldo financeiro muito bom.

6) Quais são as instâncias que são responsáveis por manter o centro dentro da universidade?

A vice-reitoria e a própria reitoria.

6.1) Vocês têm alguma ligação com o curso de História da universidade, mesmo estando longe?

Não. Depende de quem coordena. Em alguns momentos nós tivemos muitas visitas técnicas de alunos. Agora é trabalhoso financeiramente e caro. Trazia os alunos nas férias de ônibus, para fazer a visita técnica, ou às vezes ficavam alguns, uma semana, fazendo algum serviço, como estágio; ensinávamos eles. Levávamos para o arquivo municipal, do estado. Depois isso acabou, porque depende muito dos professores. Agora vem vinte alunos quarta-feira, de Araraquara. Eu acho que irá retornar essa questão da visita. Eu acho um absurdo nós estarmos dentro da própria Unesp e os alunos não conhecerem. Nós sempre tivemos essa dificuldade de distância.

7) A comunidade acadêmica faz uso da documentação sediada no centro? de que forma?

Como eu já disse, a maior parte dos nossos pesquisadores são da academia. Dissertação de mestrado, tese de doutorado. De vez em quando aparece um cineasta ou um jornalista para fazer uma matéria mas é difícil.

8) E a região? Sabe que o centro existe? De que forma ocorre esse contato?

Não temos contato.

9) Quais são as outras ações realizadas pelo centro além de preservação documental?

Fazemos eventos, comemorativos ou não, tentando divulgar o acervo. Geralmente são coisas ligadas a nossa linha de acervo. Se tem também alguém que usou o acervo para a sua tese, virou um livro ou dissertação, convidamos também para falar. Acho que retornar presencial não será mais possível. Geralmente é à noite e hoje em dia não temos mais certeza da

segurança aqui da região. Esse tipo de divulgação. Divulgando o acervo e o Cedem. Vamos agora tentar trazer os alunos. Nem professor da USP nem da PUC vieram aqui para trazer alunos. A princípio, quem vinha era um professor, o Carlos Bauer, que dava aula em Mogi das Cruzes, trazia o pessoal de pós-graduação para conhecer. Aí fazíamos uma mesa, havia uma pequena exposição, levávamos eles para conhecer o acervo. Depende muito dos professores. Mas não sei, talvez dependesse da gente também convidar, mas agora estamos com um grupo menor. Acho que talvez seja melhor planejar para o ano que vem, outras maneiras de fazer.

9.1) Mas então vocês não têm bolsistas, já que como mencionou o curso de história não fica aqui. Nem treinamento profissional.

Não. Fazíamos isso nas férias com alunos da Unesp, mas isso é complicado. No arquivo do estado, eles têm o acervo do Dops¹⁶. Vi muitos professores fazendo projetos e você organizando a documentação você acaba publicando um inventário, algum artigo. Tudo isso é financiamento externo. Muitas bolsas no arquivo do estado. Aqui, não. Nunca vi ninguém interessado. Talvez tenha que partir de nós mesmo.

10) Qual é a relação do centro com a produção de fontes orais? Como essa produção se dá e qual o motivo de existir?

A professora Ana criou esse banco de depoimentos orais, chamado “Projeto Memória”. Eram depoimentos de pessoas que criaram os primeiros institutos isolados, e depois da criação da Unesp. Junto com isso ela fez muita pesquisa da discussão da assembleia legislativa sobre a criação dos institutos e sobre a criação da Unesp. Digamos que temos a história da Unesp inteira na fala de seus profissionais e de alunos e ex-alunos. Agora que talvez pretendemos fazer, é que existia um tanto de campus que eram campus experimentais, que são os mais novos. Rosana, eu não lembro quantos, mas acho que são oito que foram criados, que talvez começamos; tem um projeto da professora Maria que é a coordenadora, de começar a fazer esses depoimentos dessas pessoas, que é uma continuidade, um pedaço da história nova da universidade.

¹⁶ Departamento de Ordem Política e Social; Órgão criado em 1924 e usado pelo Estado Novo e posteriormente pela Ditadura civil-militar na repressão contra grupos considerados dissidentes pelo Estado.

10.1) Além dessas, tem documentação oral que conversa com outros tipos de documentação?

Sim. Quando recebemos um acervo, geralmente vem múltiplos suportes. Tenho entrevistas de vários militantes. Tem bastante gravação sobre isso. Tem até do Luís Carlos Prestes¹⁷, fala do Marighella¹⁸, da Luíza Erundina¹⁹ tem reuniões que fazia com as comissões de bairro; tem muita coisa assim. Parte está digitalizada.

11) Quais os usos que o centro faz da internet, de maneira geral?

Acredito que seja a divulgação do centro e disponibilizar documentos digitalizados, como nosso público é amplo, tem coisas que só existem aqui. Recebemos gente do Brasil inteiro e até de fora. É a disponibilidade do acervo e divulgação do centro.

11.1) Qual a quantidade em porcentagem do acervo que está disponibilizado online?

Muito pouco. Em comparação ao que temos. Continuamos digitalizando hoje em dia. Contamos com ajuda de várias emendas e projetos parlamentares de deputados que são do PT²⁰, do Partido Comunista, que vê que temos parte muito grande da história do Brasil e um período muito importante, e que também pouca coisa sobrou desse período.

12) Quais são as dificuldades que o centro já enfrentou e que enfrenta atualmente no seu funcionamento?

Sempre teve dificuldade em duas coisas: financiamento e equipe técnica. Sempre foi uma equipe muito pequena, por isso fazíamos projetos. Já chegamos a ter vinte pessoas trabalhando em um projeto, então você consegue organizar uma grande parte do que não estava organizado. Agora ainda pior ainda, com esse governo federal, com essa crise financeira, pandemia; engraçado é que agora que a reitoria está colaborando mais nessa parte. Eles se organizaram financeiramente tão bem, que existe uma folga. Estão fazendo

¹⁷ 1898-1990 - Militar e político comunista brasileiro.

¹⁸ 1911-1969 - Político e guerrilheiro brasileiro, tendo participado da luta armada contra a ditadura.

¹⁹ Atualmente é deputada federal pelo estado de São Paulo, tendo sido prefeita da cidade de São Paulo de 1989 a 1992.

²⁰ Partido dos Trabalhadores.

planejamento. Estamos começando a receber mais financiamento. Anteriormente era mais financiado por projetos externos.

13) O que gostariam de mudar ou acrescentar na atuação do centro?

O pessoal técnico. Isso faz muita falta. Agora estamos em dois. A reitoria perguntou se precisávamos de equipamento, mas o que adianta se não tiver alguém para manejá-lo?

13.1) Algum tipo de atividade?

A divulgação acho que estamos fazendo muito bem. Tem que continuar fazendo. Financeiramente realmente é aumento de equipe técnica. Também ter maior oportunidade de as pessoas virem aprender: bolsistas, estagiários. O problema é que estamos afastados dos cursos da área da Unesp. Dependeríamos de alunos da PUC, da USP e das universidades particulares. Tem alguns impedimentos também. Mas acho que é uma pena que isso não esteja acontecendo e não sei se acontecerá logo.

ANEXO B - Entrevista Simone Fernandes (Cedic)

FERNANDES, Simone. Entrevista Cedic. [Entrevista concedida a] Julia de Souza Bermond. Acervo pessoal. n.p. 2022

Entrevistada: Simone Fernandes.

Socióloga

Trabalha na PUC-SP no Cedic há 25 anos.

1) O que é o Cedic ? Qual é a sua missão enquanto centro de documentação?

O Centro de Documentação da PUC tem pra lá dos seus 40 anos. Ele nasceu como núcleo de pesquisa temático em movimentos sociais ligado à Igreja, e ao longo de todos esses anos ele foi ampliando suas temáticas para movimentos sociais mais amplos, não só ligados à Igreja Católica, movimentos de e pela educação e também com uma linha que a gente chama de história da cultura, por meio de suas revistas de cultura e variedade da década de 20 e 30. Então o Cedic vem procurando atender as demandas de pesquisa dos programas de pós-graduação principalmente e de algumas graduações da PUC-SP. A missão dele é dar apoio a pesquisa, então temos que atender as principais temáticas desenvolvidas por determinados programas, pois não dá pra atender todas as pesquisas da universidade. Então nosso foco, nosso público alvo, são os alunos da Ciências sociais, História, Serviço Social, Ciências Políticas, enfim: Ciências Sociais como um todo. Pós-graduação e também graduação

2) Descreva um pouco do trabalho cotidiano do centro.

O Cedic recebe acervos arquivísticos e também biblioteconômicos; normalmente esses acervos são oriundos da prática dos professores enquanto militantes de movimentos populares, muitos aqui ainda são, ou de suas pesquisas temáticas. Isso gera para a gente dois tipos de unidades documentais: uma que chamamos de fundos arquivísticos, ou seja, eu tenho arquivos ou parcelas de arquivos de determinados movimentos sociais, cujos professores participaram na sua estrutura, gênese, enfim; e nós temos coleções temáticas, que é quando os professores da casa desenvolvem alguma pesquisa temática científica, que findada a pesquisa eles doam o material que eles coletaram ao longo dela. Nós temos 21 fundos arquivísticos e

87 coleções temáticas. A respeito dos fundos, eles são únicos; não são fundos inteiros, completos, são parcelas, então em alguns casos não vieram diretamente de professores da casa, vieram de militantes que conheceram nosso trabalho e doaram seus arquivos.

3) Que tipo de documentação vocês fazem custódia? Qual é a sua temática?

Tratando-se de fundos arquivísticos, é tudo o que é produzido naturalmente pela entidade. Então temos desde correspondência, fotografias, relatórios financeiros, circulares, textos de reflexão, temos até flâmulas, enfim tudo que é gerado por esse movimento popular ao longo de sua trajetória. Já em relação às coleções temáticas, nós temos muita fotocópia de material que o professor reuniu, e também muitos recortes jornalísticos, que também é uma fonte bastante utilizada para pesquisa. Então em termos de espécie, nós temos essa configuração. Também temos uma hemeroteca, tendo mais ou menos 1600 títulos de publicações, sendo que metade desses títulos é de uma imprensa nanica, alternativa, produzida por movimentos populares. São boletins, suporte de papel e também de diferentes tamanhos, dimensões e formas de feitura. Nós temos desde jornais feitos em mimeógrafo, nos anos 70 e 80, ou até mesmo de imprensa mais sofisticada, feita em papel couchê.

4) Como se dá a relação com a comunidade acadêmica que o cerca?

Temos uma relação bastante estreita. Primeiro isso que eu falei, com o Cedec tentando suprir as demandas de pesquisa, ou pelo menos dos principais temas, então isso é reconhecido. Por exemplo, o Cedec foi abrindo seu tema para cultura, nós temos uma das maiores coleções do movimento Punk. Se eu te digo que o Centro de Memória começa com movimentos sociais ligados à Igreja e que nos anos 2010, 2015, nós recebemos uma coleção do movimento punk, acredito que isso demonstra a nossa estreita relação e a tentativa de responder às demandas das pesquisas. De outra maneira, tem muita iniciativa de voluntarismo, às vezes para organizar nosso acervo, onde também eu consigo identificar um aspecto positivo da nossa relação com os pesquisadores. Assim como as monografias, que são produzidas; muitos vêm aqui e nos dão uma cópia ou temos acesso de outra maneira. E em relação à graduação, ao longo da nossa história, nós sempre conseguimos estagiários, que estão sempre concorrendo às nossas vagas, apesar de um salário baixo, muito menos que um salário mínimo, sendo um auxílio; a nossa graduação exige uma monografia, um trabalho de conclusão de curso, aí alguns alunos vêm para realizarem suas pesquisas, mas muitos não pois preferem fazer

pesquisa bibliográfica que é mais rápida, com trinta páginas, então eu percebo que, em termos de pesquisa, temos uma relação mais estreita com alunos de pós-graduação, que possuem mais tempo para pesquisa e manuseiam as fontes primárias, em relação à graduação, que temos uma relação mais estreita no oferecimento de treinamento profissional.

5) E com a universidade?

Só de estarmos existindo, em meio a tantas crises econômicas, nós vemos que temos uma relação positiva. Isso poderia ter sido desmanchado, por ser algo específico, que atende um público específico, e assim vai. Então eu vejo que eles reconhecem nosso trabalho de memória, ainda mais que são muitos movimentos que têm relações com uma Igreja católica presente em São Paulo que é muito mais voltada para a teologia da Libertação, e outros aspectos; a PUC não é confessional, mas ela é católica. Nós também temos projetos especiais de memória no âmbito da instituição. Nós não organizamos o arquivo da PUC, nós não temos condições para isso, nem *expertise*, já que nossa *expertise* é documentos de movimentos sociais, mas de alguma maneira apoiamos a universidade quando ela precisa fazer algum projeto temático sobre sua história, desenvolver algum livro, a gente procura ajudar de alguma maneira. Outro aspecto desse reconhecimento é que o Cedec ficou responsável pelas fotografias históricas da universidade, que são muito utilizadas por jornalistas, por pesquisadores; é um dos materiais que mais demanda pesquisa da universidade como um todo: dificilmente nós vemos um pesquisador que quer ver documentos de legislação, ou documentos de secretaria; mas as fotos sempre tem. Lembrando que a PUC foi invadida, o teatro Tuca²¹ já foi incendiado, em períodos de repressão política. Então esses fatos históricos por qual passou a universidade, algumas dessas fotografias elas respondem. Algumas dessas fotografias são bastantes utilizadas, por isso que elas se encontram aqui. Eu vejo isso como um reconhecimento de um espaço de preservação, o reconhecimento de um espaço que atende bem o pesquisador; a gente dá todas as referências dessas fotos, enfim, então eu acredito que há sim um reconhecimento.

6) Quais são as instâncias que são responsáveis por manter o centro dentro da universidade?

²¹ Teatro da Pontifícia Universidade Católica, tendo sido inaugurado em 1965; Tornou-se famoso pelas manifestações políticas que ocorreram em seu interior durante a ditadura civil-militar.

O Cedec já foi subordinado a vários setores. Começou como núcleo de pesquisa então era subordinado ao departamento de História. Aí ele passou por uma reestruturação e foi reconhecido como centro de documentação universitário que poderia atender mais faculdades, como a de serviço social, que se encontra em outro departamento, e tem uma capacidade metodológica que poderia atender algumas demandas de memória da PUC, ele virou um centro de documentação. Quando ele se tornou um centro de documentação, ele já foi subordinado à vice-reitoria comunitária, por entender esse espaço como um espaço dos alunos da comunidade de extensão. Depois passamos a ser subordinados à uma pró-reitoria de cultura e extensão, também porque aqui é uma prática de pesquisa educativa além do básico universitário, da formação; atualmente o Cedec é subordinado diretamente à reitoria. A responsabilidade aumenta. No momento temos a revisão do acervo; hoje então somos subordinados diretos da reitoria. Ela participa mais ativamente, faz reuniões mais periódicas; a biblioteca também é subordinada à reitoria. É o desenho que PUC fez, por entender que essas unidades podem atender a universidade como um todo, e não só os alunos, mas também os profissionais da casa. Às vezes eles não nos buscam pelo nosso acervo, mas pela metodologia de trabalho; organização da informação, onde podemos colaborar na organização dos arquivos deles, ainda que o Cedec não se ocupe disso. O arquivo da universidade está em um depósito terceirizado, pois eles vêem que aqui o Cedec é de outra área: é arquivo histórico e não gestão.

7) E a região? Sabe que o centro existe? De que forma ocorre esse contato?

Se pensarmos a região em termos de bairro, e em termos de colégio presentes no entorno, o Cedec não faz nenhuma política de difusão para esse público. Aqui têm muitas escolas de ensino médio, mas não estabelecemos relação nenhuma, nem com os professores de ensino médio e nem com os alunos. Não temos capacidade didática para recebê-los. Já para fora da PUC, o Cedec se relaciona com uma série de centros de documentação e memória que possuem o mesmo perfil e que surgiram na mesma época, como o Cedem e o AEL²², da Unicamp. Então o Cedec faz parte de uma rede de instituições que têm o mesmo perfil de acervos, os mesmos problemas e desafios no tratamento da documentação; o Cedec faz parte, ou até antes da pandemia fazia parte de algumas associações nacionais e internacionais enquanto órgão associado, buscando sempre estar por dentro das informações.

²² Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp.

8) Quais são as outras ações realizadas pelo centro além de preservação documental?

Mais uma prova da relação estreita, de uma ação-extroversão, nós administramos o centro de memória do Tuca, que é o teatro da universidade. Ele é muito reconhecido tanto pela sua história quanto pelas peças de teatro que acontecem nos palcos. Lá nós temos um centro de documentação, que é uma sala climatizada, para depósito, com documentos identificados. Além dessa, nós não temos. Talvez a orientação ao pesquisador, já que orientamos eles à outros centros e acervos.

8.1) Vocês realizam por acaso congressos, minicursos, revistas científicas, ou algo do tipo?

Nossas ações são de difusão, pela própria internet. Nós fazemos mostras virtuais do nosso próprio acervo. Participamos enquanto elemento dos congressos internacionais e nacionais mas não promovemos. Por vezes promovemos seminários. Antes da pandemia promovíamos fisicamente; era um público restrito, vindo em média 40 à 60 pessoas nos nossos eventos. Nós atualmente não damos treinamento; No auge do Cedec, quando tínhamos uma equipe maior, chegamos a dar treinamento e enchiamos um auditório. Juntamente com a Viviane (Tessitore), que foi uma das pessoas que fez a difusão da Nobrade²³, então vinha pessoas de todo o estado, para vê-la falar da norma. Mas isso já tem tempo. Então por uma época fizemos treinamentos. Uma época nós fizemos eventos maiores, mas aos poucos fomos reduzindo, realizando seminários temáticos, sobre nossos acervos, que tem um público de 40 a 60 pessoas. Mas eu já coloquei 300 pessoas no Tuca, então em comparação com o que era, eu acho que são eventos menores. Na pandemia conseguimos dar ainda três seminários online, com o tema de direitos humanos. Achamos que era um tema que podia dialogar com a pandemia. Já sobre cursos, nós promovíamos um curso que foi um sucesso no estado de são paulo: vinha até gente de fora. Fazíamos aos sábados. Chamava “Curso introdução ao tratamento e a política de arquivos”. Esse curso existiu por quase 30 anos. Tinha em média de 25 a 45 alunos. Fazíamos uma vez por ano; era módulo um e dois, já que aqui não tinha graduação em Arquivologia. Até que surgiu Arquivologia na Unesp de Marília e migrou um pouco desse público para a Unesp. Nós treinamos muita gente. Desse curso, umas trinta pessoas, hoje ou

²³ Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

até muito mais, trabalharam ou trabalham em centros de memória empresariais, ou trabalham em órgãos públicos, prestando concursos quando ainda era possível pleitear concursos de vagas genéricas, mas que iam trabalhar em arquivo. Tem muita gente no arquivo público do estado de São Paulo, que passou pelo nosso curso, e sobretudo em centros de memória empresariais. Sabe porque? Na década de 1980, houve um boom de criação de centros de memória empresariais. Klabin²⁴, Papel e Celulose, Grupo BrasMotor, que é Brastemp e Consul, antiga VASP, Centro de Memória GOL²⁵, Centro de Memória IBGE,²⁶ Centro de Memória Votorantim²⁷, Porsche.

Então o que aconteceu: esse público era de historiadores e sociólogos que precisavam de uma formação. Quando o Cedec abriu o curso, tínhamos gente que estava indo para essas áreas. Tem todo o contexto histórico e político para isso, e como o Cedec sempre foi muito rigoroso, e ainda que eu seja socióloga, a gente faz questão de respeitar os preceitos da Arquivologia. Praticamos o princípio de proveniência, organizar segundo uma lógica e uma dinâmica; não organizar de acordo com a temática, pois somos contrários. Então o Cedec, e os historiadores que davam aula, hoje por exemplo ela é diretora do arquivo público na área de gestão documental, a Ieda Bernardes²⁸ foi professora do nosso curso. Então nós tínhamos professores bem bacanas, que pactuaram com a gente, que abriram mão de sua formação de historiador para abraçar a arquivologia como área de conhecimento. Eram esses os professores e os alunos também tinham essas características: muitos ainda trabalham na área e eu sei desse pessoal que foi para centros de memória ou arquivo público do estado. Agora, recentemente nós tivemos a regulamentação da profissão de historiador, o que nos possibilita agora claramente trabalhar em arquivos históricos, como aqui em um centro de memória. Eu só lamento quando um historiador, ao entrar em um centro de documentação ou arquivo, e ele não compreende o objeto arquivístico a partir de uma teorização que lhe é própria, da arquivologia. Ele organiza o fundo de maneira temática, *etc.* E eu sou Socióloga, eu falei “não gente”. Tanto que eu organizei um fundo aqui, da Ação Católica, a partir de preceitos da Arquivologia. Quando fiz o doutorado, fui estudar a ação católica do ponto de vista da História. Aí eu posso dizer com clareza: são paradigmas diferentes; Então hoje eu percebo que poderia ter organizado o fundo de uma outra maneira mas que não a temática. Como nós

²⁴ Empresa brasileira produtora e exportadora de papel.

²⁵ Companhia Aérea Brasileira.

²⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²⁷ Empresa brasileira.

²⁸ Historiadora, professora e atual diretora do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DG-SAESP).

fazemos uma pesquisa histórica sobre a instituição, de maneira muito superficial, às vezes nós não percebemos algumas nuances da hierarquia, da organização e estrutura. Como eu tive quatro anos para estudar a estrutura, eu pensei que o quadro de arranjo poderia estar melhor, mas eu não mudei a ideia do quadro de arranjo. É nesse sentido, que eu apuraria melhor o quadro de arranjo, mas o quadro de arranjo é uma metodologia da Arquivologia e eu não abriria mão dele. Tem muita diferença de um trabalho para o outro e classificar segundo um tema ou ano, cronológico, não é certo. Então eu sou dessa geração que não abre mão dos princípios da Arquivologia. Caso houvesse uma graduação na cidade de São Paulo eu faria.

9) Qual é a relação do centro com a produção de fontes orais? Como essa produção se dá e qual o motivo de existir?

O Cedec tinha como primeira coordenadora a professora Yara (inaudível). Ela era mais do que uma produtora de documentos. Ela era militante da causa da produção do documento oral, a partir da perspectiva da história oral, e não da memória organizacional, mas sim a produção de documentos orais enquanto uma fonte válida, tal qual uma fonte arquivística, onde a memória da pessoa tem um valor de fonte de pesquisa. Como ela foi uma das fundadoras do centro de documentação, ela colocou na estrutura do Cedec, tanto a produção de documentos orais enquanto uma função do Cedec quanto também a recepção e acolhimento de documentos orais produzidos por outros pesquisadores. Eu era estagiária, já faz 27 anos, e eu a acompanhava para fazer coleta de depoimentos orais, junto a militantes de movimentos sociais ligados à igreja católica. Ela tinha a perspectiva inicial de complementar esses fundos arquivísticos, com as memórias desses militantes.

À medida que ela foi se apaixonando pela metodologia, ela viu que esse processo não é só de complementação. Ele tem um status próprio. Ele conjuga, sendo mais do que complementar. Ela foi uma grande dinamizadora sobre isso aqui no Cedec. Ela dava aula na pós-graduação sobre isso, fazendo uma série de "discípulos", que começaram a desenvolver projetos de história oral. Infelizmente, a gente passa por alguns momentos que alguns procedimentos estão mais em voga do que outros e as coisas vão passando. Ela começou e parou a linha de fazer vídeos, em História oral. Não dominava muito bem a ferramenta. Ela com o tempo foi parando de realizar as entrevistas e foi só mais fazendo leituras e pesquisando a respeito, do ponto de vista teórico. Com isso o Cedec também parou a sua produção. Começamos depoimentos orais no final dos anos 80 e vai até por volta de 1995, 1996; cerca de dez anos

produzindo depoimentos orais. Nós paramos e passamos então só a receber, de outros pesquisadores. Se não me falha a memória, eu tenho documentos orais produzidos por pesquisadores da casa até os anos 2000, envolvendo vídeo e antigamente, fita cassete. Aí temos uma lacuna. Aí a última coleção que recebemos é da área de cultura, que é uma área que o Cedic foi explorando mais. É sobre uma coleção de vídeos digitais sobre migração portuguesa. Foi por volta de 2015. 2016. Mas temos aí uma lacuna de cerca de dez anos. Os outros depoimentos orais, produzidos aqui e pelos estudantes da PUC, todos estão ligados à movimentos sociais: movimento pela habitação, movimento rap de música, usuários de serviço social, sempre essa temática. Sempre essa temática sócio-política. O acervo tem cerca de 860 fitas.

9.1) Isso somente fitas ou em outros suportes também?

No caso aí se encontra tudo incluso. Nós vemos como importante e é algo que precisa ser melhor estudado, do ponto de vista científico, de quem produz e de quem escuta. É pouco consultado. As pessoas preferem produzir do que escutar do que outra pessoa fez. Infelizmente, isso faz com que não se produza mais tanto. Mas houve um boom das instituições e centros de memória produzirem. Foi toda uma época, nos anos de 1990. Cedem, CPDOC²⁹. Anos 80 e 90. Aí tem que entender um pouco mais de historiografia, o que estava em voga e o porque esses professores foram muito influenciados por isso. A PUC recebia muitos estrangeiros. Alessandro Portelli³⁰ que é uma referência em história oral, um italiano, veio para PUC dar aula. Ele trabalha com um tipo de memória que são memórias delicadas de pessoas que passaram por algum tipo de momentos de conflito. Aqui tinha muita discussão em torno disso. Na USP a gente tem o Carlos Cerbi, que lá também tem um programa de história oral; a minha professora na época era muito devota então eles se reuniam muito. Fui a muito congresso de história oral, falar da importância do acervo; então a gente dividiu as funções, a minha professora falava da produção, que ela manejava esses autores, Thompson³¹ e tantos outros, e eu falava do tratamento técnico, da importância do uso e da difusão. O próprio CPDOC já entrou em contato com a gente, Na época, nos anos 90 e 2000, as pessoas usavam esses depoimentos. O uso hoje é muito baixo. Eu já tentei, passei quinze anos tentando divulgar. É porque são pesquisas muito temáticas. As histórias de vida são mais

²⁹ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

³⁰Italiano estudioso da cultura e literatura norte-americana ; Especialista em história oral, atua como professor na Universidade de Roma La Sapienza

³¹ 1924-1993 - Edward Palmer Thompson, historiador inglês.

ouvidas. Nós não temos. O CPDOC possui mais, já que são entrevistas mais abrangentes, então tem um público maior de consulta.

9.2) Quais os usos que o centro faz da internet, de maneira geral?

É tímido. Nós não temos condições de fazer algum repositório digital propriamente; por todo esse acervo, transformá-lo em objeto digital e colocá-lo na internet. Praticamente usamos a internet como forma de difundir a informação do centro. Lá nós temos a descrição de tudo o que tem no acervo, com amostras virtuais, com amostras de documentos do fundo, não estando na íntegra. Mais recentemente, na pandemia, resolvemos colocar no ar tudo o que os pesquisadores pedem para ser digitalizado. É um material a partir de uma temática do pesquisador. Como nós não descartamos, nós às vezes usamos para outra coisa, para ilustrar, fazer banner; então tudo o que os pesquisadores nos pediram nós fizemos um upload e colocamos na internet. Colocamos uma nota, dizendo que o material não foi tratado. A internet então só é mais um meio de difusão, de informações, e não propriamente do objeto digital arquivístico, como um documento digitalizado na sua íntegra. A gente não tem nada digitalizado dentro de uma política de digitalização, com preceitos da Arquivologia, com cópias para uso a longo prazo, isso nós não temos. Às vezes ganhamos uma verba e fazemos alguma coisa muito específica, como digitalizar em formato tiff, pdf, em alta resolução, uma série de publicações periódicas de um movimento em específico. Eu não chamo isso de política. É um ato de um objeto específico.

9.3) Quais são as dificuldades que o centro já enfrentou e que enfrenta atualmente no seu funcionamento?

Atualmente, uma das dificuldades é a reposição da equipe técnica. Nós tivemos algumas perdas, ora por desabastecimento ora por demissão e reestruturação da unidade. Não só da unidade mas da universidade como um todo. Só tem eu como formada ou pelo menos instruída na área de arquivologia. Os outros dois funcionários não têm formação nenhuma. Como antes, nós éramos três e cada um cuidava da sua parte do acervo, e cada um tinha seus subordinados. Nós não funcionamos mais assim. Estamos trabalhando por demandas emergenciais. Chega um acervo novo, nós temos que fazer um termo de doação. Isso gera um processamento técnico então nós vamos fazer o processamento técnico desse material. Agora eu estou trabalhando com a parte do remanejamento do acervo. Estou tratando a

documentação para abrir espaço no acervo. Antes nós funcionamos por projetos, tinha programa de atividades, contínuo, com resultado. Quando acabar isso que estou fazendo agora, eu não sei qual será meu próximo trabalho. Antes não. Nós trabalhávamos com uma diretriz de quatro anos.

9.4) Então você acha que a diminuição do corpo aqui do centro modificou a forma que vocês trabalham?

Sim. Eu estou te atendendo e tenho que parar outros processos. Amanhã irei atender outro pesquisador, e acontece a mesma coisa. Então não tem como meu coordenador cobrar prazos. Eu irei receber ainda essa semana uma pesquisadora que quer fazer um projeto de memória institucional. Tenho que parar novamente o que estou fazendo para atendê-la. É trabalhar com emergências. Estou sem um trabalho contínuo. Não tenho para quem delegar. Eu que tenho que fazer. Estou com uma estagiária e resolvemos colocar ela para converter para bilíngue o site do centro, para dinamizar. As universidades, como um todo, privadas ou públicas, estão sendo cobradas a fazer internacionalização; por isso muitas universidades já são bilíngues. O MEC vem cobrando isso. Nós temos um certo público internacional. Já tive alemães, eu irei ter na semana que vem um professor que é da Flórida, dos EUA, que irá pesquisar a Igreja Católica. Sempre teve, mesmo o site estando em português. Agora com a internacionalização, pode ser que amplie um pouco mais.

9.5) Você acha que a demanda de maneira geral, com a pandemia diminuiu ou ela sempre foi constante?

Sempre. Sempre foi constante. O Cedic tem em média cerca de 400 consultas por ano ao nosso acervo e 140 à 160 pesquisadores. Como são fontes primárias e nossos pesquisadores são normalmente de mestrado e doutorado, eles visitam muitas vezes o centro para ver as caixas presentes no acervo. Normalmente eles vêm de duas a três vezes. Por isso eles pedem para digitalizar pois não dá tempo. O pesquisador às vezes prefere poupar o dinheiro da visita pedindo a digitalização. A gente digitaliza e manda pelo correio ou online. Aí o pesquisador tem uma cópia do acervo em casa.

10 - O que gostariam de mudar ou acrescentar na atuação do centro?

Eu queria que retornasse toda aquela equipe, toda dinâmica. Você está vindo em um centro, assim como outros, que estão saindo de uma pandemia e que ficaram fechados por dois anos. O meu olhar ainda está com esse peso. Eu tenho memórias positivas de antes da pandemia. Tínhamos dinâmica com os professores, muitas reuniões aqui nesse espaço, visita técnica; eu recebia grupos de alunos: recebia o pessoal do jornalismo, descia toda a imprensa alternativa, os alunos se apaixonavam de ver a revista *Cruzeiro*³², a revista *Fon Fon*³³. Tenho saudades dessa dinâmica, de trazer o público para o Cedec. Não um de cada vez, mas sim em grupo. A coletividade. Para que cada um escute a sua percepção, debata; e também sinto falta de uma equipe maior, pois agora eu me sinto muito responsável por tudo isso. A minha área é mais arranjo e descrição. Eu não domino conservação. Eu sei de políticas gerais, mas eu não sei higienizar de uma maneira mais adequada e uma de nossas colegas de trabalho, que não está mais aqui, era especialista em conservação. Não tenho condições de tratar tudo. Eu espero então que o Cedec tenha uma recomposição da equipe, dos estagiários, que é muito importante e sobretudo a recomposição desse público, que não venha mais de maneira solitária mas em grupo, como antes.

³² Revista semanal ilustrada, tendo sido lançada em 1928 e publicada até o ano de 1975.

³³ Revista brasileira, tendo sido lançada em 1907 e publicada até o ano de 1958.

ANEXO C - Entrevista Velso Carlos de Souza (CDHIS)

SOUZA, Velso Carlos de. Entrevista CDHIS. [Entrevista concedida a] Julia de Souza Bermond. Acervo pessoal. n.p. 2022

Velso Carlos de Souza

Formado em Economia

Trabalhou no centro por mais de 20 anos. Atualmente é aposentado.

1) O que é o CDHIS? Qual é a sua missão enquanto centro de documentação?

A missão é preservar a documentação que recebemos. O centro foi criado para guardar documentos da cidade. Nosso acervo foi constituído por doações. Recebemos bastante documentos em suporte de papel, que era fotografia, jornais; durante muito tempo fomos recebendo essas coleções e fomos organizando. A partir daí tivemos que montar um laboratório de restauro, onde preservamos e dispomos ao pesquisador.

2) Descreva um pouco do trabalho cotidiano do centro.

É preservar esses documentos e o principal objetivo, além de preservar, é estar direcionando para a comunidade essa documentação. Toda ela é aberta à comunidade, tanto universitária quanto geral. Esse é o nosso objetivo.

3) Que tipo de documentação vocês fazem custódia? Qual é a sua temática?

Nosso tipo de documentação principal é o de suporte em papel: fotográfico, jornais, revistas; que vieram com as doações. Uma das primeiras doações que recebemos, que é do senhor João Quituba³⁴, era um memorialista que guardava documentos, ele doou cerca de 2500 fotografias além de cerca de documentos, documentos relacionados à revolução de 1930, e outros. A comunidade confiava nele e ia dando documentos para que ele guardasse. Quando ele já se sentiu mais idoso e não dava conta mais, decidiu doar para a universidade.

³⁴ Balconista e colecionador de arquivos (principalmente fotos) da cidade de Uberlândia. Seu acervo foi doado ao CDHIS-UFU. Hoje já é falecido.

3.1) Você acha que tem uma temática dominante do acervo ou acha que se trata de história e memória de Uberlândia e região?

Nossa documentação é a história e memória de Uberlândia e região, mas mais de Uberlândia. Não são arquivos pessoais. É documentação relacionada à cidade.

4) Como se dá a relação com a comunidade acadêmica que o cerca?

Aqui é principalmente o curso de História. É o berço deles em termos de documentação. Eu lembro que na época também surgiu esse centro pela dificuldade de os alunos do curso terem documentação, então resolveu criar esse centro. O objetivo é que eles frequentem o centro e daqui se utilizem do material para seus projetos.

4.1) Você acha que os alunos do curso frequentam bastante o centro?

Eu acho que o centro é bastante divulgado e sempre fazemos durante o ano projetos que ligam com os alunos. Os professores também realizam projetos aqui. Então a relação é boa. É bastante frequentado.

4.2) Tem algum outro curso que também frequenta o centro?

Predominante é História, mas também temos a Educação, Artes e Música. Como temos uma parte dos documentos da universidade que é guardado aqui, até alunos da Engenharia, do Direito. O Direito, como temos o acervo de processos, são bastante procurados para realizar o trabalho deles.

5) E com a universidade?

O que dificulta é a questão financeira. Nós não temos uma verba específica. Temos sempre que estar procurando fazer projetos para ter algum fundo, buscando manter o centro, apesar que a parte básica é dada pela universidade, como os materiais. Mas se precisarmos de algo mais, como por exemplo nós temos o laboratório e ele precisa de materiais específicos, é uma cola, um papel específico, isso é mais difícil e conseguimos só através de projetos.

6) Quais são as instâncias que são responsáveis por manter o centro dentro da universidade?

Ele está ligado ao instituto de História. Tudo que precisamos, nós temos que ir no instituto e ele entra em contato com a reitoria.

7) A comunidade acadêmica faz uso da documentação sediada no centro? de que forma?

Por meio de projetos. A maioria dos professores vem ao centro e traz os alunos para trabalhar com os materiais presentes no centro.

7.1) Tem pesquisadores que também frequentam?

Sim. Sempre tem. Tem professores trabalhando com restauração também. Cedemos o espaço para que se desenvolvam projetos.

7.2) Outras localidades então procuram aqui para pedir ajuda de vocês em algum assunto?

Acontece sim. Principalmente aqui na região, procura saber de alguma coisa que podemos estar ajudando no processo de preservação. Lugares públicos. Geralmente prefeituras.

8) E a região? Sabe que o centro existe? De que forma ocorre esse contato?

Nós sempre divulgamos o centro. Entramos em contato anteriormente através de carta. Agora usamos a internet. O CDHIS tem página no Facebook.

8.1) Vem escolas aqui? outras pessoas?

Aqui em Uberlândia tem várias escolas superiores e sempre procuram a gente para pesquisa ou orientação. A maioria das escolas superiores, ex-professores da UFU foram dar aula lá. Então sempre teve essa troca com outras faculdades.

9) Quais são as outras ações realizadas pelo centro além de preservação documental?

A principal é preservar a documentação. Além disso, é a divulgação. Tentar expor esses documentos para a comunidade.

9.1) Vocês fazem congressos, reuniões ou publicam alguma revista, minicursos?

Nós temos a revista do centro, ligada ao curso de história e ao centro. Alguns alunos e professores escrevem nessa revista. É anual se não me engano. Era cadernos, onde divulgavam artigos. Agora já é uma revista. Todo ano fazemos mini-curso também. Inclusive há três semanas eu dei um mini-curso de restauro. Foi feito com alunos que estariam em projetos com professores, que precisaria de um minicurso inicial. Mini curso na área de restauro e de Arquivologia.

9.2) Vocês oferecem só para os alunos ou para a comunidade de fora também?

Sempre quando fazemos é aberto. Mas nesse ano foi somente com alunos, que precisavam com urgência dessa noção de restauro e preservação.

10) Qual é a relação do centro com a produção de fontes orais? Como essa produção se dá e qual o motivo de existir?

No Centro, na comemoração dos 25 anos de federalização da universidade, os professores de história produziram uma história oral da universidade. Somente essa que me lembro. Mas temos fitas cassete, de vídeo, de ex-reitores, de ex-funcionários, que preservamos aqui. Mas não foi o centro que fez. Foram recebidas. Muitas produzidas durante os 25 anos da UFU.

11) Quais os usos que o centro faz da internet, de maneira geral?

Tentamos usar a informática mas não temos pessoas especializadas aqui para o centro para isso. O que fazemos é divulgação na internet.

11.1) Vocês possuem algo digitalizado?

Sim. Todas nossas fotografias e alguns documentos, mas ainda não estão disponíveis na internet. O pesquisador tem que vir atrás do centro, que temos salvo.

11.2) Caso o pesquisador queira vir aqui pesquisar então, como é o processo?

Nós temos uma sala. Nós temos os guias, os inventários das coleções. A pessoa olha, faz um agendamento antes, vê o que deseja e nós pegamos. Alguns guias estão online. Alguns não.

12) Quais são as dificuldades que o centro já enfrentou e que enfrenta atualmente no seu funcionamento?

Acredito que a falta de recursos e pessoal. Nesses 30 anos que estou aqui, nós sempre trabalhamos com estagiários. Nunca teve uma mão de obra especializada. Então é sempre dois, três funcionários e usamos os alunos, através de bolsas e projetos.

12.1) Esses projetos são mandados para prefeitura, estado, órgão de fomento...?

Geralmente é órgão de fomento e dentro da própria universidade, por meio de projetos de extensão ou pesquisa.

13) O que gostariam de mudar ou acrescentar na atuação do centro?

O que falta realmente é investimento, tanto de pessoal quanto de financeiro.

ANEXO D - Entrevista Marcos Olender (Cecom)

OLENDER, Marcos. Entrevista Cecom. [Entrevista concedida a] Julia de Souza Bermond. Acervo pessoal. n.p. 2022

Entrevistado: Marcos Olender.

Arquiteto, Historiador e Professor da UFJF

Um dos fundadores do Cecom e atual diretor.

1) O que é o Cecom ? Qual é a sua missão enquanto centro de documentação?

O Cecom é uma conjugação de dois projetos que estavam sendo gestados. Um é um projeto de centro de conservação e outro é um projeto de centro de memória. O projeto de conservação é um que vem de fora da universidade, que começa a ser proposto e pensado pela Mônica Olender³⁵, já quando ela está coordenando o curso de pós-graduação *lato sensu* de gestão do patrimônio cultural no Granbery; em um curso que teve várias edições, três ou quatro, não me lembro agora; e era para ser realizado no Granbery³⁶ inclusive, mas por vários motivos conjunturais fizeram com que não fosse implementado; questões conjunturais inclusive do Granbery, que passou por mudanças de gestão e depois o curso acabou saindo de lá. Mônica também acabou assumindo um instituto federal, em Santos Dumont, e depois veio para a universidade. Quando ela assume a vaga em Santos Dumont, eu começo a trazer esse projeto para dentro da Universidade Federal de Juiz de Fora, antes mesmo da Mônica entrar na universidade. Após Mônica entrar na universidade, no departamento de Arquitetura, é aí que o projeto começa a ganhar mais força, com a entrada no projeto de outros agentes. Por outro lado, você tem pessoas que estão interessadas na elaboração de um centro de memória, que é uma tentativa vinda do Arquivo Histórico³⁷, que possuía acervos que não tinham relação direta com a universidade, assim como acervos de professores da universidade, que não eram acervos institucionais mas estavam abrigados lá, assim como um movimento da estruturação do arquivo central da universidade, que estava sendo elaborado pelo então diretor do arquivo Galba Ribeiro Di Mambro³⁸. Ele diz que têm-se uma espécie de acervo que se encontra em um limbo: não se constituem enquanto acervo de um arquivo histórico da universidade, muito

³⁵ Arquiteta e Urbanista, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

³⁶ Faculdade Metodista Granbery

³⁷ Arquivo Central da Universidade de Juiz de Fora

³⁸ Historiador e professor aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

menos um acervo de quando se cria um arquivo central. Sendo assim, ele começa a criar uma proposta da criação de um centro de memória, que abrigaria esse acervo que não estaria umbilicalmente ligado à universidade. Era um material que não era institucional da universidade e nem documentos diretamente ligados à história da universidade. O que fazer com esses acervos é uma discussão que o Galba tinha desde o Arquivo Histórico, antes da criação do Arquivo Central. Com a criação desse arquivo central, as coisas ficam ainda mais complicadas: se em um arquivo histórico já havia um problema em se justificar a preservação desses acervos, no Arquivo Central as coisas pioram. A partir daí, se fortalece a ideia da criação de um centro de memória: de um órgão, instituição ou até setor do arquivo que seria um centro de memória. Têm-se aí dois grupos e eu começo a fazer a ponte entre eles; dois grupos da universidade que estão propondo a criação de centros ligados à preservação da memória, do patrimônio, quer seja uma visão de patrimônio mais abrangente ou de patrimônio documental.

Algo que virá fortalecer muito a proposta de centro de conservação é quando a Santa Casa, a partir de um Trabalho de conclusão de curso que a Mônica Olender orienta, se mostra interessada em ceder por comodato a Fazenda da Taper para a universidade. Vê-se então esse lugar como o ideal para o centro de conservação. Até porque dentro da proposta de centro de conservação, que teria como eixo principal a gestão de patrimônio cultural, estaria também presente a formação de oficinas-escola, como a oficina-escola da Universidade Federal da Bahia, em João Pessoa, ligada à prefeitura de João Pessoa. Além disso, ter em mãos a Fazenda da Taper era ter a edificação mais antiga, hoje, existente na cidade de Juiz de Fora, que foi abraçada pela cidade. Começou-se então a discussão e começou-se a ver que havia uma viabilização, até física, para a construção de um centro de conservação. Começou-se a ter várias ideias, e algumas delas estão inclusive nesse trabalho de conclusão de curso da orientanda da Mônica, que também acabou participando da discussão. A ideia então é levada para o reitor Henrique Duque, e a ideia o agrada. Pensou-se nele desde o início como um órgão suplementar da universidade, que tivesse como tônica a preservação do patrimônio e como eixo principal a gestão do patrimônio, com preocupação em formar mão de obra na área de restauro e conservação mas também, e em um primeiro momento de forma privilegiada, gestores de patrimônio: tanto de formuladores de política de patrimônio, como também de gestores de edifícios históricos. Nesse momento eu me sento com o grupo e falo: “Já que esse é um centro de conservação da memória, temos outro grupo na universidade que também está discutindo a criação de um centro de memória. Por que não conjugar as duas iniciativas e

fortalecer o pleito?". Viram super bem tal proposta e em seguida fui conversar com o Galba e outros envolvidos no projeto, e ele ficou interessado na conjugação das duas propostas. Trazemos então toda essa discussão ligada à salvaguarda de acervos documentais, que estavam abrigados na universidade, mas que não cabiam lá no arquivo central. Aí nasce o Cecom, com uma tipologia que casava com nossa ideia, de um órgão mais geral e que assessorasse a universidade na área de patrimônio. Isso tudo juntava forças para a criação de um órgão suplementar, já que você tinha uma conjugação de interesses que eram atendidos por isso.

Com isso nós elaboramos o primeiro projeto, feito a várias mãos. O texto final não tem nome de acervos específicos. Cabe ao Cecom assegurar a salvaguarda dos acervos da universidade e salvaguardar aqueles que caibam ser salvaguardados no Cecom. Então temos parte do texto que vem de um grupo e que vem de outro. Um grupo, claro, leu o do outro e opinou também. Fizemos um trabalho a várias mãos. E que foi apresentado na reunião do Consu³⁹. E quando foi apresentado, foi junto com a sede, para fortalecer o pleito. Falamos: “temos a sede!”. E estava muito avançado a conversa com a Santa Casa. Apresentamos o layout inicial, onde tudo estaria localizado, o layout inicial, a oficina-escola; fizemos e apresentamos. Isso no mesmo dia da criação da Faculdade de Arquitetura. As duas propostas foram para os relatores e em uma reunião seguinte voltaram para o Consu, para a deliberação final, e foram aprovados os dois projetos: tanto o da criação da FAU⁴⁰ quanto do Cecom. Acontece que, com a Fazenda da Tapera, a parte da reitoria estava pronta; o que demorou muito foi na Santa Casa, o que não esperávamos, já que foi a Santa Casa que tinha nos procurado e tinha motivado a universidade. Eles ainda questionam algumas pontuações jurídicas do comodato, tanto que tivemos de ir no órgão jurídico da universidade, para poder tirar dúvidas; sei que demora um tempo, e passam-se reitores da universidade, o Júlio Chebli⁴¹, o Marcos Chein⁴², e chega o Marcos David⁴³, e é só nele que a Santa Casa finalmente aprova o comodato. Anteriormente, o Henrique Duque⁴⁴ já tinha até articulado emenda para ter verba para restaurar a fazenda. Com o Júlio ainda havia possibilidade. Com o Marcos David, entramos no governo Temer. Ou seja: sem recursos. O projeto chega no Marcos David e ele tem interesse também no espaço da Fazenda da Tapera e pelo projeto do Cecom ser desenvolvido

³⁹ Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

⁴⁰ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

⁴¹ Júlio Maria Fonseca Chebli, ex-reitor da UFJF (2014-2015)

⁴² Marcos Vinício Chein Feres, ex-reitor da UFJF, tendo assumido após a renúncia do reitor anterior (2015-2016)

⁴³ Marcus Vinicius David, atual reitor da UFJF (2016-2024)

⁴⁴ Henrique Duque de Miranda Chaves Filho, ex-reitor da UFJF (2006-2014)

lá. O Condé, que é o pró-reitor de planejamento da gestão dele, no primeiro mandato do Marcos Davi, realizou reuniões comigo para tentar pensar em verbas para a restauração da Fazenda da Tapera. A universidade continua interessada. Mas atualmente, o nosso problema é verba para isso, já que assumir a fazenda é assumir as obras de restauração do espaço. Na época o orçamento era orçado, se não me engano, entre quatro e cinco milhões. Ou seja: teremos que ter, por baixo hoje, cerca de quatro milhões para investir na Fazenda da Tapera.

A sede não acontece, mas o Cecom acontece, já no final do mandato do Henrique Duque. Com a Valéria Faria como pró-reitora de cultura, nesse tempo, acaba o processo de restauração do DCE. Cria-se também uma comissão com o intuito de decidir o que fazer com esse espaço. Eu faço parte dessa comissão, já com a ideia de propor que o Cecom funcionasse no antigo DCE, ocupando pelo menos uma parte do espaço. Era conversar com o DCE também para ter a salvaguarda da documentação do movimento estudantil, ficando no Cecom. Já que a proposta da Fazenda ainda existia, também tinha-se a ideia de que o DCE seria uma das sedes do Cecom, na qual iríamos estruturar a memória estudantil. No início era essa nossa proposta. E só ganhamos a simpatia do DCE por causa disso. Porque eles queriam ocupar o espaço. Falamos que o DCE atual já estava no campus e nós utilizaríamos o espaço para fazer um memorial estudantil. O DCE concordou. Nesse ínterim, o museu de Engenharia invade o espaço, pois eles entenderam que o espaço estava vago. Há uma tensão. No início a ideia era que o Cecom ocupasse um espaço e uma parte, onde é a casa principal, onde se encontra o museu dinâmico hoje, ia ser um centro de estudos Murilo Mendes⁴⁵, ou algo assim. Acho que era para criar um espaço memorialístico de Juiz de Fora. Não me lembro ao certo, mas era algo nesse sentido, de memória da região. E de repente, vê-se a casa principal ocupada pelo Museu Dinâmico⁴⁶. Cria-se uma tensão. Tivemos reuniões, inclusive com o reitor. Até que se chega a um acordo da divisão do espaço entre o Cecom e o Museu Dinâmico. É o que se tem hoje.

Aí o Cecom se inicia, com o acervo do DCE, trabalhando esse acervo. Sempre pensamos: “Tá, essa é a sede do Cecom. Não só o Cecom como movimento estudantil”. Mas boa parte do espaço é destinada à memória estudantil. E o mezanino é a sede do Cecom atualmente, até que a gente possa ter a outra sede do Cecom, onde funcionaria a futura sede central, onde iríamos realizar todos os outros atributos do Cecom, inclusive as oficinas-escola, a

⁴⁵ 1901-1975 - Poeta brasileiro, natural de Juiz de Fora.

⁴⁶ Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia (MDCT) vinculado ao departamento de Engenharia da UFJF

salvaguarda de outras documentações, se necessário, os cursos; entendendo que o nosso espaço hoje, seria o espaço destinado mais ao movimento estudantil. A falta de recursos faz com que a sede principal do Cecom continue sendo onde pensamos em ser o memorial estudantil, sendo inclusive, atualmente, a sede e o único braço do Cecom. A ideia é de que o laboratório de técnicas construtivas, que tem haver com a parte de restauro, da parte do patrimônio arquitetônico, sempre pensamos ele na Fazenda da Tapera. Isso é um braço faltando. Se pensarmos na ideia do Cecom, o que tem-se implantado hoje, é um terço da ideia. Esse braço de restauração tem braços com a Arquitetura, com o Jardim Botânico, com a pró-reitoria de extensão; ele vai linkar o Cecom com outros órgãos. Começa, a pouco tempo, a se ter a noção de que existe espaço para esse laboratório se desenvolver no Jardim Botânico. E é isso que está se discutindo agora: a criação do laboratório de técnicas, que vai lidar com a parte de memória construtiva, a parte do patrimônio arquitetônico edificado, com sede no Jardim Botânico, em um espaço que hoje não é utilizado e que nós iríamos utilizar. Pretendemos então ter o Cecom na rua Floriano Peixoto, com a sede principal, com um braço no Jardim Botânico.

Não desistimos da fazenda nem da procura de outros espaços que possam fazer com que o Cecom cumpra suas funções, pois entendemos que o espaço do antigo DCE que ocupamos hoje é necessário, mas não suficiente. Nem para cumprir a função de centro de documentação e memória, ou seja, de abrigar acervos documentais. Hoje estamos com o acervo do DCE e do Dormevilly Nóbrega e não cabe mais nada. Foi oferecido outro acervo para nós, que é o acervo do Clodesmidt Riani⁴⁷, um dos principais líderes trabalhistas do Brasil, que ainda está vivo. Foi oferecido seu acervo à universidade e perguntaram a gente se estaríamos interessados, e eu respondi que estávamos muito. Imagina, ter um dos principais acervos políticos do Brasil, do trabalhismo, sobre a nossa guarda; que é uma memória nacional e local, porque ele é de Juiz de Fora. Então o trabalhismo de Brizola, um pouco dele nasceu aqui, com o Clodesmidt. Agora, onde colocaríamos esse acervo? Não tem lugar. Precisamos de espaço para o Cecom. Uma possibilidade? A Tapera talvez teria lugar para ele. Não tem a Tapera? Então é necessário criar a estrutura do Cecom como uma estrutura articulada, um órgão com mais de uma sede. Me agrada que tenhamos um órgão que tenha braços em toda a universidade e que tenhamos uma estrutura técnica e humana de gerenciamento, eficaz. E cada espaço com características próprias: você vai no espaço do DCE para mergulhar na memória do movimento estudantil; de repente vai para um outro espaço para mergulhar na

⁴⁷ Líder sindical e político brasileiro.

atmosfera da história da região; em outro para mergulhar na atmosfera do patrimônio arquitetônico. É algo ambicioso? O projeto dele é ambicioso, mas viável. É buscar tentar criar uma estrutura técnica que tenha pessoas à frente com autonomia e responsabilidade, sempre pensando na questão da Memória. Temos um centro de documentação, assim como um centro de estudos da memória e do patrimônio, assim como pretende-se abrigar um centro de conservação, no modelo de eixo temático, ligado à formação e qualificação da mão de obra em patrimônio que se encontra no Cecor e no Cecre⁴⁸; isso é o lado centro de conservação. É um centro de estudos em patrimônio. O problema é estruturar direito tudo isso. O que atualmente está estruturado é o Cecom da Floriano Peixoto. Está funcionando, com funcionários, equipe, bolsistas. Para o Laboratório, é outra equipe que está se criando, com outra coordenação. Amanhã teremos mais acervos, em outro espaço? Terá de se construir outra equipe. Articuladas e dialogando entre si, mas equipes próprias.

A missão do Cecom é algo ambicioso. É original na forma que incorpora outras iniciativas. O Cecom é também um centro de estudos e de formação na área da memória e do patrimônio. Trabalhar e discutir estudos e ações que preservem as memórias. O Cecom abrange o patrimônio. É um centro de estudos do patrimônio, de maneira geral. O patrimônio documental é um braço do Cecom. Ele contém um Centro de Documentação e também, na minha visão, é mais do que um Centro de Documentação. Estamos gerindo um centro de memória. A sede dele é no antigo DCE. O que está incorporado nele? A memória estudantil. Ele tem o acervo estudantil; a exposição do movimento estudantil; eventos ligados à memória estudantil. Não só a documentação, mas outras coisas ligadas à memória estudantil. A missão do Cecom seria então estudar, conservar e contribuir no desenvolvimento, de ações e políticas, de conservação da memória, a partir do seu lugar, que é um órgão da Universidade Federal de Juiz de Fora, lidando com documentação ligada à Universidade Federal de Juiz de Fora; assessorar outras instituições da universidade para que eles também pensem seus acervos.

2) Descreva um pouco do trabalho cotidiano do centro.

São as meninas na higienização, catalogação, digitalização dos acervos, sobre a nossa guarda; um que está sendo reorganizado, que é o do DCE, e um que está sendo organizado e higienizado, que é o do Dormevilly. Temos também o atendimento às pessoas: por mais que

⁴⁸ Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais / Laboratório de Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia

não estejamos abertos ao público, com um material significadamente organizado para ser disponibilizado, uma parte dele já é possível de ser consultada. Atendemos também alguns pesquisadores. Temos também projetos, alguns que possuem relação direta com esse acervo e outros que tem relação com o Cecom mas não com os acervos diretamente, como o projeto dos “Patrimônios Negros”, que utiliza o Cecom como espaço de reflexão e formação na discussão dos patrimônios negros de Juiz de Fora. Temos outros projetos, vinculados ao Cecom e o LAPA⁴⁹. O projeto da “História da Universidade”; o da “Conservação da Memória”, que também têm bolsistas ajudando na viabilização da disponibilização do Cecom e da sua documentação, pensando também as exposições; temos as exposições, como a exposição da Independência, ligada à documentação do Cecom também, e eu já motivei as nossas funcionárias para pensarem em uma outra exposição, após o fim dessa, ligada ao Movimento Estudantil, enquanto a exposição permanente não chega. Aí é começar a pensar exposições periódicas, com temas específicos, do acervo do DCE por exemplo; amanhã pode até ser uma ligada ao Dormevilly; mas por exemplo, o “Patrimônios Negros” é o Cecom pensando não só o patrimônio que ele têm sobre sua guarda, mas o patrimônio da cidade.

Temos também a parceria com o Ponto do Samba, que procurava um espaço para a realização das suas oficinas, que fosse mais central, para que pudesse atingir mais a comunidade. Eu sei que esse projeto é algo maior, que têm relação com a memória do samba. da continuação da tradição do samba na cidade; o projeto têm as oficinas mas também tem um grupo de estudos da história do samba, com coleta de depoimentos; hoje, a visão mais externa dessa parceria são as oficinas, mas não são só elas. O que isso tem haver com a memória? Tudo. É a preservação da memória do samba e do samba da cidade. É uma tradição do samba, que ultrapassa a cidade de Juiz de Fora, e que mantém também as oficinas. Daqui a pouco o espaço também vai abrigar o grupo de estudo do Ponto do Samba, para talvez também a realização de um curso de extensão da história da memória do samba em Juiz de Fora. Estudos desenvolvidos dentro da universidade, de um vínculo da universidade junto com a comunidade, que têm haver com um centro de memória. E mais, o Cecom também oferece assessoria de patrimônio. O Cecom assessora outras instituições da universidade ou a própria universidade. Por exemplo, agora estou pelo Cecom na Comissão de Viabilização, no Cine teatro Central, porque foi doado o acervo do Ângelo Bigi⁵⁰ para a universidade, e a ideia era

⁴⁹ Laboratório de Patrimônios Culturais - Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

⁵⁰ 1891-1953 - Pintor italiano, chegou ao Brasil com 20 anos e estabeleceu residência em Juiz de Fora.

fazer uma galeria. É possível? É viável essa intervenção? Me chamaram para compor essa comissão.

3) Que tipo de documentação vocês fazem custódia? Qual é a sua temática?

No momento é a documentação estudantil, do DCE⁵¹, e do Dormevilly Nóbrega⁵², jornalista e historiador amador, da história da região, que têm seu acervo sobre a nossa guarda hoje, com a possibilidade da vinda de uma parte do acervo da UNE⁵³, que está em discussão. Ou seja, dentro da área estudantil ainda. E o acervo da história da universidade também. Um pequeno acervo do Arthur Arcuri⁵⁴ também, composto de fotos, porque não tinha haver com o acervo da Pantaleoni, que enviamos para o Arquivo Central, então estamos mantendo esse acervo. Se estivermos mais espaço, estamos dispostos a receber mais documentação. Temos corpo técnico para isso e iríamos ampliá-lo.

4) Como se dá a relação com a comunidade acadêmica que o cerca?

Está se estruturando. Eu e o Rodrigo Cristofolletti⁵⁵ estamos trazendo nossas turmas aqui. Outros professores também. Essa visitação se faz hoje para se entender essa rotina do Cecom enquanto Centro de Documentação. Temos também os projetos de extensão e de pesquisa, que de alguma maneira saem do Cecom. Uma relação acadêmica com aqueles que trabalham no Cecom enquanto bolsistas ou voluntários. E também nos nossos eventos e cursos, feitos na maioria das vezes por professores e com alunos e para alunos, para a comunidade também.

5) E com a universidade?

Temos uma relação ótima. Muitas das questões fundamentais da universidade, nós somos acionados. A universidade reconhece o Cecom enquanto um centro de excelência em patrimônio.

6) Quais são as instâncias que são responsáveis por manter o centro dentro da universidade?

⁵¹ Diretório Central dos Estudantes

⁵² 1921-2003 - Jornalista mineiro.

⁵³ União Nacional dos Estudantes

⁵⁴ 1913-2010 - Expoente da arquitetura moderna da cidade de Juiz de Fora.

⁵⁵ Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Hoje nós somos um órgão que está vinculado à Pró-reitoria de cultura.

7) A comunidade acadêmica faz uso da documentação sediada no centro? de que forma?

Estamos no processo de cada vez mais divulgar o Cecom para a comunidade acadêmica. Esperamos ter essa procura da comunidade acadêmica para a gente, para fazer pesquisa no material do Cecom, para visitar.

8) E a região? Sabe que o centro existe? De que forma ocorre esse contato?

Acredito que com essa primeira exposição e com outras exposições maiores e mais representativas, isso vai atrair também a comunidade e o público da academia também. Nós temos também uma relação com a prefeitura. O próprio projeto “Patrimônios Negros” teve a presença da gerente de memória da Funalfa⁵⁶, centro cultural da prefeitura, prestigiando o evento. Temos articulação escolar com o “Menino Jesus”. Começamos a ter articulações com várias instituições importantes educativas e da cultura de Juiz de Fora. Temos preocupação também para que nossos eventos sejam divulgados, para atrair as pessoas, pensando em eventos que contribuam com a comunidade e região. Tentamos sempre avançar na colaboração com a região, tentando sempre contribuir com ela.

9) Quais são as outras ações realizadas pelo centro além de preservação documental?

Acredito que já foram respondidas ao longo da nossa conversa.

10) Qual é a relação do centro com a produção de fontes orais? Como essa produção se dá e qual o motivo de existir?

O projeto “História da Universidade” tem um banco de vídeos, de depoimentos, de alunos, funcionários e professores; essa parceria com o Ponto do Samba vai levar a gente a coleta de depoimentos sobre a história do samba também, na cidade; e as fontes orais são cada vez mais fundamentais se nós queremos preencher lacunas da nossa história, pois geralmente são lacunas de pessoas ou grupos que são silenciados. Então é cada vez mais importante contarmos com depoimentos dos projetos do Cecom e dos projetos que o Cecom é parceiro.

⁵⁶ Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage.

11) Quais os usos que o centro faz da internet, de maneira geral?

Temos um site do Cecom que acho que está atrasado. Temos que dar um jeito nisso. Uma atualizada. Mas o Cecom é super ativo nas redes sociais. No *Facebook* e *Instagram*. A pandemia colaborou muito com isso. Ela trouxe como consequência a nossa maior vivência com o mundo das redes sociais. Muito da nossa vivência no mundo virtual começa com a pandemia.

12) Quais são as dificuldades que o centro já enfrentou e que enfrenta atualmente no seu funcionamento?

Dinheiro. Se tivéssemos, não teríamos demitido funcionários nem estaríamos preocupados com a continuidade de outros. Pagar melhor também, para manter e atrair mais funcionários. Pagar mais bolsistas. Ter recursos para montar a exposição permanente, por falta de material. Temos o incentivo da universidade mas há falta de dinheiro.

13) O que gostaria de mudar ou acrescentar na atuação do Centro?

A habilidade de viabilizar a plenitude das ações que o centro se propõe. A implementação do laboratório, que está sendo discutido agora; a possibilidade de ter um centro de formação de mão de obra na área de patrimônio; crescer o centro, com mais gente trabalhando nele, com as atividades das oficina-escola; é efetivamente tentar implementar o máximo que está no projeto original do centro.